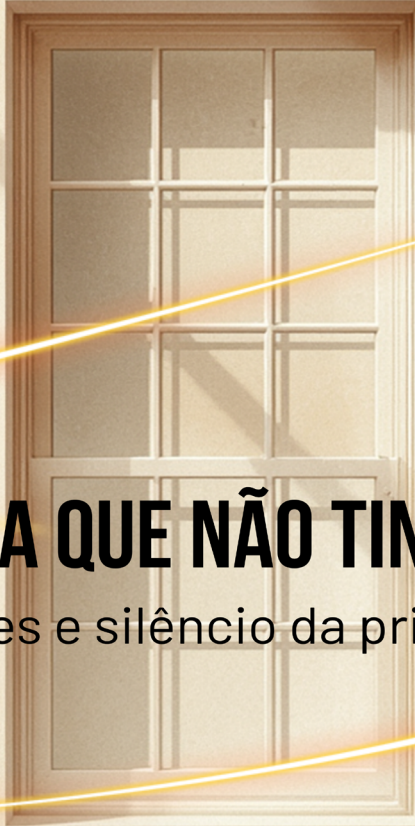


Kamile Almeida



PARECIA QUE NÃO TINHA DIA

vozes e silêncio da prisão

Texto e Contexto

EDITORA

Kamile Almeida



PARECIA QUE NÃO TINHA DIA

vozes e silêncio da prisão

Texto e Contexto

EDITORA

Copyright © 2026 by Kamile Aparecida Lemes de Lima de Almeida
Todos os direitos reservados à autora.

Direção: Vendelino Hauer

Projeto gráfico, capa, diagramação e revisão final de edição: Equipe Texto e Contexto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Almeida, Kamile Aparecida Lemes de Lima de
Parecia que não tinha dia [livro eletrônico] :
vozes e silêncio da prisão / Kamile Aparecida
Lemes de Lima de Almeida. -- Ponta Grossa, PR :
Texto e Contexto Editora, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6080-104-2

1. Antropologia 2. Pesquisas 3. Prisões -
Brasil - Aspectos sociais 4. Relatos de experiências
5. Sistema penitenciário I. Título.

26-348855.0

CDD-365.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Relatórios : Sistema penitenciário Problemas
sociais 365.4

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TEXTO E CONTEXTO EDITORA
www.textoecontextoeditora.com.br
contato@textoecontexto.com.br
Tel. (42) 98883-4226



Kamile Aparecida Lemes de Lima de Almeida é bacharela em História e mestra em História, Cultura e Identidades pela UEPG. Possui licenciatura em História e em Pedagogia, pós-graduação em Educação Especial Inclusiva e em Neuropsicopedagogia. Atuou como professora de História, experiência que fundamentou suas pesquisas sobre o sistema prisional brasileiro e as desigualdades que atravessam esse espaço. Atualmente, dedica-se à Educação Especial Inclusiva, mantendo como eixo de sua trajetória a educação, a escuta e a dignidade humana como caminhos possíveis de transformação social.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força e pelos caminhos que me conduziram até aqui.

À minha **família, minha mãe Cleci e meu pai José Laertes**, base de tudo, que sempre tiveram tanto amor pela minha vida, que foram o meu suporte emocional e financeiro nessa jornada.

As **mulheres e homens** que me confiaram suas memórias mais dolorosas, com muita coragem e tornaram possível a escrita deste livro.

Às minhas professoras que me alfabetizaram, **Vanderleia e, in memoriam, Maria Jaira**, por abrirem diante de mim o mundo das palavras.

À minha madrinha **Vilmara e ao meu padrinho José**, que percorreram comigo outras quebradas, saindo de Uvaranas em busca das entrevistas.

À **Roseneide, ao Marlon e à Dani**, amigos de coração, pelas correrias e pela ajuda para encontrar os entrevistados.

Ao meu primo e padrinho **Darcinei**, por me incentivar à leitura e pelas tardes de sábado dedicadas a me ajudar a estudar para o vestibular sendo ele o primeiro da nossa família materna a ingressar na UEPG.

Aos meus compadres **Bruno e Camila**, que se engajaram comigo nesta pesquisa com tanto carinho.

In memoriam, à minha tia Maria Helena, que marcou minha vida com a força de quem enfrentou as dificuldades de ser analfabeta e, ainda assim, se encantava ao soletrar suas primeiras palavras. As suas falas, dizendo que “ninguém da nossa família tinha chegado nesse tal de mestrado”, ecoam em mim com orgulho e gratidão.

Às minhas **tias, tios, primos e primas**, que sempre me fazem lembrar do orgulho que sentem da minha trajetória.

Às minhas amigas da faculdade: **Vitória, Ana Flávia, Tatiane e Nathália** por me fazerem rir nos dias difíceis e ouvirem meus desabafos sem julgamento.

À minha amiga e assistente social **Thais**, um presente que a vida me deu nesta caminhada.

À minha ex-professora e hoje amiga **Bruna**, que fez despertar em mim a pedagoga que dormia silenciosa.

Ao meu orientador, professor **Robson Laverdi**, pela coragem, pela escuta generosa e por acreditar neste trabalho mesmo nos meus momentos de desespero.

À política de cotas para alunos de escola pública e à minha amada **UEPG**, gratuita e de qualidade, que foi um divisor de águas na minha história.

Ao meu amigo **Flávio** que me presenteou com um ensaio fotográfico para esse livro.

À professora **Dani**, do espanhol do CELEM no Colégio Meneleu, que enxergou além das minhas roupas de vileira e do rap nacional, reconhecendo a menina insegura e esforçada que estudava, trabalhava e sonhava com a UEPG. Foi você quem nomeou meu dom para a comunicação e a força da minha voz, exatamente o que eu precisava ouvir.

E, por fim, a todos os **meus mestres**, carrego um pouco de cada um de vocês em minha prática docente e na forma como enxergo o mundo.

Sumário

Prefácio	8
Apresentação	13
Introdução - um mergulho nas sombras do cárcere	14
1 Portões que se fecham: o impacto da chegada à prisão	27
1.1 O peso das razões: história oral e memória	29
1.2 Prisão em foco: um panorama revelador	44
1.3 Tradições e transformações: costumes e identidades	55
2 Entre muros: gênero, poder e as dinâmicas entre mulheres e homens	62
2.1 Maternidade encarcerada: gestar, parir e criar atrás dos muros	64
2.2 Hierarquias e relações: os filhos e o casamento	73
2.3 O tempo que não passa: memórias, visitas e esperas atrás das grades	82
3 Cicatrizes invisíveis: identidade e estigma do egresso	88
3.1 O que resta ao sair: a vida após os muros	89
3.2 Entre a reintegração e a reincidência: desafios e escolhas	97
3.3 Ressignificar o passado: memórias e reconstruções	104
Considerações finais - da sombra à luz	122
Referências - fontes que guiaram essa jornada	127
Apêndice A - vozes presas: o roteiro de entrevista	134

Prefácio

Acompanhei Kamile desde seus primeiros passos na pesquisa, ainda na iniciação científica, quando fazia seu Bacharelado em História, na UEPG. Vi quando ela começou a se interessar pelas histórias que a sociedade prefere esquecer, quando escolheu trabalhar com quem raramente é ouvido. Orientá-la no mestrado foi testemunhar o amadurecimento de uma pesquisadora corajosa, que transformou sua dissertação neste livro potente. Mas foi ao reler o texto, agora preparado para publicação, que compreendi plenamente a força do que ela construiu: não apenas uma pesquisa acadêmica bem-feita, mas um ato de defesa pelo direito à memória.

Projetos de pesquisa têm vida própria. O que começou como uma inquietação na graduação se transformou em uma dissertação densa e sensível, e agora chega às suas mãos como livro. Ao longo desses anos, vi Kamile mergulhar cada vez mais fundo nas histórias de quem vivenciou a privação de liberdade em Ponta Grossa. Vi também o quanto esse mergulho a transformou, porque não se sai ileso de uma pesquisa assim. Não quando se escuta de verdade, quando se permite ser afetado pelas histórias que recolhemos.

Lembro-me das nossas conversas durante o processo de pesquisa. Ela voltava das entrevistas carregando não apenas gravações, mas o peso emocional de cada relato. Participou de almoços de domingo, de velórios, de momentos íntimos das famílias. Preciso aprender a lidar com silêncios, com recusas, com histórias que doíam demais para serem narradas. E teve que fazer escolhas difíceis: quando insistir, quando recuar, como transformar dor em texto sem trair a confiança que lhe foi depositada. Como orientador, eu podia oferecer referências teóricas, apontar caminhos metodológicos, mas o cuidado ético e a sensibilidade no trato com os entrevistados foram inteiramente dela.

Este livro nasce de um lugar muito específico: a autora não pesquisa “os outros”, ela pesquisa aqueles que lhe foram próximos. Filha de cabeleireira e padeiro, crescida nas ruas de terra de Uvaranas, em Ponta Grossa, ela conhece por dentro a realidade que muitos pesquisadores só enxergam de fora. Esse pertencimento não é detalhe biográfico: é uma epistemologia. É o que permite que ela transite com

naturalidade por espaços que seriam inacessíveis a outros pesquisadores, que seja recebida nas casas, que conquiste a confiança necessária para que histórias tão dolorosas sejam compartilhadas. A pesquisadora viu amigos de infância atravessarem as portas do sistema prisional. Conhece o cheiro das vilas, o peso das ausências, a força que brota das margens. A universidade pública cumpre seu papel mais nobre quando forma intelectuais como ela, que levam de volta para suas comunidades o conhecimento que ali construíram, e que transformam suas vivências em saber rigoroso, reconhecido, legitimado.

Como pesquisador que se dedica há décadas à história oral, posso afirmar: este é um trabalho com vigor e coragem. A autora demonstra compreensão profunda do método, não como mera técnica de coleta de dados, mas como uma forma de fazer história comprometida com os sujeitos, com suas memórias, com seus direitos de narrar e de calar. A história oral, como praticada neste livro, parte de um princípio fundamental: não se trata de “resgatar” vozes perdidas ou “dar voz” a quem supostamente não tem. Trata-se, sim, de criar condições éticas, metodológicas e afetivas para que vozes sistematicamente silenciadas possam ser registradas, inscritas no arquivo histórico, reconhecidas como narrativas legítimas sobre o passado e o presente.

A escuta, aqui, não é passiva. É um ato político e ético que exige preparo, sensibilidade e compromisso. Essa escuta foi construída ao longo de anos, aprendendo quando uma pausa significa dor que não pode ser verbalizada, quando o riso mascara o sofrimento, quando o silêncio diz mais que as palavras. A compreensão de que os colaboradores não narram “a verdade dos fatos”, mas reconstróem memórias atravessadas por afetos, traumas, silêncios e ressignificações, está no centro deste trabalho. É justamente essa dimensão subjetiva, essa trama entre lembrança e esquecimento, entre dor e resistência, que torna a história oral tão potente e tão desafiadora.

O método da história oral exige ainda outra compreensão fundamental: a entrevista não é extração, é encontro. A pesquisadora não foi a campo armada apenas com roteiro e gravador. Foi com disponibilidade para o vínculo, para a espera, para o tempo do outro. Algumas entrevistas demoraram meses para acontecer, porque era preciso construir confiança. Outras nunca aconteceram, e essas recusas foram respeitadas como direito legítimo de quem já teve tantos direitos

violados. Havia também os que aceitavam participar, mas pediam para não gravar certos trechos, e esses pedidos eram imediatamente atendidos, mesmo que representassem a perda de material precioso para a pesquisa. Porque a ética, na história oral bem praticada, está sempre acima dos interesses acadêmicos.

A transcrição das entrevistas, momento crucial e muitas vezes subestimado do trabalho com história oral, também foi conduzida com rigor. As falas não foram “limpas”, as hesitações, os silêncios, as repetições foram preservados. A oralidade permaneceu viva no texto escrito, mantendo os marcadores que revelam o processo de construção da narrativa: os “né”, os “sabe”, as pausas, os risos nervosos. Depois, as transcrições foram devolvidas aos colaboradores, dando a eles a oportunidade de rever, vetar trechos e corrigir mal-entendidos. Esse gesto de devolução não é apenas ético, é metodológico. Reconhece que a autoridade sobre aquela história não pertence ao pesquisador, mas a quem a viveu.

O livro se organiza em três capítulos que acompanham a trajetória do encarceramento: a chegada à prisão, a vida entre muros e a saída para a liberdade vigiada. Mas seria enganoso pensar que se trata de uma narrativa linear. O que nos é mostrado aqui é que o cárcere não se restringe ao espaço físico da penitenciária. Ele se estende no tempo, nas marcas que ficam no corpo e na memória, no estigma que persegue quem um dia esteve preso. A prisão começa muito antes das algemas e continua muito depois da portaria que se abre. Ela se infiltra nas relações familiares, no mercado de trabalho, nos olhares de desconfiança, nas portas que se fecham.

O primeiro capítulo nos leva ao momento do impacto: a chegada à prisão, o choque da despersonalização, a necessidade de aprender códigos invisíveis para sobreviver. As narrativas revelam a sensação compartilhada de que o tempo para, de que “parecia que não tinha dia”. O cárcere, descobrimos, não pune apenas o crime. Pune também quem você é, especialmente se você é mulher, se é pobre, se é negro.

O segundo capítulo adentra o cotidiano da prisão, explorando as tensões de gênero que atravessam a experiência do encarceramento. Aqui, as diferenças se acentuam: enquanto homens recebem visitas regulares, as mulheres enfrentam o abandono. A maternidade no cárcere

cere é dilacerada entre a presença física nas alas maternas e a ausência brutal quando os filhos precisam sair. O tempo, nesse capítulo, ganha outra dimensão: é o tempo da espera, das cartas que não chegam, das visitas que não vêm, dos dias que se arrastam em rotinas sufocantes.

O terceiro capítulo talvez seja o mais doloroso, porque revela que a liberdade não é exatamente liberdade. O estigma pesa mais que as algemas. A tornozeleira eletrônica impede o acesso ao trabalho. O passado precisa ser escondido para não perder oportunidades. O cárcere continua, agora inscrito no corpo social, nas fichas criminais, nas memórias que não se apagam.

Ver uma dissertação se transformar em livro é sempre motivo de alegria para um orientador. Mas este livro, em particular, merecia nascer. Merecia sair dos repositórios acadêmicos e chegar às mãos de um público mais amplo: professores, agentes do sistema de justiça, estudantes, qualquer pessoa que se interesse por compreender o Brasil real, não o dos discursos oficiais. Foram quatro anos entre a defesa do mestrado e esta publicação. Quatro anos amadurecendo o texto, encontrando a coragem necessária para tornar público um trabalho tão pessoal, tão atravessado por afetos e dores. Quatro anos que também foram de luto: alguns dos colaboradores já não estão entre nós. Suas vozes, registradas nestas páginas, tornam-se agora memória viva, testemunho de vidas que insistiram em existir apesar de tudo.

Há ainda um aspecto que merece destaque: a coragem de Kamile em se posicionar. Ela não finge neutralidade, não se esconde atrás de uma suposta objetividade acadêmica. Deixa claro de onde fala: da periferia, como mulher, como alguém que viu de perto os estragos do sistema prisional. E faz isso sem renunciar ao rigor teórico, do diálogo denso com a bibliografia especializada. A escrita acadêmica pode, e deve, ser ao mesmo tempo rigorosa e afetiva, teórica e engajada. Este livro prova isso.

A história oral, como método, carrega uma dada promessa política: a de que é possível construir outros acervos documentais, outras memórias, outros passados. Que não precisamos nos contentar com a história oficial, com os documentos produzidos pelas instituições de poder, com as versões autorizadas dos acontecimentos. Podemos e devemos criar espaços onde circulem narrativas apagadas, onde se reconheçam experiências deslegitimadas, onde sujeitos silenciados

sejam vistos como legítimos coprodutores de conhecimento histórico. Este livro cumpre essa promessa. Ele não apenas estudou o sistema prisional a partir de fora, analisando estatísticas e documentos oficiais. Foi até quem viveu o cárcere na pele e criou condições para que essas pessoas narrassem suas próprias histórias, em seus próprios termos, com suas próprias palavras.

Este livro é um convite. Para ouvir o que preferimos ignorar. Para olhar para onde desviamos o rosto. Para reconhecer humanidade onde só enxergávamos ameaça. E a autora, generosa como sempre foi, nos oferece as condições desse encontro: ela preparou a mesa, criou o espaço de escuta, mediou as conversas com cuidado e respeito. Cabe a nós, leitores, aceitar sentar-se e escutar de verdade, não com a curiosidade mórbida de quem busca histórias sensacionalistas, mas com a disposição ética de quem reconhece no outro um sujeito de direitos, de memória, de dignidade.

Que este livro encontre os leitores que ele merece, e que esses leitores se permitam ser transformados por ele, como eu fui ao lê-lo. Porque, no fim das contas, é disso que se trata a história oral: de criar pontes entre mundos que parecem distantes, de tornar audível o que sempre esteve sendo dito, de inscrever no presente as vozes que o passado tentou calar. E de lembrar, sempre, que a memória não é apenas sobre o que foi, é também sobre o que pode vir a ser, sobre os futuros que ainda podemos construir juntos.

Robson Laverdi
Ponta Grossa, novembro de 2025.

Parecia que não tinha dia: vozes e silêncio da prisão

Apresentação

Parecia que não tinha dia.

A frase, ouvida em uma das entrevistas, atravessou o tempo e se fixou na memória. Ela sintetiza a experiência do cárcere, um tempo que não avança, que se dobra sobre si mesmo, um tempo suspenso. É nesse intervalo entre o ontem e o amanhã, onde o presente parece não existir, que se constroem as memórias, as identidades e os silêncios deste livro.

A partir do diálogo entre **História, Cultura e Identidade**, este livro propõe-se a compreender o cárcere não apenas como um espaço físico de reclusão, mas como um **território simbólico de suspenso temporal e social**. Nas prisões, o tempo deixa de ser linear, ele se fragmenta, se repete, se torna uma espera. É o tempo das cartas que não chegam, dos dias que não terminam, das mães que contam o crescimento dos filhos apenas pelas palavras.

Parecia que não tinha dia, nasce dessa percepção: de que o cárcere é também um tempo e uma forma de ser no mundo.

As vozes reunidas aqui, de homens e mulheres que viveram o aprisionamento em diferentes instituições do Paraná, compõem um mosaico de memórias que desafiam a cronologia e expõem o que há de mais humano na história: o desejo de recomeçar, mesmo quando o tempo parece ter parado.

A escrita se desenrola entre o campo e a teoria, entre o real e o simbólico. As narrativas orais são entrelaçadas com reflexões de **Goffman, Foucault, Joan Scott, Bernardi, Badinter e Baratta**, que ajudam a pensar o cárcere como espelho das contradições da sociedade e de suas estruturas de poder.

Mais do que uma pesquisa, este livro é uma travessia: entre o silêncio e a fala, entre o esquecimento e a lembrança, entre o tempo suspenso da prisão e o tempo da vida que insiste em continuar. É, sobretudo, um gesto de escuta. Um convite para ouvir aquilo que o mundo, tantas vezes, prefere calar.

Introdução

Um mergulho nas sombras do cárcere

Este livro apresenta e discute a experiência narrada e as ressignificações de pessoas que passaram pelo sistema prisional na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, entre os anos de 2007 e 2019. A proposta é enriquecer o campo historiográfico voltado à análise das trajetórias de pessoas que vivenciaram o encarceramento, um ramo de estudos que vem ganhando destaque e amadurecendo nas últimas décadas.

Esse campo está intrinsecamente ligado às dinâmicas históricas e sociais que impulsionaram o aumento expressivo da população carcerária no Brasil, que contabilizava aproximadamente 759 mil pessoas privadas de liberdade em 2020 (CNN Brasil, 2020). Dados do Ministério da Justiça apontam que, entre janeiro de 1992 e junho de 2013, a população carcerária aumentou 403%, enquanto a população geral cresceu 36% (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Em 26 de julho de 2000, a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, localizada em Ponta Grossa, abrigava entre 117 e 146 internos, apesar de sua capacidade ser limitada a 80 pessoas (Müller, 2000). Ao longo dos anos, o crescimento foi significativo, chegando a entre 900 e 920 internos, enquanto sua capacidade máxima permanecia limitada a 208 reclusos (Diário dos Campos, 2019).

A escolha do tema deste livro está profundamente ligada à experiência da autora, que cresceu em uma região periférica da cidade, marcada pela distância do centro urbano e pela vulnerabilidade social de sua população. Desde a infância, Kamile conviveu com histórias de vida atravessadas pelo conflito com a lei e pela privação de liberdade, trajetórias que se tornaram ainda mais presentes à medida que colegas de escola também enfrentaram essas situações. Essa vivência, contrastante com o perfil predominante nos espaços acadêmicos, despertou um olhar crítico e inquieto, impulsionando a investigação historiográfica que deu origem a este livro

Um dos primeiros passos para aprofundar o entendimento sobre as instituições penais, seus internos e egressos foi a participação no Programa Patronato Penitenciário (PAT-UEPG), projeto

de extensão universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenado pelo curso de Serviço Social e contando com a colaboração dos cursos de Direito, Pedagogia, Administração (todos da UEPG) e Psicologia da Faculdade Sant'Ana, o PAT promove uma abordagem interdisciplinar, enriquecendo os debates sobre o tema.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, adotou-se a história oral como metodologia principal, uma ferramenta poderosa para ouvir a voz das pessoas que vivenciaram a reclusão em primeira mão.

Para captar essas experiências, a pesquisa se concentrou em relatos de pessoas que vivenciaram a reclusão em Ponta Grossa. Essa abordagem permitiu acessar histórias pessoais e únicas, revelando as nuances de vidas profundamente marcadas pelo cárcere. Para identificar os participantes, utilizou-se a técnica da “bola de neve”, método que, a partir de indicações iniciais, abriu caminhos para alcançar um grupo mais amplo de indivíduos dispostos a compartilhar suas trajetórias.

O processo foi conduzido com o mais alto rigor ético e uma sensibilidade cuidadosa. Cada entrevista seguiu um roteiro elaborado minuciosamente e contou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo respeito, segurança e confidencialidade. Desde os primeiros contatos até a transcrição das falas, cada etapa refletiu atenção aos detalhes e compromisso com a humanidade daqueles que se dispuseram a narrar suas histórias.

Essas narrativas não são meros dados estatísticos; são fragmentos de vidas que carregam dor, resistência e esperança. Cada história captada revelou mundos frequentemente invisíveis, oferecendo um mergulho profundo na rotina e nos impactos de uma realidade que atravessa muros e marca para sempre os sujeitos que a vivenciam.

A análise das narrativas se apoiou em categorias-chave que emergiram das memórias compartilhadas. Inspirando-se em Alessandro Portelli, entende-se que “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 2012, p. 31). Esse olhar revela que a história oral transcende os fatos, captando intenções, percepções e reconstruções subjetivas das experiências vividas.

Em diálogo com Marieta Ferreira, a metodologia da história oral vai além dos objetivos acadêmicos: “Na recuperação da história dos

excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social” (FERREIRA, 2002, p. 327). A abordagem, portanto, não se limita a relatar acontecimentos; ela investiga como a memória é constantemente ressignificada, aprofundando a análise histórica e social das trajetórias dos encarcerados.

O procedimento da “bola de neve”, detalhado por Juliana Vinuto como “um tipo de amostragem, uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (VINUTO, 2016, p. 202), potencializou o alcance da pesquisa, permitindo que mais vozes fossem ouvidas e garantindo a diversidade de experiências representadas.

Assim, este livro combina a força da vivência pessoal da autora, que cresceu na periferia de Uvaranas e conheceu de perto o impacto do encarceramento em sua comunidade, com a metodologia rigorosa da história oral, oferecendo ao leitor não apenas dados ou análises, mas vidas que falam, resistem e transformam a compreensão do sistema prisional.

Assim, todos os nomes mencionados neste livro são fictícios, uma precaução tomada com extrema seriedade. Após muitos diálogos, tanto virtuais quanto presenciais, buscamos o momento certo para realizar as entrevistas. A gravação só ocorreu quando os entrevistados se sentiram realmente confortáveis para revisar a memória de uma experiência tão profunda e dolorosa quanto a prisão. Esse processo respeitou o tempo necessário para criar vínculos de confiança e assegurar que os relatos fossem dados de forma autêntica e voluntária.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como destacam Lara Pereira e Jaqueline Cardoso, o consentimento voluntário é princípio fundamental, assegurando que os participantes tivessem liberdade plena para decidir sobre sua participação, sem pressão externa, e compreendessem claramente o objetivo da pesquisa (FERREIRA; CARDOSO, 2013, p. 68-69). Conforme a Declaração de Helsinque, “a ética na pesquisa passa a ser oficialmente regulamentada, colocando o bem-estar dos participantes como prioridade” (FERREIRA; CARDOSO, 2013, p. 69). Essa premissa foi nosso guia em todo o processo, buscando garantir que cada etapa

respeitasse a dignidade e o cuidado com aqueles que compartilharam suas histórias.

Um questionário pré-estruturado permitiu explorar a história de vida dos participantes antes da reclusão, com o objetivo de compreender suas trajetórias e os tempos que antecederam e sucederam a prisão. Contudo, o foco principal nunca foi direcionar suas memórias, mas possibilitar que se expressassem livremente, respeitando emoções e evitando sofrimento desnecessário.

O perfil selecionado foi composto por pessoas maiores de 18 anos, legalmente capazes de consentir, seguindo rigorosamente os princípios éticos da Declaração de Helsinque. Alguns recusaram-se a participar, e respeitamos essa decisão, reconhecendo que permanecer em silêncio ou esquecer também faz parte do direito humano.

Entre os vinte colaboradores inicialmente selecionados, todos homens, pois as mulheres abordadas preferiram se distanciar da pesquisa devido ao trauma que o tema evocava, apenas quatro se dispuseram a gravar suas entrevistas. Seis não puderam ser contatados, quatro recusaram a participação, dois retornaram ao sistema penitenciário e quatro faleceram, dois assassinados, um em acidente e outro por problemas de saúde. Mesmo assim, a investigação não parou, e, inesperadamente, surgiram três mulheres por indicação de familiares, elevando o total de entrevistas realizadas para sete.

Cada colaborador será apresentado brevemente, na ordem das entrevistas. Esse espaço cumpre mais do que a função de registro: dá vida a trajetórias únicas, separando indivíduos da abstração e permitindo ao leitor retomar suas histórias ao longo da leitura.

O primeiro colaborador a dar o passo decisivo foi *Antônio*, um homem de 34 anos, que entrou em contato inicialmente via redes sociais, mediado por conhecidos em comum. Nas primeiras trocas de mensagem, Antônio revelou estar no regime semiaberto, realizando visitas esporádicas à família. Durante essas visitas, ele usava as redes sociais como uma forma de se conectar com o mundo exterior. Após algumas conversas, ele aceitou o convite, animado pela ideia de contar sua própria história. Antônio não queria ser reduzido à sua ficha criminal; ele desejava mostrar que o ex-presidiário é muito mais do

que seu processo penal, que sua vida tinha mais do que o peso do encarceramento.

Ele trabalhava com serviços gerais em áreas rurais da região de Ponta Grossa, sendo um homem observador, que falava pouco, mas com grande atenção aos detalhes. A entrevista foi marcada para a sala da casa de sua avó. Sentados no sofá, Antônio começou a contar sua história de vida. Sua primeira prisão ocorreu quando tinha 23 anos e a segunda aos 31. No total, ele passou três anos e um mês recluso na primeira vez, e quatro anos na segunda. Com formação apenas no ensino fundamental, casado e pai de um filho, Antônio morou nas cidades de Imbituva, Ponta Grossa e Teixeira Soares. Ao longo de sua trajetória no sistema penitenciário, passou por várias instituições, incluindo a Cadeia Pública de Teixeira Soares, a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa, e a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, tanto em regime fechado quanto semiaberto.

A história de Antônio foi apenas o começo de um processo de investigação repleto de reviravoltas, onde cada narrativa trazia consigo o peso de memórias e de desafios imensuráveis. Ele, como tantos outros, era apenas uma peça em um quadro maior, onde cada nome descoberto representava não só uma trajetória pessoal, mas uma chance de entender o sistema carcerário através de suas próprias feridas, dores e esperanças.

Após a gravação de Antônio, o tempo parecia passar com a intensidade de um mistério por resolver. De um total de vinte nomes, apenas mais três deram o passo de abrir suas portas para a pesquisa. Muitos recusaram-se, seus motivos nunca questionados, como se a resposta estivesse guardada naqueles silêncios eloquentes que, por mais que resistissem, falavam mais do que mil palavras.

Ainda assim, a vida seguia seu curso imprevisível. Cada novo nome, cada possível colaborador se tornava uma nova possibilidade, e a pesquisa, quase que pela sobrevivência, seguia em frente. O impacto de conhecer histórias tão cruéis e tão cheias de profundidade foi se ampliando a cada entrevista. O que se via à superfície das palavras se desvendava como um grande iceberg, escondendo sob águas geladas dores pessoais, traumas psíquicos e a tentativa incansável de encontrar uma forma de seguir em frente.

Por trás de cada entrevista, do simples ato de gravar a voz de um homem, ou mais tarde, de uma mulher estava um retrato de um Brasil silencioso, que precisa de voz e rosto. Na tentativa de trazer à tona a essência dessas vidas quebradas, comungamos, como um grande quebra-cabeça em constante evolução, da história e da dor humana, no sistema penitenciário e seus ecos.

É nesse cenário que as histórias se tornaram mais vívidas, mais marcantes, atravessadas pela angústia da prisão e pela luta para reiniciar quando se retorna à liberdade, com uma nova identidade social, sempre marcada pela exclusão e pela desconfiança da sociedade. A cada entrevista, nos aproximávamos mais da fronteira entre o que as pessoas realmente viveram e o que elas foram forçadas a se tornar, tentando não se afogar nessa maré de emoções, mas sempre respeitando o limite do tempo e do trauma, como uma linha tênue que separa o que é possível de ser narrado e o que talvez nunca devesse ser falado.

E, por fim, com esses relatos, com as confidências e, por vezes, com os silêncios, a investigação ganhava sentido. Não era apenas sobre documentar o que aconteceu, mas sim sobre revelar as complexas camadas da vida daqueles que enfrentam a marginalidade, a exclusão e, principalmente, a reintegração: uma jornada dolorosa e solitária, que raramente é relatada de forma honesta e direta. Mas aqui, sim, elas começaram a emergir, um fragmento de cada vez.

O segundo episódio da pesquisa trouxe *Carlos* para a narrativa. Com 26 anos, a princípio tímido, foi aos poucos que ele se permitiu expandir suas palavras. Embora seus familiares expressaram surpresa pela decisão de ele compartilhar sua história, já que até então ele nunca havia falado sobre a experiência de prisão, havia algo no convite da pesquisa que o movia a se abrir. A conversa aconteceu num domingo ensolarado, após o almoço, na casa de sua tia. Sua receptividade à pesquisadora fez com que, com cautela e respeito, escolhessem o ambiente mais confortável para a gravação da entrevista – seu quarto. A intimidade da cena, marcada pelo silêncio da tia lá fora, refletia um pedido de confiança. Carlos era técnico em Enfermagem, possuía uma história de reclusão de 10 meses, e naquele momento estava iniciando seu curso superior. Sua vida sempre foi em Ponta Grossa, onde cumpriu a pena na Cadeia Pública Hildebrando de Souza.

Pouco tempo depois, a pesquisa rendeu um outro relato profundamente humano, através de **Ney**. Aos 32 anos, com sua energia contagiante, Ney não hesitou ao aceitar a participação ao entender a proposta do estudo. Encontramos Ney em um almoço de domingo, organizado por um amigo comum, um almoço que se tornaria uma espécie de memorial improvisado. Com uma postura expansiva, Ney contou sua experiência no sistema prisional de forma franca e descontraída, revelando o imenso fardo que o confinamento impôs à sua existência. Sua experiência foi de 8 meses de reclusão, o que evidenciou, ao lado da sua bagagem educacional do Ensino Fundamental, uma vida marcada pela transitoriedade e pela busca por novos significados, como os de sua relação com o filho que deixou para trás. Novamente, a Cadeia Pública Hildebrando de Souza era o cenário daquela memória.

Rodrigo, por outro lado, surgiu mais introvertido. Com 31 anos, não fazia questão de falar muito, preferia ouvir. Seu relato não nasceu facilmente: sua narrativa estava guardada, trancada atrás de uma timidez que ele mesmo reconhecia. Foi apenas com o apoio silencioso de sua esposa e com a confiança depositada na pesquisa que Rodrigo permitiu que seus pensamentos ecoassem. Após uma conversa delicada, onde Rodrigo revelou que nunca falou sobre a prisão para ninguém e que talvez não conseguisse manter-se firme ao relembrar os momentos da cadeia, a entrevista foi marcada. A gravação aconteceu na sua casa, nos dias tranquilos de sua união estável, longe das memórias ainda frescas de um confinamento de 1 ano e 28 dias na Cadeia Pública Hildebrando de Souza e na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. Rodrigo relatou, no final, um alívio raro: sentir-se bem em poder contar sua história, como se a dor pudesse, finalmente, encontrar alguma forma de alívio na fala.

Cada um desses encontros trazia algo em comum: um pacto silencioso entre a pesquisadora e o entrevistado, onde a história de vida não era apenas sobre narrar os acontecimentos do passado, mas sobre conferir-lhe um lugar de pertencimento e, principalmente, de compreensão em um sistema onde as vozes das ex-prisioneiras e ex-prisioneiros raramente são ouvidas. Essas entrevistas eram, antes de tudo, fragmentos de uma sociedade silenciada, mas não esquecida.

O quinto contato para esta pesquisa revelou-se uma porta de entrada para uma história que pulsava sob camadas de resiliência e mistério: a de *Elizabeth Taylor*. Seu nome emergiu quase casualmente, mencionado por uma amiga em comum que conhecia sua trajetória por intermédio da irmã. Foi assim, de maneira quase orgânica, que Elizabeth se tornou a primeira mulher a aceitar revisitar as sombras de seu passado de encarceramento, permitindo que suas memórias e vivências enriquecessem esta dissertação com uma profundidade única.

O encontro foi cuidadosamente planejado para um domingo de 2019, em um almoço na casa de sua irmã. A atmosfera parecia carregada de expectativa, como se cada detalhe daquele dia estivesse destinado a revelar algo significativo. Aos 31 anos, Elisabete se apresentou como uma mulher de múltiplas facetas, com uma trajetória marcada pela luta incessante por sobrevivência e dignidade. Com o Ensino Fundamental completo, ela já trilhou caminhos diversos: trabalhou como diarista, auxiliar de serviços gerais em uma madeireira, em uma empresa de ônibus, pizzaria e restaurante. Solteira, é mãe de quatro filhos, dois meninos e duas meninas e carrega nos olhos uma força que contrasta com as cicatrizes invisíveis de sua trajetória.

Sua vivência no sistema carcerário, que se estendeu por 3 anos e 2 meses, foi permeada por deslocamentos entre diferentes unidades: a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa; o Complexo Médico Penal, em Pinhais; e a Penitenciária Feminina em Piraquara, onde cumpriu regimes fechado e semiaberto. Sempre residente em Ponta Grossa, Elisabete teve sua vida entrelaçada às dinâmicas locais do encarceramento feminino. Seus relatos, carregados de detalhes muitas vezes dolorosos, revelam não apenas as realidades do sistema prisional, mas também o impacto emocional e social de uma vida marcada por ciclos de exclusão.

Ao final da entrevista, um momento inesperado que parecia romper o clima pesado das memórias: Elisabete, com um olhar que mesclava seriedade e solidariedade, mencionou o nome de uma amiga. “*Tânia*”, ela disse, enquanto anotava o contato em um pedaço de papel. Aquele gesto, pequeno e despretensioso, ampliou a rede de vozes desta pesquisa e revelou, mais uma vez, a generosidade que sobrevive mesmo nos cenários mais adversos

O sexto contato foi com *Tânia*, uma mulher que se revelou enigmática desde o início, comunicando-se por mensagens de texto de forma breve, mas com um tom que sugeria histórias profundas por trás de suas palavras. Aos 46 anos, Tânia é mãe de três filhas e viúva. Trabalha como cozinheira, uma profissão que parece carregar não apenas sustento, mas também resiliência em sua trajetória. Sua experiência no sistema carcerário durou 1 ano e 4 meses na Cadeia Pública Hildebrando de Souza, um período que ela raramente menciona, mas que deixa marcas visíveis em sua postura reservada. Residente em Ponta Grossa, Tânia já viveu em Santa Catarina, trazendo consigo um passado que parece flutuar entre silêncios e memórias fragmentadas.

Já o sétimo contato foi com *Bruna*, uma jovem indicada por um amigo, mas cuja aproximação revelou-se um processo cauteloso e intrigante. Bruna era reticente no início, como se estivesse testando o terreno antes de expor suas memórias mais sombrias. Foi um longo caminho até que ela, finalmente, disse com firmeza: “Agora estou pronta para falar”. A entrevista foi carregada de emoção, e, ao final, Bruna surpreendeu a pesquisadora com um abraço. Suas palavras ecoaram como um desabafo contido por muito tempo: “Me senti bem em lembrar de tudo que já passei. Narrar minha história me fez sentir melhor diante do que vivo hoje.” Era como se, naquele momento, ela tivesse deixado um peso invisível para trás.

Com apenas 23 anos, Bruna é uma jovem com Ensino Médio completo, que trabalha como caixa operadora e dedica-se à criação de sua filha. Solteira e com um semblante que alterna entre força e vulnerabilidade, ela viveu 6 meses de reclusão na Cadeia Pública Hildebrando de Souza. Embora tenha sempre residido em Ponta Grossa, sua história sugere cicatrizes que ultrapassam os limites geográficos. A profundidade de seu relato não apenas adiciona complexidade ao estudo, mas também provoca reflexões sobre o impacto transformador e muitas vezes silencioso da reclusão na vida de mulheres jovens como ela.

No percurso das gravações, cada passo parecia ser cuidadosamente traçado para criar uma atmosfera de confiança mútua, essencial para uma pesquisa que mergulha nas profundezas das memórias humanas. A pesquisadora não estava sozinha: sua mãe, *Cleci*, a acompanhava em cada encontro. Mais do que uma presença discreta, Cleci tornou-

-se uma espécie de ponte entre os mundos da pesquisadora e das famílias dos egressos. Sua presença dissipou receios, especialmente aqueles que insinuavam que a pesquisa pudesse ter vínculos com uma nova investigação policial – um temor que pairava no ar como um espectro, refletindo a desconfiança enraizada em histórias de dor e enfrentamento.

Cleci desempenhou um papel essencial: acolhia as famílias, auxiliava na retirada de dúvidas e trazia um conforto silencioso que muitas vezes fazia a diferença. No entanto, no momento crucial das entrevistas, a pesquisadora permanecia apenas com o entrevistado, em um cômodo separado, resguardando a intimidade e a autenticidade das narrativas. Enquanto isso, Cleci aguardava, sua presença como testemunha e guardiã de um processo que, embora doloroso, buscava iluminar as histórias que a sociedade muitas vezes escolhe esquecer.

Esse cuidado ético com os entrevistados e seus familiares era uma bússola que guiava cada etapa da pesquisa. Em relação às pesquisas que envolvem seres humanos nas Ciências Humanas, Juliana Vinuto salienta:

“Claro que todas as pesquisas envolvendo seres humanos podem possuir certo grau de risco, seja de ordem física ou psíquica, contudo, os riscos na área de ciências humanas e sociais são notoriamente diferentes dos possíveis riscos ligados às ciências médicas, pois não utilizam procedimentos invasivos e evitam situações que provoquem desconforto.” (VINUTO, 2016, p. 72).

Seguindo esse norte ético, cada entrevista foi conduzida com extremo cuidado. Além de registrar as narrativas, houve uma preocupação em acompanhar as condições emocionais e psicológicas dos colaboradores, tanto durante quanto após as entrevistas. Ao fim do processo, cada entrevistado recebia as transcrições de suas falas, podendo vetar qualquer trecho que considerasse inadequado para publicação. Era um momento de devolução do poder àquele que narrou sua história, em linha com os apontamentos de Débora Diniz e Dirce Guilhem:

“É na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, tais como garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios, devolução dos resultados.” (DINIZ; GUILHEM, p. 296).

Para dar corpo a esta pesquisa, optou-se pela história oral – uma metodologia que convida o passado a retornar, não como uma sombra imutável, mas como matéria viva, capaz de ressignificações. Sob a luz dos estudos de Judith Butler, que discute a constituição dos sujeitos pela perspectiva de gênero, emerge a relevância de “narrar a si mesmo”. Nesse ato de auto-narração, o indivíduo revela não apenas os eventos que moldaram sua vida, mas também os processos sociais que, de forma inconsciente, o configuraram. (BUTLER, 2015).

A história oral, neste contexto, não é apenas um meio de rememoração. É uma ferramenta de análise das experiências vividas, permitindo que cada voz ecoe como parte de uma dimensão maior da história social. Assim, conectam-se as memórias individuais aos estudos de Butler, trazendo à tona a complexidade de narrar-se a si mesmo, especialmente no contexto daqueles que enfrentaram o conflito com a lei e a privação de liberdade.

Para adentrar o complexo universo desta pesquisa, a estrutura foi delineada em três capítulos, cada qual desvendando camadas de significados e experiências.

No **capítulo 1 – PORTÕES QUE SE FECHAM: O IMPACTO DA CHEGADA À PRISÃO**, exploramos os momentos que marcam a travessia inicial para o encarceramento. As vozes dos colaboradores revelam não apenas as motivações que os conduziram ao sistema penitenciário, mas também os primeiros impactos do confinamento, uma experiência descrita por muitos como o fechamento literal e simbólico das portas para o mundo exterior. O capítulo apresenta um denso debate teórico-metodológico sobre a história oral, destacando como a memória atua na atribuição de significados às experiências vividas, lembradas e narradas. Também investigamos as transformações institucionais que ocorreram ao longo do tempo, uma vez que os colaboradores não estiveram reclusos no mesmo período. A análise culmina em uma discussão instigante sobre as relações de tensão, ética e moral que permeiam o cotidiano carcerário, onde a sobrevivência exige mais do que força física ela requer resistência moral e emocional.

No **CAPÍTULO 2 – ENTRE MUROS: GÊNERO, PODER E AS DINÂMICAS ENTRE MULHERES E HOMENS**, o foco se desloca para as tensões de gênero que emergem

nos cárceres. O capítulo desvenda os desafios enfrentados por mulheres presas, particularmente no que diz respeito à maternidade seja pela interrupção abrupta do vínculo com os filhos ou pelo controle do Estado sobre seus corpos. Paralelamente, a experiência da paternidade sob o regime carcerário é investigada, revelando um mosaico de sentimentos, que variam entre abandono e acompanhamento afetivo. O controle disciplinar do corpo, tão característico das instituições penais, é analisado à luz das reflexões de Michel Foucault, que descreve como “as práticas disciplinares consolidadas a partir do século XVIII produzem um corpo dócil.” (BARBOSA; OLIVEIRA, p. 01). O capítulo também explora as hierarquias internas e as relações de poder, desnudando uma dinâmica complexa e, muitas vezes, brutal, que governa a vida entre os muros.

Por fim, no **CAPÍTULO 3 – CICATRIZES INVISÍVEIS: IDENTIDADE E O PESO DO ESTIGMA DO EGRESSO**, as memórias dos entrevistados iluminam o delicado processo de retorno à liberdade. O que significa ser um egresso do sistema prisional em Ponta Grossa? O capítulo explora como os sentimentos de alívio e incerteza se entrelaçam no momento da libertação e investiga as trajetórias marcadas pelo estigma de quem carrega o rótulo de “ex-presidiário(a)”. A partir das vozes dos colaboradores, são examinadas as transformações identitárias decorrentes do enclausuramento, os sentimentos compartilhados entre os egressos e as ressignificações construídas em suas vidas pós-encarceramento.

O que esta pesquisa almeja, em sua essência, é lançar luz sobre os véus do preconceito e os estigmas que, há séculos, passaram sobre aqueles que um dia estiveram atrás das grades. Busca-se, por meio das vozes do passado e do presente, dar forma e humanidade àqueles que a sociedade escolheu ignorar, que foram empurrados para as sombras do esquecimento. Entre relatos silenciados. Cada um, à sua maneira, carrega as marcas de um sistema que não apenas pune, mas também molda destinos, alimenta ciclos e redefine identidades. O cárcere não se fecha nos ocultos que se fecham atrás das detenções; ele reverbera nas ruas, nos tribunais, nas casas vazias e nas visitas supervisionadas.

Não há, aqui, qualquer intenção de vitimizar, romantizar ou tampouco, rejeitar essas trajetórias. O objetivo é outro: um convite para mergulhar mesmo que no conforto do camarote, na experiência

mais sombria da cultura da criminalidade e do conflito com a lei. Não criaremos vilões nem heróis. Apenas buscaremos emergir na atmosfera de adrenalina, medo e insegurança que atravessa todos aqueles que se veem envolvidos nessas dinâmicas sejam aqueles privados de liberdade, agentes carcerários, policiais, juízes, promotores, advogados ou familiares.

Nesta jornada, não buscamos justiça poética nem redenção glorificada. Tampouco oferece absolvição ou denúncias. Nosso propósito é lançar luz sobre as sombras que permeiam o sistema prisional, explorando suas contradições, violências e silêncios. A cada relato, a cada memória revisitada, emergem cicatrizes invisíveis e dilemas que transcendem os muros das penitenciárias, alcançando tribunais, lares despedaçados e consciências inquietas. Aqui, apenas as vidas foram marcadas pelo conflito com a lei, pelas engrenagens dos estigmas que os acompanham muito além da liberdade concedida no papel. A liberdade, afinal, é um labirinto de olhares desconfiados, portas fechadas e identidades fragmentadas. Entre a memória do cárcere e os desafios do recomeço, cada egresso carrega consigo marcas invisíveis testemunhos de uma realidade que muitos preferem ignorar.

Capítulo 1

Portões que se fecham: o impacto da chegada à prisão

As lembranças narradas neste capítulo mergulham na experiência crua e implacável da privação de liberdade. Entre muros altos e fechados que se fecham com estrondos metálicos, os dias se arrastam em uma rotina implacável. No verão, o calor dentro das celas se torna sufocante, transformando os corredores em verdadeiras estufas de concreto. O ar pesa, os ventiladores falham, e escorre suor sem trégua, misturando-se ao cheiro ácido da superlotação. Os corpos se comprimem entre camas improvisadas, colchões finos e paredes encardidas pelo tempo. Cada respiração é densa, cada movimento é arrastado. As janelas graduadas permitem entrar no aposento apenas frescas de um ar quente e rarefeito, incapaz de aliviar o peso sufocante do ambiente. O cheiro de suor, comida azeda e o bolor impregnado nas paredes compõem uma atmosfera densa, quase palpável.

Do lado de fora, a vida segue indiferente, enquanto lá dentro, os dias se arrastam entre o calor insuportável e a ausência de espaço, tornando a cada segundo uma luta silenciosa contra o próprio corpo e a sanidade se torna um teste diário de resistência. O calor, que gruda na pele como uma segunda camada, transforma as celas em verdadeiras estufas, onde o ar parece pesar mais a cada respiração. A sede apertada, o tempo se dilata, e a única certeza é que o sol continuará impiedoso do lado de fora, sem nunca tocar diretamente seus corpos.

Para as mulheres presas, a realidade assume contornos ainda mais sombrios na Penitenciária Feminina de Piraquara, ou na Cadeia Pública Hildebrando de Souza. O abandono é mais cruel, a solidão mais densa. Alguns chegam grávidas, outros deixam filhos pequenos do lado de fora, e a incerteza sobre o reencontro é um fantasma que as assombra a cada noite. O silêncio do pavilhão feminino tem um peso diferente: não é apenas o isolamento físico, mas o eco de uma sociedade que as desliga, que as culpa duas vezes, pelo crime e por serem mulheres. No final, as prisões não são apenas concreto, ferro e grades. Eles são um organismo vivo, um cenário de sobrevivência onde o medo, a adrenalina e o instinto moldam cada movimento, cada decisão, cada resquício de humanidade que ainda resiste.

1.1 O peso das razões: história oral e memória.

O barulho do ferro se fecha. Ó ranger da cela trancada. O eco dos passos no corredor estreito. Para quem está do lado de fora, prisões são apenas um conceito, uma manchete passageira no noticiário, um enredo de filme ou série. Mas para aqueles que vivem dentro deles, sejam presos, carcereiros ou mesmo as sombras que habitam esses corredores. O cárcere é um universo próprio, onde a liberdade é um eco distante, o tempo se distorce e a sobrevivência depende de códigos invisíveis, escritos à força.

Criamos imagens que significam estar presos. Imagens moldadas por discursos midiáticos, narrativas políticas e produções culturais. Ouvimos histórias de detentos perigosos, celas superlotadas, rebeliões sangrentas. Vemos a brutalidade em documentários como *Por Dentro das Prisões Mais Severas do Mundo* (2016), que nos arrastam por um labirinto de violência, poder e sobrevivência, onde cada decisão pode ser a última. Quem controla quem, afinal? Os presos estão atrás das grades, mas será que serão os únicos encarcerados? Para entender o que realmente acontece por trás dos muros de concreto, é preciso ir além do que nós contamos. É preciso entrar nesse mundo, entender suas regras.

Dentro dessas paredes cheirando mofo, a lei do mais forte impera. O tempo não segue as regras do mundo exterior; ele se arrasta, se dobra, sufoca. Cada olhar pode ser um desafio, cada palavra mal colocada, uma sentença. Existem posições invisíveis, códigos escritos no silêncio, alianças que podem significar proteção ou traição. Quem entra, nunca sai do mesmo. E para alguns, sair não significa liberdade!

O conflito com a lei não é um fenômeno recente. Ao longo da história, indivíduos incontáveis passaram por essa experiência, enfrentando julgamentos, punições e, muitas vezes, a perda definitiva da dignidade. Para alguns, o cárcere marca o início de uma transformação brutal e irreversível; para outros, é apenas mais uma experiência traumática.

A privação da liberdade como forma de proteção, no entanto, não existe desde sempre. Ela nasceu da necessidade de reformulação do sistema penal na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, quando as punições deixaram de ser exclusivamente físicas para se tornar também um castigo do tempo, da espera, da manipulação lenta e silenciosa

(MAIA, 2007, p. 5). O que começou como uma alternativa à brutalidade das execuções e torturas se tornou, ao longo dos séculos, um mecanismo de controle social.

A transição do final da Idade Média para o início da Idade Moderna marcou uma virada brutal na maneira como a sociedade escolheu punir aqueles que desafiavam suas leis. Durante séculos, a dor e o sangue eram os instrumentos da justiça: corpos estirados em praças públicas e açoites.

A saída começou a sair dos olhos do público. O sofrimento, antes de ser uma cerimônia de poder, foi transferido para um lugar mais discreto e, paradoxalmente, mais eficiente. As prisões, que antes serviam apenas como depósitos temporários para os condenados, sofreram a própria sentença. A pena de morte e os suplícios físicos, ainda que persistissem, resultaram na perda de espaço para uma nova forma de castigo: o confinamento. A privação da liberdade tornou-se a nova moeda da justiça.

No Brasil, essa lógica se expandiu de maneira avassaladora. Hoje, mais de 726 mil pessoas vivem atrás das grades (VERDÉLIO, 2017), em um sistema que cresceu não apenas como resposta à criminalidade, mas como um mecanismo de controle social. Afinal, a cela não fere a carne de imediato—mas corrói a mente, devora a identidade. O prisioneiro pode continuar respirando, mas cada dia apaga um pouco mais de quem ele foi, até que reste apenas um número, um corpo enclausurado, uma sombra do que um dia existiu.

Uma justificativa? O fracasso dos métodos anteriores. O terror dos suplícios e da pena de morte não contém o crescimento da chamada “delinquência”, e a necessidade de um novo tipo de proteção (SILVA; DOS SANTOS, 2018, p. 33)

Para que alguém chegue ao cárcere, há um longo caminho traçado muito antes da sentença ser proferida. Suas trajetórias de vida, entrelaçadas nas complexas teias das relações sociais, as levaram ao conflito com a lei. Para compreender os significados e os impactos desse momento, é essencial ouvir as vozes daqueles que viveram essa experiência – suas percepções, dores e ressignificações diante do cárcere. EP Thompson, ao discutir a natureza da lei, expõe

A lei [...] opera como mediação das relações de classes com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais em última instância confirmam e consolidam o poder de classes existentes. Portanto, o domínio da lei é apenas uma máscara do domínio de uma classe. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de mostrar uma independência frente às manipulações flagrantes e parece ser justa. Quando acontece a mudança de uma lei, também acontece uma mudança de mentalidades (THOMPSON, 2002, p. 350).

O discurso da justiça se veste de imparcialidade, mas por trás da máscara, o poder segue girando. A lei pode mudar, mas sua essência raramente se altera. O cárcere, como ferramenta desse sistema, não é apenas um espaço, mas um instrumento que reforça e perpetua a desigualdade.

As transformações na vida social após o confronto com a lei foram narradas por Carlos, que revisitou os caminhos que o levaram à prisão. Em seu relato, destacaram as influências que moldaram seu destino, especialmente aquelas ligadas ao grupo com o que se identificou durante a adolescência, nas ruas de Ponta Grossa. Entre memórias e reflexões, sua história revela como as escolhas, os laços e as situações podem levar alguém ao encontro com o cárcere.

Então minha vivência na cidade de Ponta Grossa sempre foi legal, sempre gostei da cidade e do bairro onde que eu morava, eu gostava bastante, tinha bastante amizade. Daí foi indo que eu comecei a me envolver no caminho errado [sorriso]. Acho que desde por volta dos meus 14 anos, eu comecei. Daí nunca acontecia nada comigo, nada com a polícia e, foi indo e uma coisa foi levando a outra. E por mais que fossem os amigos do caminho errado, eu gostava deles. [sorriso]. Eu acho que se a pessoa está na vida do crime, ou não, isso não distingue caráter da pessoa. Sei lá, que nem você fala de ética, mas a ética é uma coisa muito complexa. Porque a ética deles no mundo que eles vivem, está normal. É diferente de uma ética da pessoa de uma outra classe social né [sorriso], ela tem uma outra visão diferente do que é ética, diferente do que eu tenho na minha visão e na visão das pessoas que eu conheço (informação verbal). Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

A fala de Carlos oferece um relato revelador sobre a construção social do crime e o relato permite identificar a trajetória, a menção à ética como algo relativo. Permite entender um dos dilemas fundamentais do sistema prisional moderno: a ideia de que o crime, para além de ser uma transgressão à norma jurídica, pode representar um código próprio de conduta dentro de determinados grupos sociais. A história de Carlos não é apenas de um indivíduo, mas de uma estrutura social que molda destinos e traça as fronteiras entre aqueles que são integrados e aqueles que são punidos.

As condutas de um grupo são moldadas pelos costumes, significados e valores compartilhados entre seus membros. A identidade coletiva se construiu a partir desses elementos, criando um senso de pertencimento fundamental para a coesão. Mesmo quando essas práticas contrariam normas sociais e jurídicas, os membros do grupo tendem a utilizá-las, reinterpretando-as sob a ótica de um código moral próprio. O peso da transgressão é amenizado, e a ética se torna maleável.

No campo científico, a ética é tradicionalmente definida como “uma reflexão filosófica e social sobre costumes e ações humanas pautadas em valores coletivos considerados corretos” (VALLS, 2017, p. 5). No entanto, quando comprovado a partir da perspectiva dos grupos marginalizados, percebe-se que esta reflexão assume contornos distintos. O que é considerado ético para um grupo pode ser visto como imoral ou ilegal para outro, revelando não apenas a flexibilidade do conceito, mas também o esforço entre as diferenças. Tais questões podem ser observadas na fala de Carlos:

Então a maioria [sorriso] ética é normal pegar 3 ou 4 quilos de maconha e vender ‘pros’ os outros [sorriso], né? [sorriso]. Para eles é normal, contar uma história que assaltou uma farmácia, é normal [sorriso]. De que trocou tiro com a polícia [sorriso] é totalmente normal. Agora já para uma pessoa que nunca teve o convívio, que tem um patamar de vida diferente, é totalmente diferente (informação verbal)

Do ponto de vista historiográfico, esse relato se insere em um debate clássico sobre a formação de normas e valores dentro de diferentes grupos sociais. Como apontam teóricos como Michel Foucault e Loïc Wacquant, a marginalização não é apenas um específico jurí-

dico ou policial, mas um processo social que define quem está dentro e quem está fora do sistema normativo dominante. Nesse sentido, a ética se torna um elemento dinâmico, condicionado pelo meio e pelas relações de poder que estruturam a sociedade.

O uso repetido do sorriso ao longo da fala não é um detalhe insignificante; ele pode indicar uma tentativa de amenizar o peso das afirmações, uma estratégia inconsciente para normalizar ou que, fora desse contexto, seria vista como chocante. Ao mesmo tempo, sugere uma naturalização dessas práticas, como se fossem apenas parte da rotina. Essa banalização do ilícito é um dos efeitos da exclusão social prolongada: quando as oportunidades legais são escassas ou inexistentes, outras regras passam a reger a sobrevivência.

A menção a um “patamar de vida diferente” no final da fala reforça a ideia de que a ética não é um conceito universal, mas sim uma construção social que varia de acordo com a posição de cada grupo dentro da estrutura de classes. O que para alguns é crime, para outros é um meio legítimo de sustento e pertencimento. Essa fragmentação da moralidade social dialoga com a noção de “ética reinventada” discutida anteriormente. A fala de Carlos se entrelaça com as sombras de um destino traçado, um percurso que se repete em diferentes rostos e histórias. O que parece ser apenas um relato individual carrega consigo ecos de outras vozes.

Para Rodrigo Rossi:

As trajetórias do grupo estudado são marcadas pela vivência territorial ligada à vulnerabilidade e diferentes atos ilícitos, diferentes espacialidades e redes de relações de sociabilidade que corroboram como ideia de uma trajetória de vulnerabilidade ao crime e à prisão (ROSSI, 2017, p. 15).

A vulnerabilidade territorial apontada por Rossi (2017, p. 15) não se manifesta apenas como um fator de exposição ao crime, mas como um elemento estruturante das identidades e relações sociais dentro desses espaços. Nesse contexto, o envolvimento com o tráfico de drogas não surge meramente como uma oportunidade econômica ou uma escolha individual isolada, mas como parte de pertencimento a um grupo.

Além disso, o exercício das atividades ilícitas reforçar as dinâmicas de diferenciação e poder dentro do grupo, gerando tanto status quanto conflitos. O sentimento de adrenalina ao infringir a lei pode ser compreendido como um fator de coesão, aproximando aqueles que se unem das mesmas práticas e consolidando a cultura do crime como um universo paralelo, onde a ordem e a ética são reconfiguradas a partir da vivência.

O crime, nesse cenário, não é apenas um ato, é um rito de passagem. Cada transação ilícita, cada olhar alterado nas esquinas escuras da periferia, cada confronto sussurrado entre becos estreitos marca a entrada em um universo onde a sobrevivência exige mais do que força: exige sangue frio. A adrenalina do risco se mistura ao cheiro do asfalto quente, e a sombra da morte se torna constante, girando para aqueles que ousam atravessar a linha invisível entre o anonimato e o poder. No silêncio da madrugada, entre sirenes distantes e passos apressados, formam-se não apenas crimes, mas lendas. Algumas histórias são contadas em sussurrantes, outras nunca chegam a ser ouvidas, perdem-se entre celas úmidas e túmulos sem nome. O submundo tem suas próprias leis, e nelas, a liberdade não é um direito... é um privilégio!

Rodrigo, assim como Carlos, encontrou seu destino entre as sombras do crime. A venda de matéria ilícita foi a trilha que contribuiu para a prisão, mas sua narrativa traz nuances que iam além. Sua história contrastava com a de Carlos, que nunca conheceu a miséria. Enquanto uma história via no crime uma questão de poder e pertencimento, o outro o enxergava como uma última alternativa. Mas a prisão não distingue origens nem justificativas. No processo penal, ambos eram apenas nomes em uma cela, onde o passado já não fazia diferença e o futuro era apenas um vulto incerto no escuro. Rodrigo contou:

A eu fui preso porque comecei a mexer com droga, né. Daí no começo eu comecei a vender tipo de pouquinho, mas daí como eu 'tava' desempregado, eu já tinha filho e tudo, né. Eu comecei a mexer com isso, mexer com droga mesmo! Daí quando eu vi que 'tava' dando dinheiro, eu fui mexendo cada vez mais, cada vez mais! Daí quando foi um dia eu 'tava' aqui em casa e a polícia me abordou aqui. Um piá de menor comprava de noite, e daí a polícia já 'tava' esperando. Daí o piá 'entro' e 'compro' e daí na hora que ele saiu a polícia pegou ele. Acho que deu uns 5 minutos ou 10 minutos a polícia entrou aqui 'pra' dentro. Daí me pegou aqui

dentro, daí eles revistaram tudo, reviraram tudo, daí eles viram aonde eu tinha escondido ‘as coisa’ para fora da casa, daí acharam e daí fizeram a prisão! (informação verbal)

O relato de Rodrigo expõe a trajetória de sua entrada no tráfico como uma linha tênue entre necessidade e oportunidade. A princípio, sua incursão no comércio de drogas surge como um recurso temporário, uma solução emergencial para enfrentar o desemprego e sustentar seus filhos. No entanto, o dinheiro rápido e fácil logo transforma a necessidade em hábito, e o hábito em uma armadilha. A progressão de sua atividade criminosa é quase imperceptível para ele próprio cada vez mais envolvido, cada vez mais comprometido, até que o ponto de retorno se dissolveu por completo.

Seu relato carrega um forte elemento de destino final, como se a prisão fosse apenas uma questão de tempo. O cerco policial se fecha de maneira meticulosa, quase cinematográfica: um informante involuntário, uma vigilância silenciosa, e então, a queda. A invasão repentina, a casa revirada, os esconderijos descobertos, tudo acontece em uma sequência de acontecimentos que parecem mais um desfecho do que uma surpresa.

Do ponto de vista historiográfico e sociológico, a experiência de Rodrigo se inseriu na lógica de criminalização das classes marginalizadas, onde a repressão policial opera como um mecanismo constante de controle social. Sua prisão não se dá após uma investigação longa e detalhada, mas sim por meio de uma abordagem quase predatória, um reflexo da vigilância direcionada sobre territórios e indivíduos já previamente marcados pelo estigma da criminalidade.

Além disso, seu relato evidencia uma naturalização do risco dentro do mundo do tráfico. Rodrigo fala de sua prisão como apenas a constatação de um ciclo que se repete, de um jogo que, cedo ou tarde, cobra seu preço. Nesse cenário, o cárcere não surge como um desvio na trajetória, mas como parte integrante de uma lógica maior, onde a liberdade é sempre temporária e a captura, intuitiva.

O tráfico de entorpecentes e o sistema prisional são, historicamente, territórios dominados por homens. As ruas, os becos e os corredores sombrios das penitenciárias foram moldados sob uma lógica masculina, onde a criminalidade e a segurança parecem seguir

um roteiro escrito para eles. No entanto, entre as sombras desse universo, existem também mulheres invisíveis para muitos, mas marcadas pelas mesmas sentenças implacáveis.

Em 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou um número impactante: das 602.217 pessoas encarceradas no Brasil, 95% eram homens. Mas os outros 5% das 30.110 mulheres presas representavam mais do que um dado estatístico. Por trás de números trazemos um rosto, uma voz, chamada Tânia.

Tânia é uma dessas histórias. Sua trajetória não começou no crime, mas na luta pela sobrevivência. Desde os oito anos de idade, seu cotidiano foi marcado pelo trabalho, vendendo verduras, cuidando de crianças, batalhando para garantir o mínimo. O tempo passou, mas a necessidade nunca cessou. Quando o desespero bate à porta e o sistema fecha todas as saídas, algumas mulheres cruzam a fronteira entre a legalidade e a criminalidade não por ambição, mas por instinto de sobrevivência. Para Tânia, o crime não era um caminho de glória, mas um grito sufocado de alguém que apenas tentava alimentar suas filhas.

A história de Tânia, entre a infância de trabalho árduo e a reclusão que a marcou, ilustra a memória como um campo de batalhas entre o que se lembra e o que se esquece. Como alerta Ulpiano Menezes, a identidade não é fixa, mas mutável, fluida, determinada pelas situações. No cárcere, essa transformação é ainda mais intensa. O enclausuramento não aprisiona apenas corpos, mas reconfigura identidades, criando novas versões dos indivíduos que entram e dos que, um dia, saem.

Michael Pollak aprofunda essa reflexão ao afirmar que a memória é seletiva: nem tudo permanece, nem tudo se registra. Aquilo que sobrevive nas lembranças não é uma fotografia fiel do passado, mas um reflexo distorcido pelo presente. Assim, cada narrativa que emerge dos corredores da prisão não é apenas um relato do que aconteceu, mas uma tentativa desesperada de ressignificar dores, culpas e silêncios. Afinal, lembrar é, também, uma forma de tentar escapar.

É nesse emaranhado entre lembrança e identidade que surge a narrativa de Elisabete Taylor. Enquanto conversavam, as palavras dela desenhavam imagens vívidas na mente da pesquisadora, como se encontravam em um documentário sombrio, onde cada cena era

narrada com precisão. Não havia espaço para o esquecimento. A cada frase, um novo cenário se formava: o momento da prisão, as sirenes, o clique metálico das algemas apertando seus pulsos.

Ao se lembrar das memórias da prisão Elisabete Taylor reiterou com riquezas de detalhes sua experiência. Ao ouvir a narrativa, a imaginação da pesquisadora começava a criar imagens, como se fosse um documentário, pois parecia que o tempo se dobrava sobre si mesmo. Elisabete não apenas contava sua história, mas a revivia. Era como se o passado ainda estivesse ali, pulsando entre as palavras, agarrando-se ao presente com garras invisíveis.

Eu fui presa no dia -- de agosto de 20--, quando eu tava voltando do Paraguai. Eu tinha ido para o Paraguai para buscar droga. Quando eu cheguei na rodoviária de ----- a polícia já estava me esperando na rodoviária. Daí foi ali que eu fui presa! Daí que vim ficar um mês [Hildebando] eu tava grávida na época, tava de cinco meses, né. Minha gravidez era de risco, né! Aí vim e fiquei um mês aqui em Ponta Grossa, daí como aqui não tinha estrutura para grávida. Grávida não pode ficar aqui. Eu fui transferida para o Complexo Penal em Curitiba em Pinhais, né. Aí fiquei lá até o final da minha gestação e quando eu fui ganhar nenê eu fui para a feminina a Penitenciária. Daí na Penitenciária eu fiquei até 20--, até julho de 20--. De janeiro de 20-- até 20-- quando eu fui passar para o semiaberto. Daí do semiaberto eu já não fiquei muito tempo. Daí saiu minha portaria e já me invadi do semiaberto e, não quis mais voltar! (informação verbal).

A narrativa de Elisabete Taylor é um testemunho da interseção entre o gênero, a criminalidade e a estrutura penal brasileira. Sob uma ótica historiográfica, sua experiência não pode ser dissociada do contexto mais amplo de encarceramento feminino no Brasil, uma ocorrência que cresceu nas últimas décadas, impulsionada por políticas repressivas no combate ao tráfico de drogas. Como Michel Foucault destaca em *Vigiar e Punir*, o sistema carcerário não apenas pune, mas reconfigura identidades e corpos, submetendo-os a uma lógica disciplinar que transcende.

As trajetórias de Elisabete e Tânia ecoam o destino de muitas mulheres que, inseridas em um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica, veem no tráfico uma possibilidade de subsistência. Sua prisão rodoviária, um ponto de controle estratégico do Estado, simboliza a

engenharia de um sistema penal que opera seletivamente, capturando corpos que já estão à margem. Grávida, sua transferência para Curitiba revela outra faceta brutal do cárcere: a inexistência de uma estrutura adequada para gestantes, um detalhe que escancarará.

Elisabete não apenas rompeu fisicamente com o sistema prisional ao fugir, mas também desafiou a própria lógica que o sustenta. Sua decisão de “*não querer mais voltar*” não foi apenas um ato de evasão, mas também uma tentativa de liberdade concreta, mas um grito imposto contra a perpetuação de uma identidade, de detenta, de alguém que deve ser constantemente vigiada e punida. Mas será que, ao fugir, Elisabete realmente escapou? Ou o sistema, com suas amarras invisíveis, continua a perseguir-la?

A portaria, um mecanismo de transição para detenções do regime semiaberto, simboliza a promessa de um retorno gradual ao convívio social. Márcia Bandeira faz uma análise a partir da perspectiva do Direito sobre a progressão de regime:

Os regimes de execução das penas privativas de liberdade no Brasil estão divididos em três: fechado, semiaberto e aberto, sendo tais regimes comunicáveis entre si através de progressões e regressões de pena. [...] É digno de nota que o benefício da progressão de regime surgiu no Brasil, com o intuito de proporcionar a reinserção de forma gradativa e satisfatória a sociedade. Diante disso, é possível afirmar que o sistema progressivo está relacionado com a finalidade educativa da pena, uma vez que o indivíduo ao se comportar de maneira adequada no âmbito carcerário poderá ser transferido para um regime mais brando, cumprindo assim a sanção penal sua função educacional. [...] Significa que, a cada um sexto em regime mais rigoroso, pode o condenado ser transferido para regime mais brando (do fechado para o semiaberto, por exemplo), caso demonstre merecer o benefício (BANDEIRA, 2015, p. 17-18).

A lógica por trás dessa progressão não é apenas jurídica, mas também carrega um ideal de reeducação. A cada fração da pena cumprida sob um regime mais rígido, o condenado pode ser transferido para um mais brando, desde que demonstre bom comportamento. No papel, essa transição representa uma ponte entre o encarceramento total e a liberdade; na prática, porém, o que se vê é um labirinto burocrático onde nem todos encontram a saída. Afinal, para além da norma

escrita, há a realidade do sistema prisional, onde o tempo, a vigilância e o estigma nem sempre caminham conforme a lei.

A medida de portaria cria muitas discussões no cotidiano brasileiro, pois a população compreende tal medida como um benefício, como aponta pesquisas realizadas pelo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública: “O mecanismo das saídas temporárias contabiliza que 76% da população tem medo de ser assassinada. Sentimento que é intensificado quando se anuncia um saído, normalmente em datas como o Natal e a Páscoa” (BÖHM, 2017, n.p.).

Por trás dos números e da comoção social, existem histórias singulares que desafiam o senso comum e revelam outras dimensões do cárcere. É nesse contexto que conhecemos Bruna. Ela reconstrói sua história como quem remexe nas cinzas de um passado turbulento, buscando fragmentos de sentido. Sua memória se transforma em um campo de batalha, onde confronta a desilusão vívida ao lado do marido e ressignifica o verdadeiro valor da presença de sua família. O cárcere, paradoxalmente, não apenas priva da liberdade, mas também lhe ofereceu uma nova perspectiva, um divisor de águas.

Tipo, o motivo foi assim: como meu ex-marido era da turma do tráfico, e a gente estava se separando, já. Não tinha mais como a gente conviver, eu já estava aqui morando com meus pais. Aí a gente tinha saído para ir no mercado comprar as coisas para a nossa filha. Daí a gente chegou no mercado e ele recebeu uma ligação falando que as polícias estavam ali [na residência dele] e ia prender ele. Aí a gente foi na casa de uma guria que ele conhecia. No que a gente chegou na casa dessa guria, os policiais já chegaram junto. Daí eles deram tiro atrás dele, só que ele correu. Daí como eu tava lá, eles falaram pra mim: - Agora quem vai no lugar dele vai ser você! E a sua filha vai pro conselho. Aí eu falei que não, que a minha filha eu não queria que eles levassem para o conselho. E não teria motivo para eles estarem me levando porque eu não me envolvia no que ele fazia. Se ele fazia, era fora de casa, entende, sabe? Aí foi isso que aconteceu, eu fui e fiquei 6 meses (informação verbal)

Bruna narra sua prisão como um golpe abrupto do destino, um instante em que sua vida foi arrancada de suas mãos e tocada em um turbilhão de acontecimentos fora de seu controle. Sua fala, comparti-

lhada de surpresa e indignação. Exposto como laços afetivos podem se tornar correntes invisíveis que arrastam pessoas para a prisão.

Além disso, sua preocupação imediata com a filha expõe outra dimensão cruel do encarceramento: o desmembramento familiar como forma de proteção adicional. Bruna não teme apenas a prisão, ela teme a separação forçada de sua filha, um mecanismo que amplia a dor da reclusão e insere o medo como elemento central na dinâmica do castigo. Sua fala não é apenas um relato pessoal; é a representação de uma estrutura que, muitas vezes, não envolve apenas corpos, mas também histórias, futuros e afetos.

Se, para Bruna, o cárcere é atravessado pelo vínculo materno e pelas perdas que esse rompimento provoca, outras trajetórias revelam formas diferentes de lidar com a experiência prisional. As lembranças de Ney, por exemplo, seguem um percurso distinto. Enquanto ela era arrastada pelo peso de um elo afetivo, Ney trilhava sua própria jornada, forjando um pertencimento que transcendia laços familiares e se enraizou em uma identidade coletiva.

Ney:

O meu caso, eu tava em casa. Aí um amigo meu, o Juliano me convidou dizendo que eles tinham arrumado uma encrenca em uma festa lá na [outra vila]. Aí eu peguei e fui né. Falei: -Vamos então cara, aí chegamos lá e, ficou tudo de boa. Daí nós ia sair para o centro, ia subir sentido centro, para curtir com os amigos, tomar uma cerveja ali e ficar de boa. Nós ia subir sentido centro para ver aonde nós ia. Não tinha destino certo. Aí chegando na [...] na metade O Juliano e o Thiago, o falecido Thiago falaram: -Vamos assaltar aquele ônibus? Aí eu falei: - A cara, deixa quieto, nós temos dinheiro para gastar! Por que ir assaltar? Os caras responderam: - Nós vamos assaltar. Eu falei: - Beleza, só depois assumam o que vocês fizer se der alguma coisa errada. Aí eu e o primo do Thiago, o Robson, nós subimos sentido centro. Ali [...] os piá assaltaram o ônibus. Os caras, o Thiago e o Juliano, e encontraram nós. No que eles pararam a polícia já enquadrrou nós. Mesmo assim o Juliano conseguiu pular o muro e fugir. Daí a polícia revistou nós e viu que a arma e o dinheiro estavam com o Thiago, mas daí no reconhecimento o cobrador falou que um dos caras era eu e o Thiago, porque eu era o único moreno que foi pegado na hora da cena e era parecido com o Juliano, daí como que eu ia cagueta? Só que daí o Juliano tava fugindo e a polícia enquadrrou ele. E ele falou: - Eu não conheço esses caras,

eu não tenho nada a ver, naquela hora me deu vontade de falar: - O cara, como que não, se foi você que assaltou? Mas, daí eu acabei ficando quieto. E na hora do reconhecimento, o cara falou que era eu. E como que eu ia caguetar o Juliano lá, a atitude era dele. Mas, que atitude dele foi bem complicado foi, pagar sem dever é foda, pagar pelos outros, Mas, foi uma experiência boa! (informação verbal).

A noção de pertencimento e lealdade se sobressai de forma marcante. Ao se recusar a “caguetar” Juliano, Ney reafirma um código de honra do grupo, onde delatar um parceiro é pior do que carregar sozinho as consequências de uma sentença. Esse silêncio compulsório, fruto de uma ética interna distinta da moralidade jurídica, reflete a complexidade das relações dentro do grupo, e a maneira como a identidade do indivíduo é moldada por essas normas subterrâneas.

A justiça formal e a justiça social também se encontram aqui. O reconhecimento baseado em uma semelhança física, “eu era o único moreno que foi pegado na hora da cena”, escancara uma visão discriminatória enraizada no sistema penal brasileiro. A identificação feita pelo cobrador, sem provas concretas, reflete um padrão recorrente em que jovens negros e periféricos são enquadrados como prejudicados antes mesmo de uma investigação adequada. Esse elemento racial implícito no relato de Ney aponta para uma prática histórica de criminalização da juventude negra, onde a cor da pele se torna, por si só, uma evidência.

O peso da injustiça se entrelaça com o código de conduta do grupo. Ney sabe que poderia ter denunciado o verdadeiro culpado, mas escolhe o silêncio, não apenas por lealdade, mas porque entende que, dentro de sua realidade, há códigos de conduta mais rígidos que os da própria lei. Nesse momento, o crime deixa de ser apenas um ato isolado e passa a ser um aspecto social, sustentado por laços de pertencimento e por uma moral. De acordo com MAFFESOLIN, 1998, p. 20 “[...] os indivíduos se integram sobretudo numa variedade de cenas e de situações que só valem porque são representadas em conjunto”.

Por fim, quando Ney afirma que “foi uma experiência boa”, há um tom amargo de conformismo, um reflexo da normalização do cárcere em sua trajetória. A prisão, ao invés de representar uma ruptura drástica, aparece como um evento que aconteceu, um rito de

passagem dentro de um sistema que, antes de punir atos, já possui sentença determinada.

Em outras vozes, a prisão se apresenta não como um rito, mas como uma cicatriz profunda e mal resolvida. Antônio, por sua vez, ao dizer “o que me levou à prisão pela primeira vez foi homicídio, um desacerto pessoal”, reduz um evento extremo a uma única linha, como se assim pudesse diminuir seu impacto. Mas é justamente essa tentativa de distanciamento que evidencia a profundidade do trauma. A repetição da experiência, “a segunda vez aconteceu outro homicídio”, ressoa como um ciclo sombrio, um destino inescapável que o arrastou de volta à prisão.

Seus três anos e um mês em Teixeira Soares não são descritos, apenas mencionados, como se fosse um tempo suspenso, uma existência interrompida que ele não deseja revisitar. O cárcere, para Antônio, não é apenas um espaço físico, mas um peso que ele ainda carrega, um fantasma que insiste em rondar sua memória, mesmo quando ele tenta silenciá-la. A prisão não termina com a liberdade física; ela se infiltra na mente, molda os gestos, pesa nos silêncios. Antônio não apenas cumpriu sua pena, ele a carrega consigo. Seu relato não busca absolvição nem arrependimento, apenas um esquecimento impossível. Mas a memória, essa entidade traiçoeira, insiste em retornar, mesmo quando ele prefere olhar para baixo e deixar o passado onde está, ou onde gostaria que estivesse.

Após a primeira saída de Antônio do sistema carcerário ele retornou a trabalhar na zona rural e foi no seu ambiente de trabalho que aconteceu o outro homicídio. O momento em que reporta para as razões que o levaram à prisão é mais sensível em sua narrativa; ele não se estende em suas palavras e fica com o olhar fixado para o horizonte. Antônio ficou recluso por dois homicídios, em situações e contextos diferentes. No primeiro contexto ele não tinha esposa e filho, no segundo sim. Antônio demonstrou, quando se narrou, um forte vínculo com a fé cristã, algumas vezes mencionando o seu sonho de ser pastor e “suas orações de joelho dobrado para Deus” (informação verbal).

Diante do peso de suas ações, Antônio encontra refúgio na fé. Sua conversão não é apenas um ato religioso, mas um novo pilar de identidade, uma tentativa de retirada diante de um passado que teima

em persegui-lo. O desejo de ser pastor surge como um chamado, uma promessa que ele faz a si mesmo e a Deus, uma forma de redenção que transcende as paredes da cela. O homem que um dia não se via dentro da fé protestante agora se agarra a ela com a força de quem busca um novo caminho, dobrando os joelhos em oração como se tentasse, a cada súplica, apagando as pegadas de sua antiga trajetória.

Ainda assim, o silêncio de Antônio quando relembra os crimes cometidos diz tanto quanto suas palavras. O olhar fixo no horizonte, a economia nos detalhes, a forma como evita reviver certos episódios revelam que, mesmo sob a luz da fé, existem sombras que nunca desaparecem completamente.

Dentro dos estabelecimentos prisionais existe um forte trabalho religioso e nesse espaço pode existir uma acentuação na relação com o sagrado, em situações em que o indivíduo se vê privado de elementos que antes lhe eram caros, como a liberdade, e quando se sente culpado por algo, que também é um vetor para o processo de ressocialização. O estudo realizado por Angélica Freitas conclui que “[...] a religião é um dos métodos utilizados no interior dos presídios para fins de ressocialização dos detentos. Em razão da ‘falência’ do sistema prisional brasileiro, poucos métodos são utilizados, isso quando existentes” (FREITAS, 2015, p. 1).

A conversão religiosa emerge não apenas como um refúgio espiritual, mas como uma passagem simbólica para a ruptura definitiva com o crime. Dentro e fora dos muros das prisões, tornar-se pastor é mais do que uma escolha de fé, é uma estratégia de sobrevivência. A liberdade dessa transformação transcende o indivíduo, alcançando até as próprias organizações criminosas, que, em muitos casos, aceitam a conversão como um desligamento legítimo da vida infracional. O abandono da criminalidade, quando atrelado à fé, parece seguir um código: enquanto o desligamento por outros meios pode ser vista como traição é punida com sangue, a renúncia sob o véu religioso é respeitada, como se houvesse um pacto invisível entre o sagrado e o profano. Para aqueles que ousam trilhar essa estrada, a fé torna-se um escudo.

No entanto, esse rompimento não se dá sem desafios. A conversão não apaga o passado, tampouco garante que as sombras da antiga vida não o persigam. O peso da penitência, a vigilância constante de

ex-companheiros e a necessidade de reafirmação contínua fazem desse caminho uma travessia entre a redenção e a desconfiança.

Relatos como esse, que carregam tanto dor quanto reinvenção, ganham potência quando acessados por meio da história oral. Ao explorar as profundezas da memória, é essencial compreender as escolhas metodológicas que fundamentam essa abordagem. Michael Pollak destaca que, ao ouvir os excluídos, marginalizados e minorias, a história oral ilumina o que ele chama de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1992, p. 4) — relatos que resistem à narrativa oficial, muitas vezes silenciados pela imposição de uma memória nacional dominante. Essas lembranças, transmitidas em formas de dor, resistência e identidade, emergem como vestígios de uma luta silenciosa contra o esquecimento, fragmentos que insistem em sobreviver nas sombras da história.

Nesta análise, as memórias dos grupos marginalizados emergem como peças fundamentais para compreender as trajetórias que os levaram à reclusão. As narrativas se bifurcam em dois caminhos distintos, mas igualmente marcados por um destino implacável. De um lado, aqueles que enxergaram nas atividades ilícitas uma promessa de ascensão, um atalho perigoso para escapar da miséria e alcançar status (Carlos, Rodrigo e Tânia). Do outro, aquelas cujas escolhas foram moldadas não apenas pela necessidade, mas pelo peso das relações e das pressões invisíveis que os arrastaram para a prisão, foram elas impostas pelo círculo social ou por laços afetivos que se tornaram armadilhas (Antônio, Ney, Elisabete Taylor, Bruna). Cada nome carrega uma história, cada história carrega uma cicatriz, e juntas, essas cicatrizes compõem um retrato de um sistema que molda e aprisiona muito antes da sentença ser decretada.

1.2 Prisão em foco: um panorama revelador.

O caminho do encarceramento em Ponta Grossa - Paraná, segue uma trajetória burocrática e inflexível, onde cada passo reforça a sensação de que, uma vez dentro do sistema, a saída se torna um conceito distante. A primeira parada, após a abordagem policial, é a 13ª Subdivisão Policial encravada no bairro de Nova Rússia. Um prédio funcional, onde a privação da liberdade começa antes mesmo da notificação. Ali, entre interrogatórios e olhares.

Quando a permanência se torna progressiva, a transferência para a Cadeia Pública Hildebrando de Souza é o próximo passo. Situada na Colônia Dona Luiza, essa unidade, oficialmente aberta para presos provisórios, há muito tempo se tornou um território onde condenados também cumprem suas penas, em um sistema sobrecarregado e indiferente à distinção entre quem ainda espera julgamento e quem já recebeu sua sentença. Aqui, o espaço não se limita a celas; ele se expande, infiltra na mente, molda identidades, ressignifica trajetórias.

Para compreender a força simbólica e material desse lugar, é preciso também olhar para sua história institucional e os dados que revelam seu estado atual. A Cadeia Pública Hildebrando de Souza foi inaugurada em 1986 com o propósito de abrigar presos provisórios de ambos os sexos (A REDE, 2014). ao longo das décadas, a sua função inicial foi corroída pela realidade de um sistema penal em colapso. Em julho de 2000, o espaço, projetado para comportar até 80 internos, já abrigava entre 117 e 146 pessoas — um prenúncio do que viria a se tornar uma superlotação crônica (MULLER, 2000). Em 2019 a cadeia contava com aproximadamente 900 a 920 internos e sua capacidade máxima é de 208 reclusos (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2019).

É nesse cenário de colapso estrutural que se desenrolam as rotas individuais de quem vive o cárcere por dentro. Para algumas internas do sexo masculino, o julgamento representa a possibilidade de transferência para a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, localizada no mesmo bairro e inaugurada em 2003. Essa unidade, destinada ao cumprimento de penas em regime fechado, oferece 408 vagas, enquanto o regime semiaberto dispõe de outros 120. No papel, a migração para um espaço com estrutura penitenciária mais definida pode parecer um avanço. Na prática, trata-se apenas de uma implantação dentro do mesmo labirinto de concreto e grades, onde a individualidade se dissolve e a sobrevivência se impõe como lei maior.

Ambos os estabelecimentos penitenciários foram erguidos em áreas afastadas do centro urbano, criando um isolamento geográfico que reforça a sensação de abandono. Ainda assim, a geografia do cárcere não impede que os laços persistam. As famílias desafiam distâncias e burocracias para cruzar os obstáculos da visita, seja por meio de transporte público, veículos particulares ou qualquer outro recurso disponível. O esforço para manter viva a conexão com

o mundo exterior resiste, mesmo quando o próprio sistema parece projetado para apagá-la.

Antônio, em sua primeira experiência de encarceramento, foi prolongado à Delegacia de Polícia de Teixeira Soares, no Paraná. O espaço precário da delegacia não era apenas um local de contenção provisória, mas o primeiro contato com o sistema.

Elisabete Taylor, por sua vez, ao longo de sua trajetória no sistema prisional, também passou pela Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP), unidade de regime fechado inaugurada em 1970, onde o cotidiano se passava entre uma rotina exaustiva ditada pelo ócio e o peso das sentenças que nunca terminavam. Posteriormente, sua transferência para a Penitenciária Feminina de Regime Semiaberto do Paraná (PFA), criada em 1986 em Curitiba -PR, marcou o início de uma nova fase — uma liberdade vigiada, onde a reinserção social era mais um conceito do que uma realidade. Em 2007, a unidade foi rebatizada como Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba (CRAF), mas a mudança de nomenclatura não alterou a essência do lugar: uma fronteira ambígua entre a prisão e a promessa de um recomeço (PRIORI, 2012).

Esses espaços, tão distintos entre si, formam os cenários nos quais as memórias do cárcere ganham corpo e voz. É nesse contexto que a experiência de Carlos se insere. Com trajetórias entrelaçadas, ele puxou um respiro profundo, voltou o olhar para o horizonte e narrou lentamente:

Então, quando eu cheguei à prisão, eu lembro até hoje. Ficaram andando comigo no carro, andaram, andaram, andaram [sorri]. Então eu já não estava mais sentindo meus dedos da minha mão, por causa da algema, tava muito apertado. Aí amorteceu minha mão inteira, aí eles me levaram para delegacia, e me deixaram numa salinha, eu e mais os outros dois que foram presos comigo, ficamos acho que mais umas 2 horas. Aí depois tiraram daquela salinha e me colocaram numa outra salinha. Eu lembro até hoje, nossa tinha um cheiro de mijo lazarento [risos]. Não tem problema falar besteira? Daí, nossa, me deixaram acho que mais até umas 2 horas naquela salinha lá. Eu tava morrendo de fome, aí tinha umas marmitas lá, as marmitas estavam no chão, aí eu abri uma marmita lá, aquela tava azeda, daí nossa! Daí eu perdi o apetite de comer! Aí eu fui dar meu depoimento, eu fui no banheiro,

ai depois que eu dei meu depoimento, eu esperei os outros dois dá o depoimento deles, lá. Aí, eles colocaram a gente lá na cela na 13ª. Nossa eu lembro até hoje, a hora que eu entrei lá dentro. Até o dia que eu saí, parecia que não tinha dia, todo dia era a noite. Aquela sensação que pra fora tava caindo uma tempestade de chuva, assim. Foi isso de quando eu cheguei, que eu me lembro até hoje. Eu não lembro direito, mas eu acho que fiquei uns oito dias na 13ª. Daí que eu desci pro Hildebrando de Souza. Daí eu desci e fiquei um mês na triagem (informação verbal).

Carlos, ao relembrar sua chegada à prisão, narra uma experiência que vai além da simples detenção. Seu relato, recheado de detalhes vívidos e sensações corporais, nos transporta para um cenário onde o tempo se dilui, a dor física e emocional se entrelaçam, e a dignidade humana é posta à prova. Esse testemunho, embora pareça simples em sua oralidade, carrega consigo uma série de implicações profundas sobre o funcionamento do sistema penal.

Ao descrever a sensação da alameda apertada, que faz com que seus dedos percamos a sensação, Carlos nos faz sentir o peso da física da prisão, um aperto constante não apenas nas mãos, mas na própria liberdade de se existir. O tempo, nesse primeiro momento, se dilui: ele não está mais no controle de seu corpo, nem na percepção do presente. O que antes era um gesto de autonomia, um simples movimento de seus dedos, se torna uma lembrança distante. A prisão, assim, começa sua ação de despersonalização.

O cheiro de “mijo lazarento” no primeiro ambiente de detenção, a visão das marmitas espalhadas no chão, a comida estragada, e a fome implacável que lhe corrói o estômago são elementos que não só nos retratam a degradação das condições prisionais, mas também funcionam como metáforas de um sistema que, mais do que punir, visa exterminar qualquer vestígio de dignidade. Historicamente, a prisão sempre foi associada à ideia de sofrimento, mas também à de exclusão, um processo de marginalização que vai além do corpo, invadindo a alma e a percepção de si.

Carlos, ao descrever sua sensação de que “não tinha dia”, busca articular a lentidão angustiante do tempo que parece se arrastar dentro da prisão, onde a cada momento se mistura a ansiedade de um futuro indefinido e a obscuridade de uma experiência sem fim. Seu relato,

em que o dia e a noite se confundem em uma interminável repetição, revela mais do que uma simples falta de marcos temporais; ele expõe o impacto psicológico profundo de viver em um espaço onde a liberdade de existir é tomada e o tempo se torna uma tortura.

Esse processo, que parece descrever uma sensação individual, está intimamente ligado ao que Joan Scott aponta sobre a necessidade de dar visibilidade à experiência de um grupo diferente, um grupo cuja identidade é moldada e, muitas vezes, destruída pelos mecanismos de repressão (SCOTT, 2001, p. 47).

Enquanto Carlos refletia sobre a perda de identidade e o esmagamento do tempo dentro das celas, a história de Tânia também se inicia mergulhada no medo visceral da abordagem policial e na humilhação de ser vista como culpada antes mesmo de ser processada. Quando lembra daquele momento, sua voz falha: “Foi horrível. Eu achei que meu Deus do céu.” O silêncio que segue suas palavras carrega o peso de uma experiência que não pode ser facilmente traduzida em palavras.

Quando questionada sobre a abordagem em sua casa, ela explica: “Na casa, foi horrível. Eu não sei nem como explicar, porque estava todo mundo olhando, e eu com medo.” As palavras de Tânia refletem não apenas o terror de ser levada, mas a exposição pública de sua vulnerabilidade. Na televisão, ela via a brutalidade da prisão como algo distante, mas, na pele, a realidade era outra. “A gente via na televisão de um jeito, né. De quem vai preso apanha, essas coisas. Daí na hora que eu cheguei lá eu pensei que já ia apanhar.” Como um processo histórico, esse medo é alimentado pelo discurso social e mediático que, desde sempre, associa a prisão à brutalidade e ao sofrimento.

Enquanto Carlos se vê aprisionado no silêncio de sua própria mente, Tânia se depara com a realidade da exposição pública, do medo de ser agredida, do estigma social que antecipa a violência do sistema. O que os une, no entanto, é a mesma realidade da prisão.

A transição de Carlos para Tânia, nos permite mergulhar nas estruturas emocionais que conectam suas experiências, e é aqui que a análise de Raymond Williams entra de forma crucial. Segundo Williams, “a estrutura é sempre a do sentimento real, ligado à particularidade da experiência coletiva histórica e de seus efeitos reais nos

indivíduos e nos grupos”(FILMER; OLIVI, 2009, p. 372). O que ele nos revela é que as emoções não são apenas respostas individuais, mas estão profundamente entrelaçadas com os contextos sociais e históricos que as moldam.

Tânia é a única que expressa, de forma clara, a sensação de medo. Esse medo, que transborda em sua narrativa, não é apenas uma reação ao que ela viveu, mas um reflexo profundo das questões de gênero. Nos padrões de masculinidade, o medo é visto como fraqueza, algo que um homem não deve sentir, mesmo diante de situações extremas, como a prisão. Mas Tânia, ao contrário, se sentiu à vontade para revelar sua vulnerabilidade. Isso, talvez, se deva a dois fatores. Primeiro, o medo não rompe com os padrões de feminilidade; pelo contrário, ele os reforça. Mesmo em um contexto tão pouco atribuído às mulheres, como o sistema prisional, o medo é visto quase como parte natural da experiência feminina. Segundo, o fato de a pesquisadora também ser mulher pode ter criado um espaço de identificação e confiança, tornando Tânia mais confortável para falar.

O medo, segundo Zygmunt Bauman, é “o nome que damos a nossa incerteza”(BAUMAN, 2008, p. 8). O desconhecido se torna ainda mais ameaçador quando se mescla com o que se sabe, com o que já foi socialmente construído. A prisão, para ela, não é só um lugar físico; é o cenário de um medo antecipado, um medo gerado pela expectativa do que deveria acontecer, conforme a sociedade lhe ensinou.

O medo que Tânia expressa ao ser abordada e ao se deparar com o sistema prisional é apenas o primeiro passo de um processo doloroso de adaptação à nova realidade. Ao contrário da experiência do medo, que é mais subjetiva e interna, a entrada no sistema penitenciário exige uma adaptação concreta e imediata à vida que se impõe. A prisão, com sua violência silenciosa e regras implacáveis, força os prisioneiros a se ajustarem a um novo código de conduta, tanto imposto pelo Estado quanto o estruturado pelos próprios reclusos. Erving Goffman, em sua análise da socialização no mundo da prisão, destaca como esse processo de “ressocialização” é inevitável (GOFFMAN, 2010 apud MELLO, 2014, p. 95).

Para Tânia, assim como para todos os outros presos, a adaptação é uma questão de sobrevivência. O medo e a incerteza dão lugar

ao aprendizado rápido das regras não ditas e da hierarquia invisível que rege as dinâmicas do cárcere. Ela, agora, precisa conhecer o espaço, entender as pessoas que o habitam, mas, mais do que tudo, precisa aprender as normas que garantem sua continuidade dentro daquele ambiente regras de sobrevivência impostas por outros reclusos e pela própria estrutura da prisão.

A experiência de Antônio reforça a ideia de que, dentro da prisão, as regras, sejam impostas pelo sistema ou pela dinâmica dos próprios reclusos, se tornam fundamentais para a sobrevivência e manutenção da ordem. Antônio explica:

Na primeira mão foi tudo meio complicado, porque era tudo meio misturado. Eram todos os artigos misturados, era complicado! Muita briga, muita desunião, muito desrespeito. Mas a segunda vez, aqui no Hildebrando, era até tranquilo com os companheiro. Porque tem a disciplina do crime organizado, aí um não desrespeita o outro. Tudo o que vem tem que repartir, se for um pão, tem que repartir. Então é uma coisa que ensina a gente a vive unido, vive junto um com outro independente do lugar.[...] Uma cadeia que não tem o crime organizado, é uma cadeia onde um toma a sacola do outro, um bate no outro, estrupa, faqueia. Cada passo a polícia tira uma pessoa erguida. Aonde tem o crime organizado, igual aqui no Hildebrando e o outro lugar. Não tô merecendo o crime, não tô falando que o crime organizado é uma melhoria pra a sociedade, mas pra massa carcerária o crime organizado é sim uma melhoria. Eles têm disciplina, cada quadro tem Jéti que a disciplina geral da unidade. Daí tem um Jéti20 de cada galeria de cada quadrado. Tem Jéti e o disciplina de cada galeria e de cada barraco, aí tem uns contenção. Essas pessoas não deixa um bater no outro, não deixa, não deixa brigar, não deixa gritar, não deixa humilha, xingar de maneira alguma, é um respeito total. Mas, tem muitos que se aproveitam dessa situação, se aproveitam dos mais humildes, tanto faz na cadeia, na rua, no serviço, sempre tem uns que se aproveita. Mas, tem que aprender a vive, eu aprendi que a gente tem que aprender a cuidar da vida da gente. Vive a vida da gente independente se nós tava preso, ou não tava! Nós era organizado pra comer, organizado para usar o boi, o tuallet, nós era organizado para tirar uma visita, nós se organizava pra tudo. Aí os cara chega na rua e esquece toda aquela disciplina, aquele respeito que aprendeu lá dentro. E a gente tem que levar muitas coisas boas, eu mesmo quero levar essas coisas boas. Quero explicar para o povo que não é bom cair

preso, mas, infelizmente já que tá preso tem que tirar, tem que viver junto um com o outro, engoli até teu inimigo ali dentro, para não acarretar problema. (informação verbal).

Sua narrativa evidencia como a disciplina, particularmente aquela vinda do crime organizado, estabelece um tipo de organização que, paradoxalmente, pode ser vista como um “mal necessário” para garantir o respeito entre os prisioneiros e a convivência sem maiores confrontos. Quando ele compara a situação das prisões em Teixeira Soares e Ponta Grossa, Antônio nos mostra que, em ambientes sem a presença do crime organizado, o caos é absoluto: brigas constantes, desunião, desrespeito e um ambiente de violência sem controle. Mas ao entrar no Hildebrando de Souza, ele se depara com uma estrutura que impõe regras claras, com a divisão da hierarquia, o “Jéti” e a disciplina do crime organizado. Ali, as regras de convivência não apenas reduzem a violência, mas também estabelecem uma ordem que, de certa forma, “ensina” os presos a viverem em comunidade — com respeito e organização.

A reflexão de Antônio também toca em um ponto crítico: a prisão não oferece uma verdadeira “ressocialização” para a sociedade, mas sim um aprendizado sobre a sobrevivência no próprio sistema penitenciário. O que é aprendido ali, a disciplina, o respeito e a convivência, muitas vezes se perde quando o prisioneiro é libertado, como ele próprio menciona ao dizer que muitos “esquecem” a disciplina ao retornarem à rua. A prisão, portanto, torna-se um espaço de adaptação onde o prisioneiro aprende a “viver”, mas esse aprendizado, por vezes, não é transferido para a sociedade, e sim para o retorno à mesma lógica do sistema carcerário.

Nesse sentido, a prisão configura-se como um território de contenção e adaptação, e não como um espaço de reintegração. O que se ensina ali não é como viver em sociedade, mas como sobreviver dentro da lógica do encarceramento. E, uma vez em liberdade, esse aprendizado frequentemente se mostra inútil, ou, pior, funcional apenas para quem retorna ao mesmo circuito de exclusão, violência e estigmatização.

Camila Dias (2011, p. 214) aprofunda essa análise ao demonstrar como a resistência das instituições de justiça criminal à redemocratiza-

ção, nos anos 1980, perpetuou práticas autoritárias, como a tortura e a corrupção sistêmica. Essa continuidade do autoritarismo não apenas fragilizou a presença do Estado em territórios populares, como também abriu espaço para que o crime organizado se consolidasse como força reguladora. Nesse vácuo institucional, emergiu um código de conduta próprio, rígido e implacável, cuja eficácia não reside apenas na sua coerência interna, mas na certeza da punição aos que o infringem. O que deveria ser um processo de justiça e reconstrução social passou a conviver com duas ordens paralelas, ambas autoritárias, ambas punitivistas.

A análise de Dias evidencia que não há vácuo de poder: onde o Estado falha, outros preenchem a lacuna. Foi nesse cenário que as facções criminosas se estruturaram, impondo regras dentro das prisões e expandindo sua influência para as periferias negligenciadas pelo poder público. Mais que reclusos, tornaram-se agentes de um sistema paralelo, onde o crime, a violência e as instituições penais se entrelaçaram, moldando a organização social dentro e fora, redefinindo limites entre legalidade e ilegalidade.

O poder nas instituições penais não se define apenas pela ausência do Estado, mas por sua presença dissimulada, que transforma o extermínio da população carcerária em um projeto político. Maria Perla de Moraes (2020, p. 186) aponta o sistema penal como um dos pilares da necropolítica¹, legitimando a morte como forma de silenciar problemas econômicos e sociais.

Nesse cenário, a experiência de quem entra no sistema prisional expõe a precariedade institucional e a violência cotidiana. A lógica da sobrevivência se impõe como regra, anulando qualquer discurso sobre ressocialização.

O relato de Rodrigo, ao lembrar sua chegada à Cadeia Pública Hildebrando de Souza, revela exatamente essa dinâmica caótica e desumanizada:

1. Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Ver: Ferrari (2019).

Não tinha triagem, eu descii direto para o convívio. Na verdade, quando você chega, você não vai para o convívio. Primeiro você entra, aí eles veem se você não deve nada para ninguém, pra daí você entrar para o convívio! Aí quando tá tudo lotado lá tinha que ver se tinha lugar pra você ficar dentro das galerias. No primeiro dia lá um cara, um rapaz lá de, é de Curitiba, é de Paranaguá que tava preso lá já fazia 3 anos. Daí eu encontrei um outro senhor lá no pátio de sol e ele me chamou para vim conversar e falou para eu ir visitar aonde ele tava preso. Aí eu fui lá e conversei com ele, chamei ele, e ele falou que eu podia ficar lá, na primeira (informação verbal).

A frase que se destaca na fala de Rodrigo: *“Não tinha triagem, eu descii direto para o convívio.”* A naturalidade com que essa frase é dita carrega um peso imenso. Não há surpresa, não há indignação. Há apenas um entendimento tácito de que a prisão opera sob suas próprias diretrizes. A triagem, etapa crucial em qualquer sistema carcerário minimamente funcional, deveria garantir a segurança do detento, verificar seu histórico, evitar conflitos preexistentes. O que acontece então? A própria massa carcerária assume o papel que deveria ser do Estado. Quem entra precisa passar por um crivo informal, uma espécie de julgamento silencioso, onde o veredito pode significar um espaço em uma cela ou uma sentença não escrita de exclusão e perigo.

A cadeia não perdoa aqueles que chegam devendo, que têm inimigos ou que não encontram abrigo entre os seus pares. É aí que a sobrevivência se transforma em uma arte feita de alianças instantâneas, de códigos silenciosos, de pequenos gestos que podem significar a diferença entre viver ou se tornar um alvo. “No primeiro dia lá um cara, um rapaz lá de Curitiba, ou de Paranaguá, que estava preso lá já fazia três anos.” O tempo, aqui, não é apenas contagem de dias, mas uma medida de pertencimento. Quem sobrevive tempo suficiente no cárcere passa a ocupar uma posição de referência: torna-se parte do tecido social interno da prisão, um guia involuntário para aqueles que acabam de chegar.

Para Rodrigo, a figura desse homem simboliza um ponto de contato com uma realidade ainda desconhecida, mas que rapidamente se tornaria sua rotina. Já no primeiro dia, encontra outro detento, alguém que lhe estende a mão e o convida a visitar sua cela. Um gesto que, à primeira vista, pode parecer simples ou até corriqueiro, mas que

carrega uma complexidade profunda: a chance de não estar sozinho, de ter um lugar para dormir, de não se tornar vulnerável diante do caos do convívio. Na prisão, gestos assim são sobrevivência. São formas de ocupar um lugar, mesmo que precário, dentro de uma ordem que se impõe de maneira violenta e, muitas vezes, invisível aos olhos de quem está fora dos muros.

A entrada no ambiente carcerário exige a leitura minuciosa dos códigos invisíveis, das alianças pré-existentes, dos perigos que se escondem em cada olhar. O pátio de sol, espaço de breve respiro dentro da estrutura sufocante da prisão, se transforma em um território de negociações. E quando Rodrigo recebe o convite: *“Aí eu fui lá e conversei com ele, chamei ele, e ele falou que eu poderia ficar lá, na primeira.”*

Ficar lá. Ter um lugar. Encontrar um canto no labirinto claustrofóbico do cárcere não é um detalhe menor, é um direito que precisa ser conquistado. Aquele que não encontra abrigo se torna um alvo, uma peça solta em um jogo que não perdoa incertezas. No fim, a prisão não é feita apenas de celas e corredores. Ela é feita de pactos, de omissões, de regras não escritas.

A Cadeia Pública Hildebrando de Souza abrigava, majoritariamente, indivíduos em prisão provisória, homens e mulheres que ainda aguardavam julgamento. Essa condição torna o ambiente ainda mais instável e imprevisível, já que reúne trajetórias muito distintas, níveis variados de experiência com o crime e percepções divergentes sobre o funcionamento da prisão. Nesse espaço heterogêneo e carregado de tensão, a chamada “tradição carcerária” não é estática: ela é construída, negociada e transformada dia após dia, por aqueles que ali vivem, mesmo que temporariamente.

1.3 Tradições e transformações: figurino e identidades.

As lembranças de Ney dançavam com as sombras, cada uma delas um fragmento da identidade que a prisão tentava moldar, apagar ou substituir. Ao narrar o fatídico dia em que foi prestar depoimento, sua voz carregava resignação.

Fomos para a 13ª dar o depoimento do que tinha acontecido. Eu escutei o depoimento do Thiago, do piá lá. O Thiago fez a parte dele, falou que eu não tinha nada a ver, mas eles eram todos de menor e eu era o único de maior. Aí já viu né... caiu tudo em mim. Como de fato caiu mesmo. Daí eles foram liberados, não sei se ficaram presos ou não. Mas eu fiquei ali na décima terceira e no outro dia eu desci para Santa Maria [Cadeia Pública Hildebrando de Souza].” (informação verbal).

O relato de Ney revela, de forma dolorosamente nítida, a fragilidade do sistema judicial diante da complexidade dos casos criminais. A frase “falou que eu não tinha nada a ver” sugere inocência. No entanto, o simples fato de ser o único maior de idade do grupo bastou para que recaísse sobre ele toda a responsabilidade.

Nesse contexto, o critério da maioria não opera apenas como um fator jurídico. Ele se transforma em um marcador de peso, um filtro seletivo que define, muitas vezes de forma arbitrária, quem será punido e quem poderá seguir em liberdade. O que se vê aqui é menos um julgamento justo e mais uma lógica que precisa encontrar um “culpado”, um corpo a ser punido, para encerrar o caso.

A fala de Ney, portanto, não é apenas um relato pessoal, mas um grito de alerta sobre as falhas do sistema judicial brasileiro. Um grito que ecoa nos corredores das cadeias, nas salas de audiência e nas consciências daqueles que acreditam em um mundo mais justo e igualitário.

A experiência de Ney, marcada pela despersonalização, nos permite aprofundar a discussão sobre a identidade carcerária e seus múltiplos desafios. Para compreender a complexidade da identidade em contextos de reclusão, recorreremos à definição de Michael Pollak, que a define como “[...] o sentido da imagem de si, para si e para os outros”.

A trajetória de Ney, ilustra como a identidade individual pode ser fragilizada e transformada no ambiente carcerário. A despersonalização, a ressignificação da identidade e a resistência da identidade original são alguns dos aspectos que podemos explorar a partir da experiência de Ney. Ao compreender como a prisão afeta a identidade dos indivíduos, podemos traçar paralelos com outros grupos marginalizados e desenvolver políticas públicas mais eficazes para a reinserção social e a promoção da justiça.

A complexa dinâmica da identidade carcerária se revela em diversos relatos de Ney ao longo de sua trajetória. Um deles, em particular, nos permite compreender a fundo as tensões e contradições que permeiam a vida dos reclusos. Ney nos conta sobre as apartações realizadas dentro do espaço carcerário, um sistema de julgamento paralelo conduzido pelos próprios internos.

Teve um cara que caiu com nós e tava no convívio de boas, pagando de bandido. Aí passou uma semana e caiu um outro cara, aí ele questionou: - O cara, porque esse cara tá no convívio? E nós respondemos: - Porque é ladrão. E ele falou: - Vocês não sabem a cena dele lá fora, o cara surro a muié e jogou as crianças dele pela janela'. Aí começaram a correr a cena, e questionar se era verdade. Aí os cara quase mataram, só não mataram porque os carcereiro invadiram lá com a polícia e não deixaram. Não adianta ser bandido aqui fora e, lá dentro você querer ser bandido. (informação verbal).

O episódio expõe a força e a periculosidade dessas “justiças internas”. No labirinto do sistema carcerário, a divisão entre os presos não é apenas física, mas também identitária e moral, moldada por códigos próprios. As regras estabelecidas tanto pelos internos quanto pela administração, criam uma hierarquia complexa, onde o tipo de crime cometido define o lugar de cada um.

Crimes como tráfico de drogas, assalto, roubo e homicídio, desde que não envolvam violência sexual ou contra crianças, garantem ao preso o acesso ao “convívio” espaço das galerias, onde se encontram aqueles que se autodenominam “ladrões” ou “irmãos”. Essa nomenclatura funciona como marcador de pertencimento e identidade. “Ladrão é todo aquele que corre pelo certo”, explica Ney, ao relembrar suas vivências na prisão. “Como roubo, homicídio que não

tem estupro, que não matou uma criança.” Essa definição revela uma lógica interna do mundo do crime, onde alguns delitos são vistos como mais “éticos” que outros, estabelecendo fronteiras invisíveis, mas rigorosamente vigiadas, dentro dos muros.

Estupradores, agressores de crianças e delatores, por outro lado, ocupam a posição mais baixa na hierarquia prisional, sendo marginalizados e excluídos do convívio coletivo. Considerados transgressores da “moral” do crime, são obrigados a “pagar seguro”, expressão utilizada para designar a necessidade de viver em setores isolados da prisão, sem contato com os demais internos.

Essa separação entre os chamados “ladrões” e os “excluídos” evidencia a complexa rede de valores que estrutura o universo carcerário. Ainda que marcada pela violência, essa ética interna cumpre um papel central na organização social da prisão. A própria existência dessa hierarquia, definida e mantida pelos presos, revela a fragilidade do sistema penitenciário em assegurar a segurança e a integridade física de todos os detentos. A ausência de controle efetivo por parte do Estado sobre a dinâmica interna permite que se consolide um sistema paralelo de justiça, no qual os próprios internos assumem o papel de julgar e punir.

Essa lógica interna e sua moralidade particular emergem de forma contundente nas falas de Ney sobre a violência de gênero. Suas palavras, carregadas de uma ética própria do cárcere, deixam claro que a exclusão não se dá apenas pelo crime cometido, mas pela violação de certos limites simbólicos do mundo do crime:

“Já tem outra trajetória, fica em outro lugar, porque você não vive com ladrão. Que não tenha violência contra pessoa indefesa. Por exemplo: você pode até ter matado uma mulher, desde que não tenha chegado a ter ato sexual com a mulher, tudo bem. Agora se você matou e prova que você teve alguma coisa com a mulher, tipo o estupro, aí já fica ruim. Se você matou uma criança, já fica ruim também, matou uma idosa, um idoso, fica ruim também, porque são pessoas indefesas. Porque tudo tem o certo e errado no crime. Que nem cagueta não se cria.” (informação verbal)

As falas de Ney revelam nuances inquietantes sobre como a violência de gênero é percebida e julgada no interior das prisões. A gra-

vidade da agressão não é definida apenas pela lei, mas por uma régua moral construída coletivamente entre os presos, na qual a violência sexual e as agressões contra crianças e idosos ocupam o topo da reprovação. A violência sexual, sobretudo, é considerada uma transgressão inaceitável, capaz de expulsar o agressor da categoria de “ladrão” ou “irmão” e condená-lo ao isolamento.

Essa moralidade seletiva revela como, mesmo em um ambiente marcado pela violência e pela ausência de direitos, existem códigos rígidos que regulam as relações e determinam quem merece proteção e quem deve ser excluído. Para Heleieth Saffioti, a violência de gênero se dirige a categorias sociais, alvo das agressões físicas, sexuais, emocionais. [...] É o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2001, p. 115). O relato de Ney, porém, revela uma camada adicional: a forma como os próprios internos reinterpretem e hierarquizam essa violência, moldando-a de acordo com as normas internas do cárcere.

Mas a moralidade do crime não é o único eixo de poder nas prisões. Para além da violência de gênero, o controle interno também se manifesta na maneira como os espaços e atividades são organizados. Carlos, ao relatar suas experiências, oferece um vislumbre dessa outra face da dinâmica prisional:

“A princípio, uma vez, teve uma lá, mas nem foi rebelião. Os caras estavam mexendo na sacola de alimentação que a família trazia pra gente. Quando chegava as coisas para nós lá, tava faltando as coisas \[risos]. Daí nós tava desconfiado que era outros presos que trabalhava na cadeia, os laranjinha.”

A ausência de um setor de trabalho oficial na Cadeia Pública Hildebrando de Souza abre espaço para relações informais de poder, nas quais alguns presos, os chamados “laranjinhas” executam tarefas em troca de pequenos benefícios. Essas funções, embora pareçam simples, carregam riscos e tensões: o “laranjinha” é visto tanto como útil quanto como potencial delator, sempre em uma posição frágil na hierarquia. A divisão das tarefas e a confiança atribuída a cada função refletem a ordem social interna da prisão, onde a subordinação e o comando são determinados mais pelo reconhecimento entre os pares do que por qualquer regulação estatal.

Nesse contexto, a cultura carcerária se afirma como um sistema próprio de valores e códigos. Ela molda a forma como os presos se comunicam, se organizam e até como decidem quem merece proteção ou punição. Entre as ferramentas dessa comunicação, estão as práticas linguísticas exclusivas e até o uso de LIBRAS, criando uma identidade coletiva que separa o “dentro” do “fora”. Essa lógica também aparece nas histórias de quem já enfrentou acusações e situações-limite no interior da cadeia.

Rodrigo, acusado de tráfico de entorpecentes, viveu um episódio que ilustra bem o peso desse código de silêncio:

“Uma vez quase peguei uma falta, na verdade eu quase peguei outro tráfico lá dentro. Acharam droga no meu xadrez. Acharam bastante droga, carregador de celular, sabe. Porque tem cara que tava preso lá por latrocínio. Daí ele tinha matado e roubado. Então ele tinha que cumprir 30 anos já. Daí como ele tava cheio de cadeia, era ele que guardava as coisas para os outros cara lá que vendiam as coisas. Daí essa vez acharam com ele lá, e ele tava no nosso x. Acharam no colchão dele e no dia da revista falaram que tava no meu, sabe. Daí o diretor lá falou para mim que se eu contasse lá que não era meu, eles iam mandar eu para a décima e registrar outro B.O no meu nome. Daí os cara lá de dentro fizeram ele assumir, pois era dele. Daí os caras na hora que eu subi para a décima ligaram lá da Santa Maria falando pra mim voltar. Daí os caras ligaram passaram pelo rádio falando que o outro tinha assumido lá em baixo. Daí mandaram levar eu de novo.”

O episódio expõe a pressão psicológica e o risco constante de ser punido por algo que não se fez. No entanto, o “código do crime” que valoriza a lealdade e condena a delação orientou a escolha de Rodrigo. Ele preferiu não “caguetar” o verdadeiro dono da droga, contando com a solidariedade de outros presos para que a verdade viesse à tona. Essa mesma lógica de solidariedade e tensão permeia o cotidiano da prisão, onde a monotonia e a espera são constantemente interrompidas por episódios de violência e conflitos internos. Carlos, ao lembrar de seus primeiros dias no convívio, descreve um cenário sufocante:

“Nossa, quando eu cheguei no convívio era entupido de gente, cada x, de cada galeria tem uns 13 ou 17 cara. Daí lá os presos não ficam fechado dentro da cela, o corredor é aberto pra andar.

Você pode sair da cela 1 e ir pra cela 5. Eles me jogaram pra morar na cela 5, e tinha uns cara que tavam comigo na triagem que desceram antes que eu.”

O relato nos transporta para um ambiente em que a superlotação e a ausência de privacidade são a norma. Embora a circulação entre celas dê uma aparência de liberdade, ela é regulada por regras não escritas, horários fixos e um controle constante, tanto pela administração penitenciária quanto pelos próprios presos.

A experiência de Carlos ilustra um ciclo comum nas prisões brasileiras: a adaptação forçada a um ambiente hostil, seguida por uma rotina marcada pela estagnação. A conquista de uma cama dentro da cela, embora represente um avanço individual, não muda a essência do problema, a prisão continua sendo um espaço de ociosidade imposta, com poucas ou nenhuma oportunidade reais de transformação.

Esse quadro não é fruto do acaso, mas resultado direto de uma estrutura que prioriza o encarceramento em massa e negligência políticas de ressocialização. Sem acesso consistente a trabalho, estudo ou atividades culturais, o tempo atrás das grades se torna um fardo lento e corrosivo. O artesanato, mencionado por Carlos como uma tentativa frustrada de ocupação, simboliza um potencial desperdiçado: quando não há incentivo, recursos ou acompanhamento, até as iniciativas mais simples acabam abandonadas.

A ociosidade, no contexto prisional, não é apenas um estado físico, mas também psicológico. Ela favorece a apatia, aprofunda sentimentos de desesperança e, em muitos casos, reforça vínculos com redes criminais. Assim, a prisão, em vez de romper trajetórias criminais, frequentemente atua como espaço de reprodução das mesmas dinâmicas que a levaram a existir.

O relato de Carlos, portanto, não se resume a um caso individual. Ele se conecta a uma realidade mais ampla, onde as condições materiais como a superlotação, o calor insuportável e a precariedade sanitária se combinam com a ausência de políticas eficazes de reintegração, criando um ambiente que mais pune do que recupera.

Através dos relatos de Ney, Carlos e Rodrigo, mergulhamos em um universo complexo e multifacetado, onde a identidade, o cotidiano e a cultura se entrelaçam para formar a trama viva do sistema carce-

rário. A hierarquia social, a “moral” do crime e a rotina monótona revelam não apenas as tensões internas, mas também a maneira como as estruturas institucionais moldam, restringem e, muitas vezes, agravam a experiência da prisão. Se até aqui acompanhamos as dinâmicas internas do convívio masculino, marcadas por códigos de conduta, disputas de poder e mecanismos de sobrevivência, o próximo passo nos levará a um território igualmente desafiador e revelador: as relações de gênero e poder no cárcere.

Mas, ao fechar a porta de ferro do pavilhão masculino, o som dos trincos e o eco das passadas nos conduzem a outro território, igualmente cercado por muros, mas atravessado por dores, ausências e lutas que têm outro rosto e outra voz. Aqui, o silêncio é entrecortado por choro de criança nas visitas, cartas dobradas em quatro e olhares que carregam saudade.

Capítulo 2

Entre muros: gênero,
poder e as dinâmicas entre
mulheres e homens

Este capítulo mergulha nas memórias e testemunhos de mulheres que enfrentaram tensões de gênero enquanto estavam sob custódia do Estado em diversas instituições prisionais do Paraná. As vivências relatadas atravessam os muros da Cadeia Pública Hildebrando de Souza, do Complexo Médico Penal em Pinhais e da Penitenciária Feminina de Piraquara. Entre corredores frios e celas abafadas, essas mulheres carregam histórias de dor, luta e sobrevivência, marcadas por um sistema que nem sempre as enxerga como sujeitos de direitos.

O capítulo está estruturado em duas seções distintas, mas complementares. Na primeira, exploramos as formas como essas mulheres ressignificam a maternidade dentro do ambiente prisional, lidando com a distância de seus filhos, os estigmas impostos e as estruturas de poder que permeiam suas relações. Aqui, também são analisadas as dinâmicas das hierarquias internas, a construção de identidades forjadas na adversidade e o abandono afetivo, institucional e social, que tantas vezes as acompanha.

Na segunda seção, aprofundamos as experiências dessas mulheres dentro do universo prisional, evidenciando como as tensões de gênero se manifestam nas interações diárias, nos tratamentos diferenciados e nas expectativas impostas a elas pelo próprio sistema. As vozes dessas mulheres ecoam através dos relatos, revelando não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também suas estratégias de resistência, sororidade e reinvenção em meio às adversidades.

Muros de outro universo: o das prisões femininas. O cheiro é o mesmo de ferro e umidade, mas o ar carrega algo diferente, um peso feito de ausências, saudades e histórias que sangram de outro jeito.

2.1 Maternidade encarcerada: gestar, parir e criar atrás dos muros.

No interior das penitenciárias femininas, assim como nas masculinas, existe uma regulamentação e um código de conduta estabelecido pelas próprias detentas. A ordem interna não depende apenas da vigilância dos guardas, mas da acessibilidade ou da exclusão dentro da comunidade carcerária. E foi nesse universo de regras subterrâneas que uma história marcante se desenrolou.

A narrativa de Elizabete vai criando uma câmara imaginária, que se aproxima de uma grade lateral, de onde é possível ver um corredor estreito e iluminado por lâmpadas amareladas. Ali, sentada no chão, uma mulher grávida espera. Não há torneira para beber água; um litro é dado apenas quando algum guarda se compadece. Ao redor, olhares desviados e cochichos carregam um peso de condenação que vai além do crime registrado no processo.

“Que nem uma coisa que me marcou bastante foi da grávida que tava com nós no Complexo Penal...” começa Elisabete Taylor, e sua voz arrasta o leitor para dentro da cela, onde se decide se aquela mulher terá um lugar para dormir ou continuará exposta na solidão.

No corredor abafado da prisão, onde as paredes guardam ecos de passos e murmúrios, a figura materna não escapa ao peso das expectativas. A sociedade, lá fora e aqui dentro, desenha contornos rígidos do que significa ser mulher. E, nesse desenho, a maternidade ocupa o centro da tela, quase sempre sob o enquadramento de um amor absoluto e incondicional. Como observa Elisabeth Badinter (1985 apud LOPES, 2019), a mãe é idealizada como alguém cuja existência deve girar exclusivamente em torno de cuidar do filho.

Essa visão, tão romantizada quanto opressora, infiltra-se nas grades e nas rotinas, impondo às mulheres encarceradas não apenas uma carga emocional sufocante, mas também reforçando estruturas de controle. Quando uma mãe, grávida ou não, se afasta ou negligencia a filha, o gesto não é apenas visto como falha pessoal: é interpretado como um rompimento com o papel que lhe foi imposto, tornando-se um ato de segregação.

A prisão, afinal, não é um universo à parte, é apenas o reflexo dos valores dominantes, como se o portão de ferro fosse um espelho que devolve àqueles ali dentro a imagem dura e amplificada daquilo que existe lá fora. O que na prisão se chama de “duque” e a definição de quem pode ou não participar do “convívio” não surgem do nada: carregam consigo marcas culturais de gênero profundas, lapidadas ao longo de séculos de normas e expectativas.

É nesse ponto que as lentes teóricas de Joan Scott e Maria Luiza Bernardi iluminam o cenário. Joan Scott observa que o gênero não é apenas uma palavra, mas um dispositivo de organização social das relações entre os sexos, uma categoria social imposta sobre corpos sexuais, moldando comportamentos, afetos e destinos (SCOTT, 1995). Maria Luiza Bernardi acrescenta que o gênero é a chave para compreender como as relações de poder se estruturam, ancoradas em diferenças socialmente construídas e mantidas por instituições e pela família (BERNARDI, 2013).

Essas ideias se encaixam como trilha sonora de fundo para o que se passa no pátio ou no corredor: cada exclusão, cada boato, cada olhar atravessado carrega as marcas de um julgamento que não se limita às regras internas do cárcere. A entrevista com Elisabete demonstra de maneira viva como a norma de gênero não apenas regula as relações, mas dita quem é “mãe de verdade” e quem, segundo a lógica de dentro, rompeu com esse papel.

Ao longo da história, os estereótipos de feminilidade impuseram um modelo estreito: a mulher deve ser esposa, mãe, e boa mãe, devotada. No cárcere, essa moldura se torna ainda mais rígida. Como lembra Nana Queiroz, a maternidade no sistema prisional brasileiro é atravessada por camadas de controle e estigma, transformando o ventre e o corpo da mulher em territórios vigiados.

Em sua obra, Queiroz nos conduz ao encontro de Safira, cuja história revela o corte profundo que o encarceramento impõe nos laços entre mãe e filhos. Depois de quase seis anos, Safira finalmente podia preparar o café da manhã para os dois meninos. Colocou os copos na mesa, sorridente. Um deles, com um ar de leve confusão, disse:

— Mas você não sabe, mãe, que a gente não toma café, só toma Toddy?

A frase caiu sobre Safira como uma pedra fria, pesada com os anos perdidos. Em sete anos, chegou a ficar três sem vê-los. Perdeu o primeiro dia de aula, as primeiras pedaladas, as quedas de bicicleta. O mais velho, aos 13 anos, já tinha uma namorada. “Eu não conheço meus filhos”, admitiu. “Eles sabem que eu sou a mãe deles, mas praticamente sou uma desconhecida. Além de eu ter que me adaptar às coisas que perdi nesse período, eu tenho que aprender a conhecer os MEUS filhos” (QUEIROZ, 2015, p. 12).

Esse vazio afetivo não é apenas uma consequência individual, mas um reflexo direto do que Joan Scott descreve como uma categoria social imposta sobre o corpo: o gênero. No cárcere, essa imposição ganha contornos de punição extra, pois não se pune apenas a liberdade, mas também o papel social de “mãe”. Maria Luiza Bernardi reforça que o gênero é elemento constitutivo das relações de poder, sustentado pelas estruturas familiares e sociais. Quando a prisão impede a mulher de exercer sua maternidade ou a força a se adaptar a um modelo que não contempla suas necessidades, ela é duplamente marginalizada, como presa e como mãe.

No silêncio das noites da penitenciária, Elisabete Taylor também carregava esse peso. Sabia que, no discurso jurídico, havia tentativas tímidas de amenizar as consequências do encarceramento feminino, medidas como a prisão domiciliar para gestantes e a criação de alas maternas. No papel, parecia humanização. Na prática, muitas vezes era apenas mais uma promessa vazia. Elisabete havia pedido prisão domiciliar por conta de sua gestação de risco e pela presença de filhos menores. O advogado argumentou, citou leis, invocou o direito à maternidade. O pedido foi negado. O crime de tráfico, rotulado como hediondo, fechou-lhe qualquer porta.

Elisabete não era apenas mais uma detenta na contagem do Estado. Era uma mulher grávida, privada da liberdade, da convivência com os filhos, e de qualquer reconhecimento de sua condição. A sentença que cumpria não estava apenas nas páginas do processo, mas no corpo, no ventre, no afeto interrompido e na certeza de que, para o

sistema, seu papel de mãe não valia como atenuante, mas como peso extra na balança da punição.

Nos escombros de uma memória marcada pelo desespero e pela solidão, Elisabete carrega na pele e na voz as marcas de sua gestação e do pós-parto na Penitenciária Feminina de Piraquara. O cheiro ácido do bolor, a umidade colando nas paredes e no peito, o choro abafado da criança, tudo parecia condensar-se em um único símbolo: a maternidade aprisionada.

“Eu saí do Complexo Médico Penal e já descí direto do hospital. Quando eu ganhei ela, tive que deixar lá... ficou dia quatro, dia cinco e só foi liberada no dia seis. Peguei ela e já fui de transferência pra feminina. Lá tinha a ‘galeria A’, própria pras mães ficarem com as crianças, mas não mudava muita coisa... era um espaço muito pequeno, os cubículos muito úmidos, ruim pra criança. E o atendimento médico... tinha médica que ia até lá, mas só atendia algumas. As vacinas atrasavam, ficavam acumulando pra aplicar tudo de uma vez. Teve vacina que minha menina tomou bem atrasada. Eles falam que é um lugar próprio pra criança, mas não tem o cuidado que falam. É o cuidado que conseguem dar dentro do presídio — e é bem pior que pro adulto. Pra adulto, se eu ficasse doente, já marcavam médico pra semana seguinte. Pra criança, só se vissem que era muito urgente. Tinha que gritar ‘guarda, guarda!’... aí vinha a enfermeira, olhava, e só se achasse que era grave é que levava pro hospital” (informação verbal).

O tom resignado de Elisabete revela mais do que uma queixa sobre as condições físicas: é a constatação de que, mesmo nas alas “maternas”, a lógica de descaso e punição prevalece. A expressão “não mudou muita coisa” sintetiza a frustração diante de um espaço que deveria acolher, mas se limita a isolar, como se bastasse separar mães e crianças para resolver o problema. Na prática, o ambiente úmido, apertado e negligente se tornava mais um mecanismo de controle, onde até o direito mais básico, o de cuidar de um filho, era concedido com e vigilância.

Esse cenário fecha o círculo iniciado lá atrás, no “duque” e no “convívio”. A prisão, com sua geografia de exclusões e zonas de pertencimento, não faz mais que espelhar os valores dominantes, valores que, como observa Joan Scott, impõem o gênero como categoria social sobre o corpo, moldando o que significa “ser mãe” mesmo (e

sobretudo) quando essa maternidade se dá atrás das grades. Bernardi lembra que essas estruturas familiares e sociais sustentam relações de poder que sobrevivem intactas dentro do cárcere, atravessando muros e grades.

Assim, não é apenas a cela que aprisiona. É o peso invisível de um modelo de feminilidade que não admite desvios: a mãe perfeita, sempre presente, sempre devotada. No mundo livre, essa expectativa já oprime; no cárcere, ela se transforma em sentença dupla, uma para o crime, outra para o crime de não corresponder ao mito materno. A narrativa se afasta, deixando para trás as paredes úmidas da galeria, mas o eco da voz de Elisabete continua ressoando firme, como denúncia e testemunho de um sistema que pune até no berço.

É nesse eco que se revela o ponto mais agudo de sua experiência: o clímax do sofrimento aparece na descrição do processo para levar uma criança doente ao hospital, onde o simples ato de “gritar por guarda” se torna o primeiro passo de uma batalha contra a burocracia sempre prontos a colocar a urgência em segundo plano.

As experiências de mães no cárcere não se limitam às paredes da prisão; elas se prolongam nas vidas de seus filhos, moldando infâncias marcadas pela ausência, pela insegurança e por um sentimento crônico de perda. Desde os primeiros dias de vida, essas crianças carregam cicatrizes invisíveis não as feridas da pele, mas aquelas que se cravam no afeto e no pertencimento. A violência que atravessa a mãe, inevitavelmente, atravessa também o filho.

Elisabete relembra, com voz pausada, um episódio em que tentou conseguir atendimento para outra presa grávida.

“Eu vi pessoas a falecer no Complexo Penal, mulheres que perderam a criança, sabe? Então era uma coisa que... você já ficava sem reação. Ficava pensando: — Nossa, me trouxeram pra cá, por quê? Se aqui não tinha médico, então que me deixasse lá, no mesmo jeito. Me tiraram de um lugar pra colocar em outro que não tem nada do mesmo jeito, que não tem solução nenhuma. Quando eu cheguei, em setembro, tinha uma de Ponta Grossa que reclamava muito de dor. Eu falava: — Marca médico. E ela pedia atendimento, pedia pras guarda marcar quando a doutora tivesse lá. Mas a doutora nunca conseguia atender. Achavam que era frescura: ‘Ah, acha que tá num spa aqui?’. Ela só seria atendida na hora que tivesse uma dor insuportável. Começou a

reclamar de dor por baixo, dor na bexiga... Eu falava: — Acho que você tá com alguma infecção. Aí passou uns dias e, quando ia no banheiro, o cheiro tomava conta do cubículo. Fedia muito. Então chamei a enfermeira: — Pelo amor de Deus, essa mulher deve tá com alguma coisa podre dentro dela... E foi uma briga. A enfermeira não queria levar porque achava que era coisa da nossa cabeça.”

O relato não é um acidente isolado. É o retrato do que Bernardi (2013) descreve como a marginalização estrutural das mulheres, agravada pelo fato de serem mães e, no caso das presas, mães que ousam “falhar” no cumprimento do ideal de maternidade. Joan Scott (1995) nos lembra que o gênero organiza a experiência humana não apenas como uma identidade, mas como um regime de poder. No cárcere, esse regime se mostra sem véus: o corpo da mulher é, ao mesmo tempo, alvo de vigilância e objeto de negligência. A suspeita constante da ideia de que a dor da presa é exagero ou manipulação, é uma extensão da desconfiança social em relação às mulheres que não se encaixam no padrão idealizado.

Desde o nascimento, as crianças são moldadas com uma sensação constante de insegurança. Crescem sem referências estáveis, entre grades e ausências, aprendendo cedo demais que a vida pode ser interrompida por ordens externas, regras incompreensíveis e castigos que não cometeram. A infância, que deveria ser marcada por descobertas e afetos, é atravessada pelo peso da prisão de suas mães.

Nessa trajetória, não apenas o vínculo materno é ferido, mas também a própria noção de pertencimento. Essas crianças carregam em seus corpos e memórias o estigma de um sistema que insiste em puni-las antes mesmo de compreender suas necessidades. O cárcere, que deveria ser espaço restrito à responsabilização de adultos, invade o território da infância, negando direitos e perpetuando desigualdades.

O impacto não se restringe ao presente: ele se prolonga nas histórias futuras, nos vínculos rompidos, nas marcas invisíveis que se tornam herança. O que nasce como descaso institucional se transforma em ciclo de exclusão, dificultando o acesso a oportunidades, ao cuidado integral e ao reconhecimento de sua humanidade.

Nascer na prisão gera cicatrizes invisíveis, que podem durar toda a vida. A ausência de respostas adequadas às necessidades das

mulheres encarceradas compromete não apenas o corpo imediato da mãe, mas o futuro das crianças, que crescem marcadas pelo silêncio e pela negligência. O ciclo intergeracional da exclusão começa justamente aí: na negação de direitos básicos, como o cuidado, à saúde e a proteção da vida. Quando uma mãe perde seu filho dentro da prisão por falta de assistência, o que se transmite às próximas gerações não é apenas a dor do luto, mas a experiência de que suas vidas valem menos.

Elisabete, ao relatar a luta para conseguir atendimento médico para sua amiga, expõe como as necessidades das mulheres encarceradas são constantemente vistas como secundárias, em comparação com outros detentos. Sua narrativa revela a banalização da dor feminina no cárcere, transformada em suspeita, em “manha”, em exagero:

“Eu vi pessoas a falecer no Complexo Penal, mulheres que perderam a criança, sabe? Então era uma coisa que você ficar naquele ambiente você já ficava sem reação! Você ficava pensando: – Nossa, me trouxeram pra cá, por quê? Se aqui, não tinha médico, então que me deixasse lá no mesmo jeito. Me tiraram de um lugar pra coloca em outro que não tem nada do mesmo jeito, que não tem solução nenhuma. \[...] Já fazia sete dias que a criança estava morta dentro dela” (informação verbal).

O relato de Elisabete Taylor chama atenção para a mulher que sofreu um aborto espontâneo dentro do sistema carcerário. Um aborto não causado por escolhas pessoais, mas pela falta de recursos e cuidados adequados. A ausência de protocolos claros e a mediação do atendimento por guardas, que carregam também o peso de baixos salários, medo constante e sobrecarga, colocam em xeque o direito fundamental à vida. Nesse contexto, o atendimento médico deixa de ser uma resposta imediata à dor para se tornar uma negociação, uma disputa entre quem sente e quem autoriza o sentir.

A violência aqui é estrutural. O que está em jogo não é apenas a negligência pontual de uma instituição, mas a forma como a sociedade legitima quais vidas merecem ser cuidadas e quais podem ser descartadas. Como lembram Assis e Jesus (2012, p. 2866), “[...] a legalidade de uma proposta não assegura a sua implementação”. O SUS, que garante em lei o acesso universal à saúde, não alcança plenamente essas mulheres, a promessa da universalidade esbarra nos muros da prisão e na seletividade social que marca o encarceramento em massa no Brasil.

Essa seletividade é também uma pedagogia da exclusão: as crianças que nascem e crescem nesse contexto herdaram não apenas os traumas diretos, mas a mensagem de que seus corpos e histórias são menos importantes. A negligência do presente se projeta no futuro, transformando o abandono em herança. O ciclo intergeracional da exclusão, portanto, não se limita à transmissão de condições materiais de desigualdade, mas alcança também as dimensões simbólicas: o estigma, o descrédito, a sensação de não pertencimento.

Assim, as histórias de mães e filhos no cárcere revelam que o Estado, ao negar cuidado, não apenas pune o indivíduo, mas forja um legado de ausência e dor que se espalha por gerações. O silêncio das celas se converte em ruído no tecido social, perpetuando a desigualdade, reforçando hierarquias de vidas que importam e vidas que podem ser descartadas.

Elisabete não foi a única a se recordar de episódios traumáticos referentes à falta de atendimento médico na prisão. Tânia, ao ser questionada sobre o que mais a marcou negativamente dentro do sistema penitenciário, relatou que viu uma de suas companheiras com complicações de saúde:

“Lá é mais tristeza, porque alegria lá dentro é difícil. Uma senhora lá que nós chamava ela de tia, não sei o que que deu na coitada que começou a estourar sangue por todo o lado, pelo ouvido. E eles deixaram ela jogada parecendo um animal, e a gente não podia fazer nada. Nossa, a mulher saía pra tudo quanto era lado sangue dela, foi duro. E deixaram ela lá, passado uma hora que foram buscar ela. Lá não tem nada pra dizer que tem alguma coisa boa, a gente é tratada igual animal lá dentro” (informação verbal).

A história da senhora, que sofreu complicações graves e foi deixada à própria sorte por uma hora, evidencia a desvalorização da vida humana dentro do cárcere. A comparação com um animal, feita pela própria Tânia, revela o quão desumanizado e indiferente o ambiente penitenciário pode ser. A negligência diante da dor reforça a lógica de que a prisão não é apenas um espaço de punição, mas um território em que a própria condição de humanidade é posta em xeque.

Essa percepção dialoga com o que Foucault descreve ao analisar o surgimento das prisões modernas: o encarceramento não se restringe a uma sanção legal, mas se aprofunda como mecanismo de controle dos corpos, em que o sofrimento e a docilização são naturalizados. A “indiferença à vida” no cárcere pode ser entendida como parte de um projeto disciplinar que organiza hierarquias sociais, onde determinadas populações sobretudo pobres, negras e mulheres são consideradas vidas menos dignas de proteção (FOUCAULT, 2014).

Angela Davis ao refletir sobre as prisões como parte de um sistema capitalista, racista e patriarcal, reforça que esses espaços funcionam como depósitos humanos, em que a exclusão é mascarada por uma falsa ideia de justiça. A experiência relatada por Tânia, de ver uma companheira sangrar sem atendimento imediato, ilustra a análise de (DAVIS, 2018), para quem a prisão produz e reproduz desigualdades estruturais, perpetuando um ciclo intergeracional de exclusão.

Vera Malaguti Batista também nos lembra que o cárcere brasileiro é um reflexo da seletividade penal e da herança colonial. Para a autora, o tratamento desumano conferido a pessoas privadas de liberdade não é um “acidente institucional”, mas sim uma prática reiterada que reforça a criminalização da pobreza e a negação sistemática de direitos (BATISTA, 2017).

As memórias de Elisabete Taylor, Tânia e Bruna têm uma semelhança marcante: as três, ao vivenciarem a privação de liberdade, também sofreram a interrupção ou o controle do exercício de sua autonomia e de sua maternidade. Ao negarem atendimento, cuidado e dignidade, as instituições penitenciárias não apenas restringem corpos, mas produzem ausências de filhos, de vínculos, de pertencimento. O cárcere, portanto, funciona como um espaço de pedagogia da exclusão, transmitida às próximas gerações como herança simbólica e material.

2.2 Hierarquias e relações: dos filhos ao casamento.

As narrativas das mulheres evidenciam que a prisão não apenas afeta sua saúde física e emocional, mas também reorganiza papéis sociais fundamentais, como a maternidade e o casamento. Nesse contexto, é possível perceber como o cárcere impõe novas hierarquias e interfere diretamente nas relações familiares, criando rupturas e redefinindo vínculos.

O distanciamento forçado dos filhos aparece como uma das marcas mais dolorosas da experiência prisional. A maternidade, que socialmente é vista como núcleo da identidade feminina, é atravessada pela ausência e pelo controle institucional. Como observa Julita Lemgruber (2017), a prisão não apenas restringe a liberdade das mulheres, mas também redefine o lugar da mãe na família, deslocando-a de sua função de cuidadora para a posição de alguém que precisa negociar constantemente o contato com os filhos. Muitas vezes, esse contato é condicionado a regras rígidas de visitação ou mesmo interrompido por falta de estrutura, resultando em vínculos fragilizados.

Além disso, o casamento e as relações conjugais sofrem transformações significativas. O encarceramento feminino frequentemente resulta no abandono por parte dos companheiros, o que contrasta com a experiência masculina: enquanto mulheres presas relatam que parceiros raramente mantêm a relação, os homens encarcerados tendem a receber maior apoio de suas companheiras (DAVIS, 2018). Essa diferença revela não apenas desigualdades de gênero, mas também a expectativa social de que a mulher deve estar sempre disponível para o cuidado, mesmo em condições adversas, enquanto o homem não é cobrado pelo mesmo papel.

O cárcere, portanto, reforça hierarquias de gênero que já existem fora de seus muros. Como analisa Soraia Mendes (2020), a criminalização das mulheres está profundamente vinculada à violação de papéis sociais historicamente impostos: quando uma mulher comete um crime, ela não é apenas julgada pelo ato em si, mas também pela “falha moral” de não corresponder ao ideal de mãe, esposa e cuidadora. Essa dupla condenação: jurídica e simbólica, amplia os efeitos do aprisionamento e produz marcas que ultrapassam a pena formal.

Em muitos relatos, a perda do convívio com os filhos e a dissolução dos relacionamentos amorosos são mencionados como formas de dor que se sobrepõem à própria experiência do cárcere. Bruna, por exemplo, ao refletir sobre sua trajetória, afirma que “ficar longe do meu filho foi pior do que a cadeia em si” (informação verbal). Sua fala sintetiza como o cárcere invade territórios afetivos, desestruturando relações que constituem a base da vida social.

Assim, ao analisar maternidade e casamento sob a ótica das mulheres encarceradas, percebemos que o sistema penitenciário não apenas pune o indivíduo, mas reorganiza redes inteiras de relações. A prisão atua como um dispositivo de controle que ultrapassa os muros institucionais, alcançando lares, famílias e comunidades. As hierarquias de gênero, já desiguais, tornam-se ainda mais rígidas quando atravessadas pela privação de liberdade, perpetuando o ciclo intergeracional de exclusão.

Essas hierarquias também atravessam a experiência dos homens no cárcere, especialmente no exercício da paternidade. Embora os relatos femininos sejam marcados pelo estigma de não corresponder ao ideal materno, os relatos masculinos revelam outras contradições: se por um lado a paternidade é vista como chance de recomeço, por outro é profundamente atravessada pelo estigma do ex-presidiário. Entre as narrativas colhidas, há pontos de interseção que revelam o impacto avassalador do cárcere na vida dos pais que se encontram nessa condição.

Antônio, por exemplo, entrou no sistema carcerário como um homem solteiro. Foi entre as grades que conheceu sua esposa, que frequentava aquele ambiente para visitar um familiar. O destino os uniu em meio a um cenário de privação, e quando Antônio conquistou sua liberdade, veio ao mundo seu primeiro filho, que, segundo ele, se tornou sua verdadeira razão de viver. Sua história mostra como o cárcere não apenas interrompe trajetórias, mas também as redefine, criando novos vínculos em contextos de sofrimento e ausência.

Nos relatos masculinos, emergem experiências atravessadas por sentimentos de impotência diante da ruptura com a vida familiar e laboral. Muitos dos homens narram a perda do papel de provedor, a insegurança quanto à manutenção de vínculos afetivos e a vergonha diante da comunidade. Como ressalta Godoi (2010), o encarceramento

masculino frequentemente reforça a noção de fracasso em relação à masculinidade hegemônica, associada à figura do trabalhador e chefe de família. Assim, a prisão não apenas restringe fisicamente, mas também desestabiliza identidades sociais, produzindo marcas de deslegitimação que permanecem mesmo após a saída do cárcere.

Esse quadro torna-se ainda mais complexo quando se observa que, em alguns casos, a reclusão desencadeia efeitos inesperados na vida de familiares. No segundo período de encarceramento, por exemplo, um dado burocrático marcou a trajetória: seu filho passou a receber o auxílio-reclusão. Esse benefício, garantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é um tema polêmico no Brasil, frequentemente alvo de críticas e desinformação. Assim como a pensão por morte, o auxílio é destinado aos dependentes do segurado preso cônjuges, companheiros, filhos de até 21 anos ou inválidos e, na ausência desses, pais economicamente dependentes. No entanto, sua concessão não é tão ampla quanto se imagina. Dados oficiais indicam que, dos mais de 600 mil presos no país, apenas 43 mil famílias recebem esse suporte financeiro, o que representa 7,1% do total (GALINDO, 2016, n.p.).

O recebimento do auxílio-reclusão não se dá de forma automática. Para que os dependentes tenham direito ao benefício, é necessário que o segurado possua vínculo ativo com a Previdência Social no momento da prisão, isto é, que estivesse contribuindo regularmente para o INSS ou, ao menos, dentro do chamado “período de graça” intervalo em que, mesmo sem contribuição, mantém-se a qualidade de segurado. Além disso, exige-se que a prisão seja em regime fechado ou semiaberto, que a renda mensal do trabalhador esteja dentro do limite estabelecido anualmente pelo órgão e que seja comprovada a dependência econômica dos beneficiários. Ou seja, não basta a condição de encarceramento: a concessão depende de uma combinação entre contribuição previdenciária, renda compatível e comprovação documental, o que reduz significativamente o universo de famílias contempladas.

Nesse contexto, o recebimento do auxílio-reclusão assume também uma dimensão simbólica no universo prisional. A masculinidade, muitas vezes construída sobre o ideal de força, autonomia e, sobretudo, de provedor da família, é tensionada pelo encarceramento. Ao serem privados da liberdade e do trabalho formal, os homens veem

sua capacidade de sustentar financeiramente os dependentes ser interrompida, situação que fragiliza esse papel central atribuído à figura masculina em sociedades patriarcais. O benefício, por sua vez, coloca em evidência essa contradição: o sustento da família não advém mais diretamente do esforço laboral do homem, mas sim da intermediação de uma política pública que reconhece a condição de vulnerabilidade. Assim, muitos presos oscilam entre a sensação de alívio, por garantir minimamente o bem-estar dos dependentes, e a vivência de uma masculinidade abalada, marcada pela perda de autonomia econômica e pelo deslocamento da posição de provedor para a de dependente do Estado.

A história de Antônio não é isolada. As lembranças desses homens são permeadas por frases interrompidas, lacunas emocionais e um constante esforço para ressignificar suas experiências. A paternidade, vivida à distância, carrega nuances de amor, culpa e esperança. São relatos que transcendem as grades e encontram eco em uma realidade complexa e muitas vezes invisibilizada. O cárcere reorganiza o modo como esses homens performam a masculinidade: de um lado, reforça a imagem do provedor ausente; de outro, abre espaço para ressignificações possíveis, onde ser pai passa a significar resistir à própria condição de exclusão.

Aqui, o auxílio-reclusão funciona como metáfora do que Loïc Wacquant (2001) chamou de “gestão neoliberal da marginalidade”: uma rede mínima de proteção social que, ao mesmo tempo em que concede recursos, reforça o estigma, uma vez que cada benefício recebido pelo dependente do preso é visto pela sociedade como “privilégio” indevido. Esse tensionamento ilustra como as políticas sociais, quando atravessadas pelo cárcere, carregam ambivalências protegem, mas também marcam, sustentam, mas também denunciam a condição de exclusão.

Se para as mulheres encarceradas a maternidade é usada socialmente como justificativa moral para reforçar sua culpabilização, para os homens a paternidade é constantemente questionada pelo estigma da ausência. Em ambos os casos, como lembra Saffioti (2015), as hierarquias de gênero não apenas organizam papéis, mas produzem desigualdades estruturais que, ao serem atravessadas pelo cárcere, se tornam ainda mais cruéis. Assim, maternidade e paternidade se

encontram em um mesmo ponto de dor: a impossibilidade de viver plenamente os vínculos mais fundamentais da vida humana.

A discussão sobre o auxílio-reclusão e a perda do papel de provedor mostra como a masculinidade é profundamente tensionada pelo encarceramento. Entretanto, os relatos também revelam que, diante da ausência de autonomia material, muitos homens passam a ressignificar suas identidades a partir das relações afetivas que conseguem construir ou manter mesmo atrás das grades. O amor paterno e os laços conjugais emergem, nesse cenário, como novas formas de afirmação de si.

Ney carrega em sua memória um momento que o marcou para sempre: a primeira vez que viu seu filho. Não foi em um berçário, nem em casa, cercado por familiares. Foi no Fórum, durante sua primeira audiência. As emoções se misturavam: a frustração de não ter sido solto e a inesperada surpresa de conhecer seu filho.

“Na verdade, eu vi ele na minha primeira audiência no Fórum. Não queriam deixar eu ver, aí eu falei: ‘Ora, cara, deixa eu ver’. Eu falei para o polícia: ‘É o meu piá que tá aí’. Aí ele falou: ‘Eu vou liberar para você ver’. Eu vi ele pela cela... foi uma sensação...” – as palavras de Ney vêm entrecortadas, como se ele ainda revivesse aquele instante. O olhar atravessando as grades, buscando um rosto até então desconhecido, mas que, naquele momento, se tornou o mais importante de sua vida.

Essa lembrança não se apaga. Ela representa a dor do distanciamento, mas também o primeiro laço entre pai e filho, formado em um ambiente frio e hostil, onde a emoção se impôs sobre a rigidez do sistema penitenciário.

Na escuta das entrevistas, ganhou visibilidade a história de Antônio sobre a formação de uma união estável. Ele conheceu sua companheira quando ela foi realizar uma visita a um parente na prisão.

“Foi incrível eu ter conhecido minha esposa, porque eu tava preso meio que sozinho, só minha mãe me apoiando, aí eu conheci ela, a Milena, e até hoje ela está me apoiando e me ajudando. Foi muito bom conhecer ela! Fiquei na primeira mão três meses sem visita, daí a minha mãe ia me visitar. Daí depois de dois anos e quatro meses eu conheci ela, a minha esposa”, contou Antônio.

Carlos também relatou que, durante o período de reclusão, casou-se por meio de uma procuração com sua namorada: “O meu estado civil de quando eu fui preso era solteiro, daí casei lá dentro da cadeia. Eu já tava namorando antes, quando fui preso, daí casei lá dentro por procuração”.

Se a perda do papel de provedor abala no cárcere, os relatos de Ney, Antônio e Carlos mostram que muitos homens fortalecem seus vínculos afetivos nesse contexto. Para Connell (2005), trata-se de uma negociação com a “masculinidade hegemônica socialmente construída”: privados do trabalho e do espaço público, o centro se torna a paternidade e a conjugalidade, ainda que mediada por tranças, horários e revistas. Lembrando que o acesso a visitas, recursos e mediações depende do trabalho invisível das famílias. Os homens, em número muito maior que as mulheres, contam com apoio de mães, companheiras e novas parceiras, inclusive relações iniciadas por celulares clandestinos. Esse padrão reproduz papéis de gênero: às mulheres “caberia” amar, aguentar, permanecer (BOURDIEU, 2002).

O amor prisional, nesses termos, aproxima-se de uma dedicação que envolve fila, revista vexatória, custos de deslocamento, mediação com o Estado e com a própria instituição. É um amor que administra humilhações e organiza a logística do cuidado, com telefonemas, advogados, mantimentos, documentação. Transformando-se em cuidado materno e conjugal.

Em contrapartida, as entrevistas anteriores demonstram que, para as mulheres presas, a realidade do amor é diferente. A literatura e as entrevistas mostram: abandono e solidão, como experiência recorrente no encarceramento feminino (LEMGRUBER, 2017; DAVIS, 2018). Enquanto os homens se casam, iniciam relações e recebem visitas. Elas enfrentam o vazio do parlatório, raramente mantêm laços conjugais e carregam um duplo julgamento: o jurídico e o moral. A chave de definição de solidão como “sentimento indesejado, de separação e isolamento” (PINHEIRO; TAMAYO, 1984, p. 30) ganha contornos estruturais: não é apenas um afeto privado, mas um efeito de gênero do sistema penal.

As consequências atravessam inclusive eventos-limite como motins. Espaços marcados por violência masculina expõem mulheres presas a camadas adicionais de vulnerabilidade, seja pela precariedade

de protocolos de proteção, seja pela maior probabilidade de “violências institucionais e sexuais” (DAVIS, 2018; BATISTA, 2017). Se na ala masculino o eixo da dor passa pela perda do trabalho e a negociação do papel de provedor, na ala feminina ela passa pela desfiliação afetiva. Duas faces de uma mesma matriz patriarcal e punitiva (SAFFIOTI, 2015).

As entrevistas demonstram que “quem ama, cuida” não é slogan, é divisão sexual do trabalho afetivo. No cárcere, essa divisão sustenta masculinidades, resulta ainda mais para as mulheres presas e livres com a conta invisível do amor.

No cenário do amor invisível, Bruna foi parar atrás das grades no lugar de seu companheiro. Bruna contou suas inúmeras tentativas de apagar de sua história muitos episódios da prisão. O que revela, paradoxalmente, sua permanência: quanto mais se deseja o esquecimento, mais o fato traumático se fixa. Araújo e Santos (2007) ajudam a compreender essa tensão ao observarem que a memória nunca se apresenta como decisão final. O esquecimento, em determinadas circunstâncias, pode até surgir como dádiva, um alívio momentâneo diante do peso insuportável da lembrança. Ainda assim, em sociedades marcadas pela violência institucional, como lembra Walter Benjamin, o choque não é exceção, mas condição cotidiana da vida moderna: a fragmentação do sujeito diante de estímulos excessivos, incapaz de reagir plenamente a eles.

O motim descrito por Bruna revela, em sua densidade, o paradoxo do cárcere: espaço de dor e silenciamento, mas também de insurgência e voz coletiva. O trauma vivido, que insiste em retornar, não é apenas pessoal, ele se inscreve na memória social como testemunho de que a violência estatal e institucional não consegue sufocar por completo a agência das mulheres encarceradas. Ainda que relegadas à margem, encontram na coletividade uma forma de quebrar o isolamento imposto pelas grades e reafirmar sua existência política. Como observa Seligmann-Silva (2008), o trauma é a memória que não passa, que insiste em se repetir, atualizando dores e cicatrizes em cada evocação.

É nesse ponto que a análise precisa avançar. Como lembra Antônio Barbosa (2013), a prisão só se torna visível ao mundo exterior quando o conflito irrompe, quando os muros não conseguem mais

conter as tensões internas e o Estado é convocado a restaurar uma ordem que nunca se sustentou de fato. Salla (2006) também enfatiza que, nos momentos de rebelião, detentos organizados reforçam seu domínio sobre a massa carcerária, mostrando como o poder circula e se reorganiza em meio ao caos. As rebeliões, portanto, não são apenas momentos de ruptura, mas também de revelação: expõe as fraturas de um sistema que insiste em se apresentar como disciplinador, mas que na realidade é produtor de violência, exclusão e precariedade.

Se, para Bruna, o motim deixou cicatrizes traumáticas, para outros entrevistados a prisão aparece diluída em lembranças de solidão, companheirismo ou aprendizagem. Rodrigo recorda: “Sim, eu recebia visita toda semana, todo domingo. Não falhou uma vez! Minha mãe foi me visitar só uma vez, mas depois adoeceu e não conseguiu mais. As outras visitas eram da minha mulher.” Ney, por sua vez, fala da intensidade emocional que marcava a despedida:

“Eu recebia visita, mas era só da minha mulher, da minha ex-mulher e do meu padrasto. Às vezes, era difícil, sabe? Eu não queria que eles fossem embora. Falar sobre isso é complicado, porque é legal ter alguém com você ali, mas quando eles vão embora, fica aquela solidão. E quando minha ex-mulher levava meu filho, aí, meu irmão... era foda. Porque eu queria ficar com ele, mas não podia.”

Já Carlos traz outra percepção:

“Negativamente, acho que... (silêncio). Não sei, acho que nada em especial. Foi só um tempo que passei lá, algo que eu tinha que enfrentar. Mas, por mais difícil de acreditar que pareça, aqueles 10 meses foram os mais rápidos da minha vida. Quanto ao lado positivo, acho que foi o fato de aprender a não cometer os mesmos erros, de não querer voltar para aquele lugar, porque lá é feio, não é um bom lugar.”

Essas falas revelam que o cárcere não é apenas o espaço da violência coletiva, mas também o lugar onde o tempo se arrasta, onde as relações familiares são testadas e onde o indivíduo precisa lidar com as ambiguidades do cotidiano: solidão e afeto, dor e aprendizagem, violência e resistência. Nesse sentido, como lembram Araújo e Santos (2007), a memória dos episódios traumáticos sempre oscila entre lem-

brança e esquecimento, mas sua evocação revela mais sobre o presente do que sobre o passado, pois mostra como sujeitos em situação-limite elaboram sentidos sobre si e sobre o mundo.

Assim, do trauma coletivo à experiência íntima, das marcas do motim às lembranças das visitas, o cárcere se revela como um campo onde coexistem violência, resistência, afeto e solidão. Essa tensão entre o visível e o invisível, entre o que explode em rebelião e o que se cala na lentidão do cotidiano, será o fio condutor para compreender como a prisão molda tanto as subjetividades quanto a própria memória social. O cárcere é, ao mesmo tempo, palco de explosões que ganham as ruas e de silêncios que apenas a memória é capaz de revelar.

Assim, do trauma coletivo à experiência íntima, das marcas do motim às lembranças das visitas, o cárcere se revela como um campo onde coexistem violência, resistência, afeto e solidão. Essa tensão entre o visível e o invisível, entre o que explode em rebelião e o que se cala na lentidão do cotidiano, será o fio condutor para compreender como a prisão molda tanto as subjetividades quanto a própria memória social.

É justamente nessa passagem do grito coletivo ao silêncio das horas, que se inscrevem as narrativas sobre **o tempo no cárcere**. Se as rebeliões revelam a falência do sistema, o dia a dia da prisão expõe suas engrenagens mais sutis: as filas para o banho de sol, as cartas que chegam atrasadas, os minutos contados no parlatório. É nesse ritmo lento e repetitivo que a prisão se infiltra na vida, afetando laços familiares, redefinindo vínculos afetivos e reorganizando o próprio sentido de existir.

2.3 O tempo que não passa: memórias, visitas e espera atrás das grades.

Se o motim rasga os muros e expõe a violência estrutural do sistema prisional, o cotidiano se encarrega de erguer barreiras invisíveis que corroem por dentro. O cárcere não se sustenta apenas nos dias de rebelião, mas sobretudo na lentidão das horas, na repetição das rotinas e no peso das ausências. Ali, o tempo deixa de ser apenas cronológico para se tornar um fardo existencial: cada visita esperada, cada carta recebida ou perdida, cada despedida no parlatório é vivida como suspensão da vida “lá fora”.

A prisão é, antes de tudo, uma pedagogia da espera. Entre muros que abafam o som do mundo exterior, o tempo deixa de ser medido pelos ponteiros do relógio e passa a ser contado em audiências, cartas, domingos de visita. Para mulheres e homens, a experiência da espera adquire tonalidades distintas, mas sempre intensas: ora uma espera que fere, ora uma espera que consola.

Elisabete, ao lembrar da ala materna da Penitenciária Feminina de Piraquara, descreve noites em que precisava gritar por ajuda para uma criança febril, consciente de que cada minuto de silêncio burocrático poderia custar uma vida. “Você tinha que ficar gritando: guarda, guarda, guarda. Aí vinha a enfermeira, olhava, via se era urgente... se não fosse, mandavam esperar”. A cena é crua, quase cinematográfica: uma mãe em desespero, uma cela úmida, o choro de um bebê abafado por grades, enquanto a decisão de socorro é mediada pela desconfiança sobre a palavra de uma detenta.

Se para as mulheres o tempo da prisão é atravessado pela culpa e pela ruptura da maternidade, para os homens ele se encarna em outra gramática: a da resistência e da honra. Rodrigo confessa ter contado um a um os 1 ano e 28 dias de sua pena. “Eu contei os dias, cada dia. Foi 1 ano e 28 dias certinho.” A precisão revela o quanto a espera não era diluída, mas tatuada na memória, cada amanhecer e cada tranca marcando o corpo como cicatriz.

Já Carlos, ao recordar a chegada ao Hildebrando de Souza, descreve um tempo suspenso, um eterno crepúsculo. “Nossa, eu lembro até hoje, a hora que eu entrei lá dentro. Até o dia que eu saí parecia que não tinha dia. Todo dia era noite, aquela sensação que lá fora tava

caindo uma tempestade de chuva”. O relato evoca a sensação de distorção temporal: a prisão não é apenas espaço, mas sobretudo tempo que se arrasta e aprisiona.

Essa experiência masculina do tempo se vincula ao ideal de masculinidade que ressoa nos depoimentos. Ney, por exemplo, insiste que a prisão lhe ensinou a aguentar calado, a suportar a dor sem nunca “caguetar” um parceiro. A espera, para ele, não é apenas uma espera pela liberdade, mas um rito de passagem, em que cada dia silenciado reafirma sua posição de homem diante dos outros.

Em contraste, Bruna narra o tempo como abandono por parte de seu parceiro. Seu relato destaca a ausência e a espera que se transforma em ferida: “A gente espera visita, mas quando não vem, parece que o mundo desaba. É como se a gente não tivesse ninguém”. Para ela, cada domingo sem abraço era uma sentença renovada, uma prisão dentro da prisão.

A teoria ajuda a iluminar esses contrastes. Como lembra Michel Foucault, o tempo é um dos principais instrumentos de disciplina do cárcere: “o tempo torna-se um operador fundamental de dominação” (FOUCAULT, 1975). Mas quando filtrado pelas lentes do gênero, ele se multiplica em camadas. Para os homens, o tempo da prisão reafirma a virilidade e o código de honra. Para as mulheres, ele corrói identidades construídas em torno do cuidado e da presença familiar.

Antônio reforça essa dimensão ambígua: “Lá dentro, você aprende a esperar. Espera a comida, espera a visita, espera a audiência. Se não aprender a esperar, você enlouquece”. A frase sintetiza a pedagogia da prisão: ensina-se, à força, a domesticar o desejo de urgência. Mas a espera não é neutra, ela molda corpos, afetos, masculinidades e feminilidades.

O cinema já nos mostrou, em filmes como **Carandiru (2003)** e **Um Crime Entre Nós (2000)**, como a espera pode ser narrada em imagens de corredores intermináveis e portas que se fecham lentamente. Nas entrevistas aqui reunidas, o efeito é ainda mais pulsante, pois não se trata de representação, mas de memória. O tempo da prisão não passa: ele pesa, corrói, molda subjetividades.

No entrelaçamento entre silêncio e resistência, abandono e sororidade, a espera se revela como a mais cruel das penas. A prisão,

afinal, não confina apenas corpos: aprisiona também o tempo, transformando cada segundo em lembrança insuportável.

O tempo feminino: o relógio da ausência Para as mulheres, esse tempo é duplamente cruel. Ele aprisiona o corpo e arranca o papel social de mãe, filha, esposa. A ausência ganha peso no cotidiano. Bruna descreve o silêncio como estratégia:

“Eu pensava mais na minha filha, na minha mãe, no meu pai. Daí eles vinham me visitar e eu não aceitava, eu não queria ver ninguém, não queria receber carta. Eu não queria receber nem visita, porque pra mim era melhor eu ficar quieta. Se eu tivesse que chorar, eu chorava sozinha.” (informação verbal).

Recusar visitas não é rejeitar o afeto, mas tentar sobreviver a ele. A cada encontro, a lembrança do mundo lá fora se tornava insuportável. A ausência escolhida era, paradoxalmente, uma forma de preservar os laços. Joan Scott (1995) já apontava: gênero é uma categoria que organiza relações sociais. No cárcere, esse arranjo se acentua. A mulher é julgada não apenas pelo crime, mas pela forma como exerce ou deixa de exercer sua maternidade.

Elisabete revela o desespero da espera transformada em sobrevivência:

“Se a criança ficasse doente, eles só levavam pro hospital se vissem que era muito urgente. Você tinha que ficar gritando: guarda, guarda, guarda! Primeiro passava por uma enfermeira, que tinha que averiguar se era mesmo grave, pra depois ver se tinha escolta. Era sempre uma luta.” (informação verbal).

O simples ato de gritar se torna um gesto de vida ou morte. A espera pela escolta, pelo hospital, pelo médico é, na verdade, a espera pelo direito de existir. Angela Davis (2003) lembra que o sistema prisional é estruturado a partir de padrões masculinos: ele não foi projetado para mulheres, tampouco para crianças. O tempo da maternidade, cheio de urgências e demandas, é incompatível com o tempo morto do cárcere.

Nice reforça a monotonia como marca:

“Era sempre a mesma coisa, acordar cedo, tomar café, contagem, ficar lá dentro. Não tinha muita atividade, era esperar o

tempo passar. Esperar audiência, esperar transferência.” (informação verbal).

Esse “esperar” repetido como mantra mostra que o cárcere é uma máquina de suspender futuros. Loïc Wacquant (2001) define como *tempo morto*: nem avanço, nem retrocesso, apenas uma estagnação que consome por dentro.

O tempo masculino: contagem e resistência. Para os homens, a espera assume outro tom: o da contagem, da resistência, da honra. Rodrigo confessa: “Eu contei os dias, cada dia. Foi 1 ano e 28 dias certinho.” (informação verbal). A obsessão pelo número revela a tentativa de controlar aquilo que escapa. Se o espaço é dominado pelo Estado, o tempo é apropriado pela memória. Cada dia contado é uma prova de resistência.

Carlos descreve a chegada ao Hildebrando como uma noite sem fim:

“Nossa, eu lembro até hoje, a hora que eu entrei lá dentro. Até o dia que eu saí parecia que não tinha dia. Todo dia era noite, aquela sensação que lá fora tava caindo uma tempestade de chuva.” (informação verbal). A metáfora cinematográfica é inevitável: um personagem entrando em um corredor escuro, onde não há sol, apenas um crepúsculo eterno. O cárcere transforma tempo em clima, em sensação física de claustrofobia.

Ney reforça o tempo como rito de masculinidade: “Você tem que aguentar calado, tem que mostrar que é homem, que não vai caguetar. O tempo lá dentro é prova de quem é quem.” (informação verbal). Aqui, a espera não é apenas sofrimento, é também provação. Cada dia é um certificado de honra, de silêncio mantido, de palavra cumprida. A masculinidade se mede na paciência violenta da resistência.

Antônio resume: “Lá dentro, você aprende a esperar. Espera a comida, espera a visita, espera a audiência. Se não aprender a esperar, você enlouquece.” (informação verbal).

Mais uma dobradura de análise: O tempo do trauma. Há momentos em que o tempo deixa de ser apenas lento: ele explode. Bruna relembra a rebelião: “Foi a pior experiência da minha vida. A rebelião foi uma coisa que eu queria apagar da memória, porque

foi terrível. Eu nunca pensei que fosse viver uma coisa daquela. Não desejo isso nem pro meu pior inimigo.” (informação verbal).

Cada segundo de violência parecia uma eternidade. A espera, nesses instantes, não era mais pela visita ou pela liberdade, mas pela sobrevivência. Levi (1988), ao narrar a vida nos campos de concentração, descreveu essa mesma dilatação: o tempo como tortura, onde um minuto pode conter todo o peso da morte.

Carlos descreve outro tipo de tortura temporal: o calor. “Eu dormia no corredor, dormia em 3 no corredor. Nossa, era apertado, um calor, um calor, um calor dos inferno lá dentro. Eu nunca senti um calor tão grande igual eu sentia lá dentro. Eu ia tomar banho de madrugada e quando terminava de me enxugar, já tava suando.” (informação verbal). O calor transforma o tempo em inferno sensorial. Cada hora vira eternidade. A espera não é apenas psicológica, é também física, marcada pelo suor, pelo desconforto, pelo corpo castigado.

O tempo da resistência. Mas mesmo nesse relógio quebrado, surgem brechas de resistência. Elisabete afirma: “Eu não gosto de cadeia, o meu progresso é lá na rua. O que ela fez ou deixou de fazer não me importa, eu sei do meu processo, dos outros eu não quero nem saber. Cada um tem que saber do seu.” (informação verbal). O tempo não a define. Recusar a prisão como destino é um ato político. Como lembra Nana Queiroz (2015), muitas mulheres encontram, no silêncio da cela, um espaço de reflexão que, mesmo doloroso, gera amadurecimento e reafirmação de laços. Bruna também reconhece: “Foi ali que amadureci, que vi quem realmente estava do meu lado.” (informação verbal).

Se o tempo aprisiona, ele também revela. A espera modifica relações, expõe fragilidades, mas também fortalece quem resiste.

Entre relógios quebrados e domingos adiados No cinema, filmes como **Carandiru (2003)** capturam o tempo da prisão em imagens de corredores sem fim, portas que se fecham lentamente, calendários riscados em paredes úmidas. Nas narrativas aqui reunidas, a realidade supera a ficção. O tempo é descrito como noite sem dia (Carlos), como dias contados obsessivamente (Rodrigo), como gritos por socorro (Elisabete), como silêncio imposto (Bruna), como prova de honra (Ney), como aprendizado forçado (Antônio).

O tempo da prisão não é homogêneo: ele é atravessado pelo gênero. Para os homens, ele se converte em resistência e protagonismo. Para as mulheres, em ausência, maternidade negada e abandono. Como lembra Joan Scott (1995), gênero é a chave para compreender as relações sociais. No cárcere, é também a chave para compreender o tempo.

No final, todos esperam. Uns contam os dias, outros recusam visitas, alguns gritam por guardas, outros resistem em silêncio. Mas o que os une é a experiência de um tempo que não passa, que aprisiona mais que as próprias grades.

A prisão, afinal, não encarcera apenas corpos. Ela captura o tempo. E nesse relógio quebrado, cada detento e cada detenta aprende a sobreviver à espera, essa pena invisível que atravessa todas as outras.

O tempo no cárcere não passa ele marca. Cada espera, cada ausência, cada silêncio e cada contagem de dias se transforma em tatuagem invisível na pele e na memória. Quando o portão finalmente se abre, não é o fim da pena, mas apenas o início de outro tempo: o da liberdade vigiada, da identidade ferida, do estigma que acompanha.

As entrevistas mostram que, mesmo fora dos muros, a prisão continua dentro. O corpo carrega as lembranças das rebeliões, do calor insuportável, dos gritos por socorro. A mente revive a solidão, a ausência da família, a contagem obsessiva dos dias. A cada olhar desconfiado, a cada porta que não se abre para o emprego, a cada relação interrompida pelo preconceito, o egresso descobre que a pena não termina com a liberdade.

É nesse ponto que atravessamos a fronteira entre o dentro e o fora. Se, no capítulo anterior, exploramos o tempo que não passa entre muros, agora nos voltamos às marcas que permanecem quando os muros já não estão. O cárcere deixa cicatrizes que não se veem, mas que definem identidades, moldam relações e reforçam estigmas.

A saída do cárcere não é um recomeço simples. É o encontro com um mundo que olha o egresso como suspeito, que lhe devolve a liberdade, mas não a dignidade. Este capítulo mergulha nas narrativas de quem tentou reconstruir a vida após a prisão, mostrando que o estigma é, muitas vezes, mais pesado que as grades.

Capítulo 3

Cicatrizes invisíveis: identidade e estigma do egresso

3.1 O que resta ao sair: a vida após os muros.

O portão se abre. A rua está ali, viva, pulsante, mas os pés que a tocam pela primeira vez em anos não caminham leves. Carregam as marcas invisíveis do cárcere, cicatrizes que não se apagam com a liberdade formal. Como observa Erving Goffman (1988), o estigma não se restringe à marca visível no corpo, mas é uma ferida social, inscrita nos olhares, nos gestos, nas portas fechadas. A liberdade, portanto, não é um recomeço absoluto; é antes uma travessia tensa, onde cada passo reafirma a condição de “ex-presidiário”, identidade que pesa mais do que as algemas que já não prendem os pulsos.

Loïc Wacquant (2001) reforça que a prisão não liberta: ela prolonga e aprofunda a marginalidade. Ao sair, o egresso não encontra apenas a rua, mas um novo muro invisível, mas concreto erguido pelo preconceito e pelo abandono social. É nesse cenário que as memórias de Antônio, Carlos, Rodrigo, Ney e das mulheres entrevistadas ecoam: narrativas que revelam como a liberdade pode ser, paradoxalmente, outra forma de encarceramento, ou não.

Rodrigo lembra com clareza o dia em que deixou o cárcere. Não houve silêncio constrangedor, nem olhares atravessados. Ao contrário: a recepção foi calorosa, quase uma festa. A família o esperava com churrasco, risos e abraços, como se aquele retorno fosse uma chance de recomeçar não apenas para ele, mas para todos. “Quando eu saí, foi churrasco, foi alegria, todo mundo me recebeu bem. Eu fiquei feliz demais de estar com minha família de novo” (informação verbal, Rodrigo).

Essa narrativa contrasta fortemente com outros relatos, onde a saída da prisão é acompanhada por olhares de desconfiança e pela marca imediata do estigma. No caso de Rodrigo, o primeiro impacto da liberdade foi acolhimento, um reencontro que lhe devolveu momentaneamente o sentimento de pertencimento e dignidade. No entanto, mesmo quando o calor familiar envolve o egresso, o peso das grades não se dissolve por completo: o estigma social reaparece nas ruas, nos empregos negados, nos olhares de desconfiança de vizinhos e conhecidos. A festa de saída é efêmera; o que permanece é a luta diária contra as cicatrizes invisíveis deixadas pelo cárcere.

Se para alguns homens a saída da prisão é narrada como um rito de passagem marcado pela reafirmação da masculinidade, para as mulheres a liberdade assume outras cores, ora esperança, ora condenação ampliada. Elisabete Taylor recorda o momento em que deixou as grades, mas não deixou para trás as marcas que elas inscreveram em sua pele e em sua identidade. Ela descreve a sensação paradoxal de “voltar para casa”, mas encontrar ali um espaço já transformado pela ausência. As ruas que antes eram familiares se tornaram estranhas, e os vínculos com os filhos, esse fio que manteve sua subjetividade de pé precisavam ser reconstituídos como se fosse do zero. O cárcere, que já a havia castigado como mulher e mãe, seguia pesando mesmo após a liberdade.

Esse reencontro interrompido nos remete a Nana Queiroz (2015), que ao narrar histórias de mulheres encarceradas mostra como a maternidade, quando atravessada pela prisão, se transforma em terreno de culpa e de impossibilidades. Elisabete ecoa esse dilema: ainda que solta, ainda que em casa, sua liberdade estava condicionada ao olhar social que insiste em marcar quem foi mãe encarcerada como alguém em falta. O estigma, aqui, não é apenas sobre o “ser ex-presidiária”, mas sobre o “não ter sido a mãe idealizada pela sociedade”.

Se nas memórias de Elisabete o cárcere se projeta na vida familiar, nos relatos masculinos de Ney e Carlos o peso recai sobre o espaço público, o território da rua e das relações de sociabilidade. Ney relembra a primeira noite fora da prisão como uma mistura de alívio e angústia. Não era apenas o portão que se abria, mas a necessidade imediata de provar que poderia “andar reto”, de sustentar a palavra empenhada no convívio. “Você pode até sair, mas se deve lá dentro ou aqui fora, a rua cobra”, disse ele em sua narrativa (informação verbal). Sua fala traduz o que Loïc Wacquant (2001) chama de “prisão estendida”: o cárcere não termina nos muros da penitenciária, ele se infiltra nos becos, nas esquinas e nas relações cotidianas.

Já as falas de Bruna e Nice nos conduzem para outra dimensão da experiência da saída: a espera como marca. Bruna relata que ao deixar a prisão precisou reconstruir laços familiares esgarçados pela ausência. O tempo da pena não foi apenas dela, foi também dos que ficaram. Sua filha já não a reconhecia da mesma forma; os vínculos precisavam ser refeitos em meio a uma atmosfera de ressentimento e

expectativa. O reencontro, que poderia ser um momento de alegria, também trazia dor: “parecia que eu tinha que conquistar de novo a confiança dela, como se fosse uma estranha” (informação verbal, Bruna).

Nice, por sua vez, carrega em sua fala uma crítica mais ampla: ela não se sentia apenas punida pelo Estado, mas abandonada pelos seus. Ao sair, percebeu que os anos de prisão não haviam apenas lhe tirado a liberdade, mas também o pertencimento a um círculo afetivo. “A prisão não acaba quando você sai, porque você volta e não é mais nada igual”, ela diz (informação verbal).

As experiências de Elisabete, Ney, Bruna e Nice revelam que a saída da prisão é sempre atravessada por um paradoxo. A liberdade tão aguardada não significa um retorno ao ponto de partida, mas a entrada em um território marcado pela suspeita, pelo abandono e pela necessidade constante de reconstrução. O que resta ao sair não é apenas a rua aberta, mas a memória do cárcere gravada no corpo e no olhar dos outros.

Essa sensação de ser permanentemente vigiado fora dos muros revela o que Goffman (1988) chamaria de “identidade deteriorada”. Não importa o que o sujeito faça, a marca da prisão antecede seu nome, sua história, seu futuro.

Antônio, por sua vez, descreve a saída como um misto de alívio e angústia: “Eu queria só ver minha família, comer na mesa com eles. Mas no fundo, parecia que eu tava devendo ainda. Você fica com medo de ser parado, de alguém te reconhecer, de voltar tudo de novo.” (informação verbal, Antônio).

A metáfora que surge dessas falas é cinematográfica: o portão abre, mas uma sombra acompanha o egresso. É o peso simbólico da criminalização (BARATTA, 1999), que não se dissolve com o cumprimento da pena. Ney reforça esse sentimento ao narrar o primeiro contato com a rotina fora da prisão: “Você sai, mas não sai por inteiro. É como se ficasse um pedaço lá dentro. O barulho da tranca, o jeito de dormir, de falar. Isso fica com você.” (informação verbal, Ney).

Essas falas, quando alinhadas, revelam um quadro denso: a liberdade é, para muitos, apenas uma extensão da pena. A rua se torna espaço de vigilância, julgamento e exclusão. A espera, antes marcada

pelo calendário da cela, continua do lado de fora: espera por emprego, por confiança, por uma chance de recompor laços familiares.

Na escuta das gravações, uma verdade se revela: o momento da saída da prisão é aguardado com uma mistura de ansiedade e esperança, um sonho que pulsa em cada palavra de todos os participantes. As rotinas dentro das grades são atravessadas por uma constante visão do que os espera do lado de fora, e pelas lembranças do que viveram antes de serem afastados de suas vidas, suas famílias e suas histórias. Para eles, o encarceramento é muito mais do que uma simples prisão física. É uma jornada interna, cheia de reflexões, de reconfigurações da alma, onde os sentidos e significados se entrelaçam. O maior de todos esses significados, sem dúvida, é a liberdade. O desejo ardente de voltar ao seio familiar, de se reconectar com os amigos, de reencontrar uma rotina que, mesmo que diferente, os mantenha longe das sombras da prisão.

Rodrigo, com a voz carregada de um peso silencioso, narra seu momento de saída da prisão, um instante que ele nunca havia compartilhado antes com ninguém, e que agora, ao contar, parece ganhar uma dimensão quase cinematográfica:

“Foi assim: primeiro, chamaram meu nome lá na frente. Aí, abriram a porta e eu saí. Fui revistado, e até ali tudo bem. Daí, um dos guardas me disse: - Você vai subir para o fórum. Eu nem sabia o que estava acontecendo, fiquei sem entender... Mas quando cheguei lá e ele falou, me contou: - Você vai embora. Aí, eu só olhei e perguntei: - Será? Ele disse: - Vai sim, você vai assinar o alvará e vai embora. Eu fui lá, assinei e falei com o juiz. Ele me explicou as condições. Aí, me soltaram. Mas, enquanto eu ainda estava com o uniforme, o juiz olhou para os guardas e disse: - Pode tirar as algemas dele. Depois que eu assinei o alvará, ele falou: - Agora ele é um cidadão livre. Ele disse assim mesmo, com um sorriso. E aí, o guarda ainda tentou protestar: - Não, não podemos tirar as algemas, ele tem que voltar para pegar as coisas e deixar o uniforme. Mas o juiz olhou firme e falou: - Não, agora vocês não podem mais algemá-lo. Podem tirá-las e colocar ele no banco de trás da viatura. Nada de...”

Rodrigo demonstra o sentimento da sua própria história, talvez não querendo que aquele momento acabe. Aquela simples frase, “agora ele é um cidadão livre”, ainda ressoava em sua mente como

uma música, mas uma música que ainda tinha o eco de correntes, de portas fechadas e da prisão que ele deixava para trás.

Carlos, ao se lembrar de sua saída do sistema carcerário, descreve com detalhes quase poéticos os elementos olfativos de sua experiência, como se, ao recordar, pudesse ainda sentir o cheiro daquele ambiente que ele deixava para trás:

“Quando eu saí... nossa, eu já sou ansioso por natureza, mas naquele dia eu fiquei ainda mais, porque eu sabia exatamente o dia em que eu ia sair. Acho que a pior coisa foi me falarem, eu queria que fosse surpresa, sabe? [risos] Aí, chegou o dia, era para eu sair, mas não deu certo de me levarem para a audiência no fórum, porque, sei lá, não tinha escolta na cadeia. Fiquei mais dois dias esperando. Quando finalmente me chamaram, fui na audiência, falei com a juíza, e ficou decidido que eu sairia com tornozeleira. Cheguei na cadeia de novo, né? [risos] Só esperando os caras me colocarem a tornozeleira. Aí, tinha um sujeito, vou falar... um lazarento, que também ia sair, mas queria entrar de novo, pra tomar banho e depois ir embora [risos]. Nossa, eu fiquei de cara, não acreditava, e os caras já se desanimaram, falaram: - Só amanhã. Eu lembro que passei a noite inteira acordado, ansioso. No outro dia, era dia de pátio, não lembro se era quarta ou quinta-feira, mas eu sei que desde cedo eu tava gritando, chamando o funcionário, dizendo que eu queria sair, que estava pronto para sair de tornozeleira. Mas acabei saindo quase ao meio-dia. Minha família inteira me esperava lá fora. Foi incrível quando saí, [sorriso] abracei todo mundo, troquei de roupa, porque, apesar de estar limpa, a roupa da cadeia... era impossível continuar com ela. Aquele lugar, aquele cheiro... tinha que jogar fora. Pegamos o ônibus e fomos embora, conversando e rindo, todos nós juntos!”

Carlos, com um sorriso no rosto ao reviver aquele momento, revela, sem palavras explícitas, o quanto a roupa que usava era um símbolo do que deixava para trás. A necessidade de se livrar daquelas roupas da prisão, de eliminar o que elas representavam, vai além de um simples ato físico; é um rompimento simbólico, uma tentativa de arrancar de si o cheiro da reclusão que, de algum modo, ainda se impregnava em seu corpo.

Outro elemento que surge, quase como uma segunda camada desse desejo de liberdade, é a atitude de um recluso que, ao invés de

seguir em frente, desejava voltar ao confinamento, pedir um banho e permanecer no ambiente que, de alguma forma, ainda lhe dava uma estranha sensação de pertencimento. Como se, mesmo no momento da libertação, o cheiro da prisão fosse um peso invisível, difícil de deixar para trás.

Ao rememorar o instante em que deixa o cárcere, Carlos nos oferece uma das passagens mais sensoriais de todas as entrevistas. Sua narrativa é repleta de sons, cheiros e texturas, a voz trêmula ao lembrar da roupa da prisão, o riso nervoso ao contar o atraso da escolta, o alívio quando vê a família à espera. Tudo se mistura em um mosaico de humanidade e contradição.

A roupa, naquele momento, deixa de ser apenas tecido: torna-se pele simbólica. Desvencilhar-se dela é mais do que um gesto de higiene é uma tentativa de se libertar daquilo que o cárcere imprime no corpo e na identidade. Como descreve **Goffman (1988)**, o uniforme não é apenas uma vestimenta; é um marcador de identidade total, uma extensão do controle institucional sobre o indivíduo. Ao se despir, Carlos inicia um ritual silencioso de reconquista de si mesmo.

Mas essa purificação simbólica é breve. A tornozeleira que recebe na saída é o novo lembrete de que a liberdade é condicional, vigiada, e que o corpo ainda pertence, em parte, ao Estado. “A tornozeleira é como se fosse uma corrente invisível”, explica ele, num tom entre o humor e o incômodo. O riso que escapa serve como válvula de alívio, mas também como cortina para um sentimento mais profundo: o de que a prisão continua, mesmo sem muros.

Ao narrar esse instante com tanto detalhamento, Carlos nos permite compreender a profundidade do que **Michel Foucault (1987)** chamaria de “disciplina internalizada”: a prisão não termina na libertação formal, porque o corpo já aprendeu a obedecer. É o corpo que desperta às cinco da manhã, que caminha em linha reta, que se assusta com a liberdade do silêncio.

A memória da saída, portanto, não é apenas lembrança, é permanência. O portão se abre, mas o som metálico que ecoa na mente dos egressos permanece. O vento da rua toca o rosto, mas o corpo ainda carrega o peso da cela. A liberdade, tão sonhada, chega envolta

em ruídos, cheiros e gestos que parecem pertencer a outro tempo, a um corpo que já não se reconhece inteiramente fora dos muros.

É nesse exato instante da travessia que a narrativa de cada um ganha contornos únicos. Ney nos revela um desses instantes com uma naturalidade desarmante o alvará chega, e junto com ele, o espanto:

“O meu alvará chegou pelo [...]. O cara virou e disse: — Quem é o [...]? Vai ter que subir pro fórum. Mas, antes, ele fez uma brincadeira. Disse: — Subiu teu bonde. Eu fiquei sem entender, e respondi: — Que bonde? Ele respondeu: — Piraquara. Eu olhei e falei: — Vamos embora, então, estamos aí. Na hora que chegou o carro, ele me olhou e disse: — Vai pra rua, piá! Eu fiquei em choque, sem saber o que fazer. Fiquei perdido. Tudo mudou de uma hora pra outra.” (informação verbal, Ney).

O tom de Ney é o de quem ainda não acreditava que estaria livre. A liberdade, para ele, chega sem aviso, sem ritual, sem tempo para a mente acompanhar o corpo. “Fiquei perdido”, diz, e nesse verbo reside a essência do pós-cárcere: o deslocamento. O mundo exterior, que antes parecia promissor, surge agora como um território estrangeiro. Como observa **Erving Goffman (1988)**, o indivíduo que sai de uma instituição total experimenta uma descontinuidade de si, não é mais quem era antes, mas também não pertence inteiramente ao que se tornou.

As memórias de Tânia ecoam as de Ney. Seu relato mistura confusão, alívio e incredulidade, quase uma sequência de filme, onde o roteiro muda de repente e o personagem principal mal tem tempo de entender o novo papel que lhe é imposto:

“Quando eu saí da prisão, foi o melhor presente da minha vida. Mas, na verdade, eu saí meio tonta. Eu saí numa segunda-feira, na verdade, numa terça-feira. [...] Eu saí meio tonta, a gente sai meio esquisito, sabe?” (informação verbal, Tânia).

Assim como Carlos e Ney, Tânia também associa o cheiro da prisão à experiência da libertação. Não é apenas o cheiro das roupas ou das celas, mas uma sensação impregnada na pele, o odor do tempo parado, do medo, da espera.

Esse “cheiro” se torna um símbolo sensorial do cárcere: invisível, mas persistente. Ao narrar a saída, ela tenta se despir não só das roupas, mas da atmosfera que a acompanhava, do peso que a mantinha vinculada a um espaço que já não existia, mas que seguia existindo nela.

A liberdade, portanto, não é um ponto final. É o início de um novo ciclo de incertezas, de readaptações e de tentativas de reescrever o próprio nome fora dos muros. O portão que se fecha atrás deles não silencia as vozes que ecoam na mente. A rua é o novo espaço da prova: o território onde o egresso precisa, mais uma vez, aprender a sobreviver.

3.2 Entre a reintegração e a reincidência: desafios e escolhas.

A travessia para o “mundo de fora” raramente é um retorno pleno. É antes uma reentrada desigual, marcada por suspeitas, carências e fronteiras invisíveis. Se a prisão marca o corpo com disciplina e vigilância, a rua marca com desconfiança e exclusão. As narrativas dos egressos revelam o quanto o sistema penitenciário não termina no cárcere, ele se estende em forma de barreiras sociais, preconceitos e silêncios.

O retorno à liberdade, tanto em teoria quanto na prática, se desdobra em dois caminhos prováveis, como se fossem encruzilhadas que se apresentam diante dos sujeitos, aguardando por suas escolhas. Estes caminhos podem ser: a inserção nos parâmetros sociais por meio de um emprego formal ou de uma fonte de renda informal, mas que não tenha vínculo com o crime; a reinserção social, que significa um recomeço no ciclo de atividades que sustentam a vida sem envolver a ilegalidade; e a reincidência criminal, o triste e contínuo retorno às práticas ilícitas. Como diz Fernando Mello: “[...] é o cruzamento entre as escolhas individuais e as redes de significados e vínculos estabelecidos na e a partir da prisão que se interseccionam nas relações sociais para configurar as normativas de reincidência ou reintegração” (MELLO, 2014, p. 92).

Antônio compartilhou com uma sinceridade que transparecia o peso de sua experiência, como foi o seu processo de reincidência e o retorno ao sistema carcerário:

“Quando saí da prisão pela primeira vez, eu não acreditava, porque parece inacreditável. Aí a juíza me perguntou o que eu ia fazer primeiro na minha vida, e eu falei que ia ligar pro meu patrão pra voltar a trabalhar, alugar uma casa e buscar a minha esposa pra viver comigo. Eu fui muito feliz naquele período, foi maravilhoso ganhar a liberdade. Não tem nem como explicar. [...] Mas aí aconteceu o outro desacerto no meu serviço, e eu acabei tendo que voltar pra prisão.”

Antônio, em sua trajetória, chegou a atender aos parâmetros da reinserção social delineados pela justiça: uma fonte de renda fixa, de preferência formal; o retorno ao convívio familiar; e um endereço fixo. Ele parecia ter alcançado, então, o tão almejado processo de reintegração, como se a vida finalmente estivesse lhe dando uma segunda chance. No entanto, sua história foge da curva comum. A estatística que mede a reincidência ou a reintegração não o inclui na maior parte dos casos, pois Antônio é uma exceção. Enquanto o primeiro homicídio ocorreu por impulso em uma festa, o segundo, tragicamente, aconteceu num desacerto no ambiente de trabalho, um reflexo de como os velhos hábitos podem se manifestar, até mesmo quando tudo parecia estar tomando um rumo diferente.

Com uma riqueza de detalhes que revelavam a complexidade de sua jornada, Elisabete Taylor contou como foi sua saída da prisão e o retorno ao convívio social:

“Quando eu fui para o semiaberto, na hora de sair, as meninas começaram a cantar pra mim, dizendo que a vitória era minha. Muitas delas me parabenizavam, desejando que Deus me abençoasse e me agradecendo por tudo. Pediam para que eu fosse feliz e me afastassem daquele lugar, me desejando sorte e felicidade, dizendo que não queriam me ver mais ali.” (risos)

Elisabete recordou que aquele momento de despedida, com os votos de liberdade, foi marcado por uma felicidade que parecia, finalmente, promissora. Mas as coisas tomaram um rumo inesperado: “Na outra saída, eu acabei ficando evadida do semiaberto em [cidade],

depois fui presa novamente em [outra cidade]. Fiquei seis meses em Ponta Grossa e depois fui transferida para Curitiba. Mas quando fui ao mutirão, o juiz me concedeu a tornozeleira, ele disse que eu iria voltar para o semiaberto. Eu falei: ‘Não quero, me deixe pagar no fechado, porque se eu for pro semiaberto, eu não volto.’ Porque é muito triste sair da cadeia, ver sua família, seus filhos, e no dia seguinte saber que você vai ter que voltar presa de novo, por sua própria vontade. Porque quando te prendem, você sabe que não tem mais como fugir. Mas agora, voltar e dizer: ‘Estou aqui de novo’, isso é difícil, é estranho.” (informação verbal)

A narrativa de Elisabete revela que, para ela, o sistema progressivo de pena, que visa humanizar a punição, na verdade intensifica o sofrimento psicológico. Retornar voluntariamente ao espaço da prisão foi uma experiência dolorosa e angustiante, como se fosse uma tortura emocional imposta pelo próprio indivíduo a si mesmo.

Depois de cumprir toda a sua sentença, Elisabete conseguiu um emprego formal. No entanto, o preconceito e o estigma do passado ainda a seguiam. Ela relatou, com pesar, as dificuldades enfrentadas mesmo com o monitoramento eletrônico:

“Tem aqueles que já te conhecem, e fica aquela perseguição. Sabe? Se você está andando, eles ficam te observando, achando que você está com droga ou fazendo algo errado. Tem o [nome], que mora perto da minha casa, e ele encontrava meu sobrinho. Eu estava de tornozeleira, porque quando eu saí, comecei a trabalhar e a me afastar de pessoas que ficavam envolvidas com essas coisas. Eu estava buscando uma vida nova, uma vida mais de família.” (informação verbal).

As palavras de Elisabete evidenciam que a experiência de ter passado pela prisão se torna um marcador social indelével, uma cicatriz visível, que desperta estigmas e preconceitos. A expressão “tô mais família” revela muito mais do que um simples desejo de mudança; ela carrega consigo a força de um rompimento com a vida que antes estava imersa nas atividades do crime.

Bruna, com uma emoção visível, lembrou o processo de inserção social que aconteceu logo após sua conquista do primeiro emprego formal. Sua saída do sistema penitenciário foi um turbilhão

de sentimentos, e ela descreveu o momento com uma riqueza de detalhes que reflete toda a intensidade daquele dia:

“Me chamaram lá. Estavam com uma folha na mão, mas eu não queria acreditar. Eu não queria criar esperanças, sem saber se aquilo realmente era verdade. Cheguei na porta e ela falou: ‘Bruna?’ E eu disse: ‘Aham.’ E então ela me disse: ‘Pegue suas coisas, você está indo embora.’ Eu não acreditei. Eu não sabia se chorava, ou se agradecia a Deus por aquilo que estava acontecendo. Foi uma emoção tão grande, por minha mãe, pela minha família, por tudo o que estavam fazendo por mim.” (informação verbal)

Com a voz embargada e os olhos marejados de lágrimas, Bruna falou do reencontro com sua família, o momento de alegria que se tornou real: “Eles ligaram pro meu pai, avisando que eu ia sair e pediram para ele vir me buscar. Quando saí de lá, meu pai me levou pra casa. Perguntou se eu queria comer alguma coisa. Mas eu não queria nada, só queria chegar em casa. Quando entrei, estava minha mãe, minha filha... (se emociona, lágrimas rolando em seu rosto). Foi o momento mais esperado da minha vida, o sonho que eu pedi a Deus.” (informação verbal)

Para Bruna, aquela experiência, com a família reunida e a ficha limpa, não era apenas uma saída da prisão, mas a realização de um sonho. Ela já havia orado por aquele momento, e agora sentia a gratidão por sua fé ter sido atendida. Essa sensação de conquista e de reintegração social ecoou nas palavras de Tânia também. Ambas falavam da mistura de sentimentos, da luta interna entre rir e chorar, entre o alívio e a gratidão por, finalmente, experimentarem o que consideravam a chance de uma nova vida.

Carlos, por sua vez, vivenciou sua reintegração social de forma mais gradual, embora também tenha se deparado com obstáculos. Ao relatar a dificuldade de encontrar emprego, ele demonstrou que o processo de reinserção nem sempre é imediato, apesar de suas tentativas:

“O que me marcou um pouco negativamente após sair da prisão foi que foi um pouco difícil encontrar emprego no começo, mas não demorou muito. Saí da cadeia e logo arrumei um trabalho. Fiquei um mês descansando e, depois, fui levando currículos.” (informação verbal)

Carlos contou que precisou de um tempo para se adaptar e refletir sobre o que vivera durante o encarceramento. Esse período de descanso e reflexão foi fundamental para ele “tirar o cheiro da cadeia”, como ele mesmo disse, e se preparar para recomeçar. Não foi só o tempo que ele levou para encontrar um emprego, mas também o tempo necessário para se adaptar a uma nova vida. Quando finalmente começou a trabalhar, já morava com sua esposa, com quem havia se casado durante o período de encarceramento. Para ele, não se tratava apenas de encontrar um emprego, mas de criar uma nova rotina, em um novo espaço, com novas sociabilidades.

O processo de reintegração, como descrito por Bruna e Carlos, não é apenas a adaptação a um novo ambiente, mas uma reconstrução interna de identidade e a luta diária contra os estigmas do passado. Para eles, o retorno ao convívio social não se dava apenas pela obtenção de um emprego ou pela reconquista da liberdade, mas pela reinvenção de si mesmos, enquanto enfrentavam o peso de serem constantemente lembrados por uma história que tentavam deixar para trás.

Diferente de muitas histórias de egressos do sistema carcerário, Ney teve a sorte ou talvez a persistência de manter seu emprego formal após sair da prisão. O relato dele ressoou com uma confiança inesperada, como se a prisão fosse apenas um parêntese em uma trajetória que, de alguma forma, continuaria:

“Graças a Deus, cara... depois que eu saí da prisão, voltei a trabalhar na [...]. Eu tinha começado lá, acho que sete meses antes de ser preso. Fiquei oito meses preso, e mesmo assim, não fui mandado embora. Quando saí, fui recolhido. Sempre fui um bom empregado, nunca faltei ao serviço. Eles me recolheram de novo, mas a verdade é que saí de lá mais por causa do salário. Saí na sexta-feira e, na segunda-feira, já estava de volta ao trabalho. Essa parte foi fácil.” (informação verbal)

As palavras de Ney ecoaram uma resiliência quase imperturbável. A experiência do encarceramento, embora tenha sido uma interrupção em sua rotina, não foi capaz de apagar o que ele construíra antes. O trabalho, ainda que relacionado ao salário, simbolizava para ele um retorno ao que era normal, ao que a sociedade considerava um padrão aceitável. Para Ney, esse processo de retorno não foi apenas sobre retomar uma posição no mercado de trabalho, mas sobre reafir-

mar seu lugar na sociedade, respeitando as normas sociais e jurídicas que haviam sido temporariamente interrompidas.

A prisão não foi apenas uma pausa no trabalho. Para ele, a experiência do encarceramento também significou mudanças externas e internas. A paisagem urbana que havia mudado, por exemplo, representava um reflexo das transformações que ele também vivenciava. E mais do que isso, o processo de reintegração social foi marcado, de maneira profunda, pela chegada de uma nova etapa de sua vida: o exercício da paternidade.

Entre as memórias mais significativas que Ney compartilhou, uma em particular se destacou. O reencontro com Juliano (pseudônimo), um amigo do passado, após sua saída do sistema carcerário, parecia simbolizar a tentativa de reconstruir vínculos e histórias interrompidas. Esse momento foi um marco para Ney, evidenciando que a prisão, por mais transformadora que fosse, não o tinha isolado totalmente de sua rede de relacionamentos.

Ney refletiu profundamente sobre as relações que o encarceramento e as vivências com seus amigos haviam transformado. A amizade com Juliano, embora ainda existente, passou a ser marcada por uma nova percepção. Para Ney, a confiança recíproca, que antes parecia inquebrável, se fragmentou. As palavras de Ney mostraram uma relação de respeito, mas ao mesmo tempo, uma separação interna que se manifestou não através de julgamento, mas pela consciência de que os caminhos de ambos haviam tomado direções distintas:

“Eu tenho amizade com ele hoje, tipo assim, mas não digo de sair e curtir com ele, já faz tempo que a gente não sai. Quando eu tô aqui com os piá, às vezes ele aparece lá, é de boas, quem sou eu para julgar ele? Não levo mágoa de ninguém. Quem sou eu para julgar ele? Ele sabe a caminhada dele, e Deus sabe a minha, não vou julgar ele. O dia que eu saí ele veio me visitar, e a única coisa que eu falei para ele foi: - Siga a tua caminhada porque eu sigo a minha, você me deixou na mão. Ele me pediu desculpa, mas eu não tenho mágoa dele, nunca tive e nunca vou ter.” (informação verbal)

Embora ainda houvesse espaço para a presença de Juliano em sua vida, Ney deixou claro que o elo de confiança foi rompido. Mesmo que Juliano compartilhasse os mesmos espaços que ele, já não havia

mais uma identidade comum entre eles. O que os unia antes, talvez uma vida de intensos desafios e convivências, agora se mostrava como um ponto de divergência. Não havia julgamento, mas uma linha tênue que separava o que foi e o que se tornaram. Ney, em sua caminhada, seguiu um outro padrão de masculinidade, um outro caminho, e isso fez com que os dois já não estivessem mais no mesmo lugar de fala, apesar de ocuparem o mesmo espaço físico.

Por outro lado, a memória de Thiago trouxe para Ney uma sensação de saudade e honra. Para ele, Thiago foi o verdadeiro exemplo de masculinidade em seu grupo. Thiago não apenas assumiu suas responsabilidades, mas fez isso com coragem, cumprindo o papel que o grupo de amigos e talvez até a sociedade em geral, esperava de alguém como ele. A relação entre Ney e Thiago foi marcada por momentos de profunda lealdade e cumplicidade, e quando Thiago foi assassinado, isso deixou uma lacuna em Ney que até hoje não foi preenchida.

Agora, um cara que eu sinto assim bastante falta dele é do falecido Thiago. Ele para mim vai ter minha consideração sempre. Até hoje, porque foi o cara que fez o B.O e assumiu. Foi homem de assumir, entendeu? Ele chegou e falou, eu escutei o depoimento dele, e ele falava que foi ele e o outro, e que eu não tinha nada a ver. Então, para mim, mesmo ele estando morto, ele merece o meu respeito, como sempre mereceu. O dia que eu saí, foi o primeiro que foi na minha casa me visitar. A saudade e a lembrança dele vão ficar sempre. Era um cara que eu não tenho o que falar, eu não consigo nem falar dele, olha aí...” (duas lágrimas rolaram em seu rosto) “Um piá que faz falta, não tem o que fazer, não tenho queixa e não tenho o que falar. Sempre eu lembro dele, você via a alegria no olho dele, e até que ele morreu defendendo um amigo dele.” (informação verbal)

As palavras de Ney mostram um respeito profundo por Thiago, alguém que representava um modelo de masculinidade que, em seu grupo, era respeitado e admirado. Thiago não se acovardou diante das dificuldades, não temeu as consequências de seus atos, seja a prisão ou a morte como foi o caso. O destino cruel de Thiago, que caiu em uma balada após um desentendimento com pessoas de uma vila vizinha, não apagou a imagem de honra que Ney ainda carrega dele.

O túmulo de Thiago se tornou um local de lembrança e reverência. Amigos como Ney vão até lá, acendem velas, rezam e prestam suas homenagens. O ritual de visitação no cemitério é mais do que uma recorda o física de um amigo perdido, é um vínculo de amizade que transcende o plano material. A memória de Thiago segue viva entre eles, não como um fantasma do passado, mas como uma presença constante que os acompanha nas reflexões sobre o que   a vida e o que ela exige de nós.

As diferentes trajetórias de Ney, Antônio, Elisabete, Bruna, Tânia, Rodrigo e Carlos mostram que o retorno à liberdade não segue um roteiro  nico. Entre conquistas, desafios inesperados e novas tentativas de recomeço, emerge a complexidade do processo de reintegra o social. Cada história revela que a reconstru o da vida após a prisão não se resume   obten o de um emprego ou   retomada de rotinas; ela se entrelaça com memórias, vínculos afetivos, escolhas individuais e os impactos do estigma social.

É justamente essa dimensão da experiência, o peso das lembranças, a necessidade de ressignificar o passado e reconstruir a própria identidade, que leva à próxima reflexão. A constru o da identidade de egressos e egressas do sistema penitenciário está inevitavelmente ligada às memórias de momentos em que o preconceito se manifestou, seja de forma direta ou indireta. A experiência de Elisabete Taylor exemplifica como o estigma da prisão ultrapassa o indivíduo, alcançando sua família e, no caso dela, atingindo cruelmente seu filho. A história que ela compartilha revela como essas memórias dolorosas moldam, desafiam e, ao mesmo tempo, oferecem caminhos para ressignifica o e reconstru o.

3.3 Ressignificar o passado: memórias e reconstru es.

A constru o da identidade de egressos (as) do sistema penitenciário está inevitavelmente ligada às lembranças de momentos em que o preconceito se manifestou de maneira direta ou indireta. A experiência de Elisabete Taylor exemplifica como o estigma da prisão não se limita ao indivíduo que esteve encarcerado, mas também atinge suas famílias e, no caso dela, seu filho. A história que ela compartilhou

revela a dor do preconceito que chegou até a escola de seu filho, atingindo-o de maneira cruel e injusta:

“O meu filho, que tem 10 anos e estuda na rede municipal, e daí veio uma menina comentar que a mãe dele está presa. E a professora muito mal instruída, em vez dela pegar e encerrar o assunto por ali, ou pegar a criança e levar na diretoria e chamar a mãe da criança para explicar que é uma discriminação... Não, ela não explicou. Foi e ainda perguntou para o meu filho: - Não tá mais, né? Tipo questionando, né? Indo em dúvida, sendo que ela sabia que eu não estava mais presa, porque tinha reunião e eu que assinava as coisas. [...] Eu acho que tem uma despreparação em questão disso na rede municipal. [...] Acham que só porque você esteve presa e teu filho foi lá hoje e bateu no coleguinha, é porque ele vem de uma família difícil, porque ele vem de um histórico familiar muito complicado, entende? Eles já julgam a criança pelo histórico do pai e da mãe: - Ah, porque o pai já ficou preso, ah, porque a mãe já ficou presa, então a criança não presta.” (informação verbal)

As palavras de Elisabete deixam claro que a prisão, embora seja uma experiência de vida que faz parte da sociedade, é tratada como um tabu, algo que não deve ser discutido e que está à margem da convivência social. Em sua perspectiva, esse tratamento marginalizado acaba criando um ciclo de estigmas sociais, preconceitos e diferenciações que não atingem apenas aqueles que passaram pelo sistema penitenciário, mas se expandem para atingir também seus familiares, especialmente filhos e parentes próximos. O preconceito se torna uma marca invisível, mas profundamente dolorosa, que acompanha o retorno à sociedade.

O que Elisabete chama de “despreparo” é, na verdade, uma crítica à falta de formação dos professores para lidar com as diversidades e complexidades da sociedade, como as situações de reclusão. Ela acredita que a escola, como mediadora de saberes, tem o papel fundamental de discutir e debater essas questões, para que estereótipos e situações de bullying não se reproduzam entre os alunos. Para ela, é urgente que se insira no debate escolar a compreensão de que muitos estudantes têm familiares que passaram pela prisão, o que exigiria mais empatia, compreensão e, acima de tudo, respeito.

Ao abordar suas próprias memórias, Tânia também faz uma reflexão sobre o preconceito que enfrentou após sair da prisão. Ela também vivenciou a difícil tarefa de se reintegrar à sociedade, carregando sobre si o peso do estigma. Através de suas palavras, Tânia compartilha o impacto do olhar crítico da sociedade sobre quem esteve encarcerado e o julgamento imediato a que ela foi submetida.

As lembranças negativas de Tânia sobre sua reintegração social estão imersas no estigma associado ao uso da tornozeleira eletrônica. Para ela, o processo de busca por um emprego formal se complicou não apenas pela discriminação, mas também pelo marcador visível que a tornozeleira representava. A presença desse dispositivo, embora em tese seja uma medida de monitoramento, acaba sendo uma constante lembrança de que a pessoa esteve em conflito com a lei, o que prejudica sua reintegração:

“De lembrança negativa que eu tenho depois de ter saído da prisão, foi difícil de arrumar emprego. Foi difícil pelo fato de estar de tornozeleira. Daí via a tornozeleira, e já não aceitavam, inventavam alguma desculpa. Daí depois que eu tirei a tornozeleira, agora, graças a Deus, eu vou começar a trabalhar registrado, depois de 2 anos.” (informação verbal).

O monitoramento eletrônico, portanto, não se limita à sua função de controle social, mas também se transforma em um estigma visível, perpetuando os preconceitos sociais que muitas vezes são mascarados. Mesmo quando o indivíduo já não está mais preso, a tornozeleira continua a ser um símbolo de vigilância constante sobre seu corpo e suas atividades. Como uma marca registrada, ela parece nunca desaparecer por completo, estigmatizando aquele que a carrega. Embora o sistema tenha como um de seus objetivos desafogar o sistema penitenciário, ele muitas vezes acaba por recriar as condições de prisão no espaço público, onde o descumprimento das normas resulta em mais punições.

Os estudiosos do controle social, como Giddens e Sutton (2017), discutem que esse tipo de controle pode ser visto de duas formas: como um meio de conformidade social, no qual as normas são internalizadas, ou como uma medida repressora, que visa restringir comportamentos desviantes por meio de punições e vigilância. A tor-

nozeleira se encaixa em ambas as abordagens, funcionando como uma forma de controle social tanto em termos de conformidade quanto de repressão ao desvio.

Tânia também compartilhou como o preconceito não se limitava ao mercado de trabalho, mas se expandia para sua vivência cotidiana na cidade de Ponta Grossa. A discriminação também se manifestava em situações cotidianas, como a escolha de sua roupa, quando usava a tornozeleira:

“É o preconceito, não só na questão de trabalho, mas também de lugar que você vai. Eu, na verdade, quando estava de tornozeleira, nem calção eu usava. Até um dia eu fui com a minha mãe no mercadinho, e ela falou: - Você vai de calça com esse calor? Aí eu falei: - É que todo mundo fica olhando. E ela falou: - E daí? Daí fui de calção e todo mundo ficou olhando, parece que acham que a gente é um bicho.” (informação verbal)

A frase de Tânia, “acham que a gente é um bicho”, revela o profundo sentimento de desumanização que ela experimentou após sua prisão. O simples ato de usar a tornozeleira se transformou em uma marca de “estranhamento”, um sinal visível de que ela estava fora das normas sociais aceitas, e a reação das pessoas ao seu redor reforça o processo de marginalização e estigmatização. Para Tânia, esse olhar externo fez com que ela se sentisse desumanizada, tratada como se fosse “outro” e não mais parte da sociedade.

Esse estigma social foi ainda mais evidenciado em outra situação vivida por Tânia. Ela descreve uma experiência onde até mesmo amigos próximos se afastam dela devido à tornozeleira, ampliando o isolamento social:

“Um dia nós fomos com uma amiga na associação, porque tinha baile. Daí a minha amiga, entre aspas, pediu para mim não ficar perto dela porque eu tava com tornozeleira. Daí a minha mãe se revoltou e uns conhecidos também. Aí falaram: - Ela pode estar de tornozeleira, mas ela está pagando pelo erro dela! E você que não está de tornozeleira, mas a tua mente é suja! Aí todo mundo se revoltou! Aí eu peguei e vim embora, porque acabou ali aquele momento pra mim!” (informação verbal)

A reação da mãe de Tânia e dos conhecidos demonstra que, apesar da tornozeleira ser um marcador visível da punição, as verdadeiras questões morais estavam muito além dos estigmas físicos. A mãe de Tânia, ao confrontar sua amiga, expôs a hipocrisia de uma sociedade que, ao julgar pelas aparências, ignora os processos reais de transformação e arrependimento de quem esteve no sistema penal. Ao final, Tânia não apenas enfrentou o preconceito, mas também perdeu oportunidades de integração social, o que levou ao seu afastamento da convivência e à sensação de exclusão.

As palavras de Tânia evidenciam que o preconceito e o estigma não surgem apenas de estranhos, mas também de pessoas próximas, que ela jamais imaginaria ter essa visão negativa sobre sua trajetória. A experiência de discriminação, portanto, ultrapassa as barreiras do desconhecido e se instala em círculos íntimos, familiares e de amizade. A dor desse tipo de preconceito, vindo de pessoas que ela confiava, torna-se ainda mais pungente e difícil de lidar.

Carlos também compartilhou suas vivências de preconceito, que, assim como Tânia, envolvem o estigma social de quem passou pelo sistema penitenciário. Ele narrou uma situação que ilustra como o olhar alheio se transforma em julgamento e medo, especialmente quando o indivíduo usa a tornozeleira eletrônica:

“A isso dava para ver quando a gente saía de shorts na rua, as pessoas sempre olhavam meio, sabe? Eu lembro uma vez que eu fui no mercado de tornozeleira, a mulher me seguindo achando que eu ia roubar alguma coisa, me deu vontade de falar: [uma leve subida no tom de voz] - O que, que eu quero roubar alguma coisa aí, eu tenho dinheiro para comprar, né? Nem sabe das histórias e fica [risos] é até engraçado. Tinha uns povo que ficava com medo, mas era quando eu saía de shorts que as pessoas ficavam olhando. Mas, eu não ligava, foda-se!” (informação verbal)

Carlos, ao contrário de Tânia, adotou uma postura mais desafiadora e resiliente diante do preconceito. Embora tenha notado os olhares e os comportamentos de julgamento das pessoas, ele escolheu não se deixar afetar por isso. Sua reação foi de risada e desprezo pelos preconceitos alheios, utilizando um tom de indiferença e autossuficiência. Em vez de sentir vergonha, ele demonstrou uma postura de autodefesa, rindo da situação e dando uma resposta imaginária para

aqueles que o viam com desconfiança. Esse mecanismo de resistência ajudou Carlos a lidar com as adversidades do estigma, criando uma camada de proteção emocional que o impedia de internalizar as percepções negativas.

Além das situações de preconceito, Carlos também refletiu sobre os aspectos positivos e negativos da sua experiência no sistema penitenciário, com a conscientização de que sua visão sobre a vida mudou após a prisão. Para ele, houve um antes e um depois, e a experiência de encarceramento foi um marco que contribuiu para seu processo de mudança:

“Então negativamente acho que foi um pouco difícil para arrumar emprego, mas não demorou muito, eu saí da cadeia e logo já consegui emprego. Positivamente a gente tenta melhorar, tentando levar a vida certo, depois que eu saí da cadeia eu tô tentando levar minha vida normal. Não fazia as coisas que eu fazia antigamente, mas tá sendo normal.” (informação verbal)

As palavras de Carlos sugerem que, apesar das dificuldades e preconceitos, ele está buscando seguir uma nova trajetória, rompendo com a vida do crime e adotando um caminho mais “certo”, mais alinhado às normas da sociedade. Esse “tentar levar a vida certo” reflete uma vontade de mudança, um esforço consciente para resgatar a sua dignidade e fazer escolhas que o distanciam do passado que ele agora vê como errado.

Por fim, a narrativa de Ney também ressoa com as experiências de Carlos e Tânia em relação ao preconceito. No entanto, Ney trouxe uma perspectiva única sobre como lida com os olhares e julgamentos que surgem após sua passagem pelo sistema carcerário. Para ele, os olhares de julgamento são um reflexo de como as pessoas o percebem, mas essas percepções não o afetam emocionalmente:

“Na rua tinha gente que me olhava de forma diferente, mas nada que me afetasse. É que nem eu falo: - Quem tem que me julgar é Deus, o único que pode me julgar, o que vem dos outros não me afeta. Agora o dia que Deus me julgar que eu to errado, daí ele sabe o que faz. Só Deus pode me julgar, porque quem é o outro que pode me julgar se não for ele?” (informação verbal)

As palavras de Ney revelam um profundo sentido de autoconfiança e fé. Para ele, os julgamentos humanos são irrelevantes e não têm poder sobre sua vida. Sua crença religiosa, particularmente na ideia de um julgamento divino, o fortalece, fazendo com que ele se sinta imune ao olhar de desaprovação social. Ney compartilhou uma visão cristã em que Deus, sendo o único juiz, é quem tem autoridade sobre sua vida, e isso o libertou emocionalmente dos preconceitos que ele enfrenta.

A visão de Ney também expõe uma forte desconexão entre o que a sociedade vê como “erro” e o que ele considera como parte de sua trajetória. Para ele, todos são passíveis de erro e, portanto, não cabe aos outros julgar o seu caminho. Ele internaliza a ideia de que o verdadeiro julgamento virá de Deus, o que lhe proporciona uma sensação de paz interna diante da adversidade social.

As lembranças de Ney são marcadas por uma percepção social que o diferencia dos outros, como se sua experiência na prisão o tivesse transformado em uma espécie de “anomalia”. No entanto, para Ney, esses olhares de julgamento não o afetam diretamente, pois sua visão está fundamentada em valores e crenças pessoais que o fortalecem. Para ele, o único ser com autoridade para julgá-lo é Deus, em uma visão judaico-cristã que lhe confere paz interior. Dentro dessa perspectiva, todos os seres humanos cometem erros e, portanto, as pessoas que o olhavam com desconfiança não estão fora da dinâmica moral de acertos e falhas, algo que os torna igualmente suscetíveis ao julgamento divino:

Na rua tinha gente que me olhava de forma diferente, mas nada que me afetasse. É que nem eu falo: - Quem tem que me julgar é Deus, o único que pode me julgar, o que vem dos outros não me afeta. Agora é o dia que Deus me julgar que eu to errado, daí ele sabe o que faz. Só Deus pode me julgar, porque quem é o outro que pode me julgar se não for ele?” (informação verbal)

A visão de Ney demonstra uma resistência interna que o protege dos olhares de julgamento da sociedade. Ele compreende que todos são passíveis de erro e que, dentro de sua ótica, os outros não têm o direito de lhe impor um estigma. Essa postura de autossuficiência, centrada na fé e na moral cristã, fortalece sua resiliência emocional.

Em contraste, Antônio trouxe uma perspectiva um pouco diferente em relação ao preconceito vivido após a prisão. Enquanto a maioria dos entrevistados fala sobre o preconceito social após a saída da prisão, Antônio relatou que a maior parte da discriminação que sofreu aconteceu dentro do próprio sistema carcerário. Ele explicou que, no começo, sua adaptação à vida na prisão foi difícil, e muitos presos tentaram “se mostrar mais espertos”, criando um ambiente hostil e de disputa dentro do próprio sistema:

“Há aqui na cidade no começo eu passei por ser meio dos mato. O povo aqui da cidade, os presos querem ser mais esperto, querem. Mas, daí depois a gente vai pegando o jeito. Isso que é o problema de você cair preso, você cai preso de uma forma e quando sai você está de outra forma. Você não consegue sair igual você entrou. Muitos tem que até fazer tratamento psicológico, altas fitas por aí que eu saiba. Eu por sorte to preparado pra viver a vida de novo, não quero essa vida de crime porque não compensa.” (informação verbal)

A memória de Antônio revela um processo de ressignificação de sua identidade, causado pela experiência de socialização no interior do sistema penitenciário. Ele faz uma reflexão sobre como a prisão pode alterar as pessoas de forma tão profunda que, ao sair, elas não conseguem retornar à mesma versão de si mesmas que tinham antes de serem encarceradas. A mudança é tanto interna quanto externa, e muitos, como ele menciona, acabam “pegando o jeito” da vida no crime ou se endurecendo, o que torna mais difícil a reintegração social. A prisão, para Antônio, não é apenas uma instituição de punição, mas também um espaço que modifica as pessoas em aspectos fundamentais de sua personalidade e percepção.

Nem todas as lembranças são negativas. Bruna, por exemplo, compartilhou uma transformação pessoal significativa que ocorreu após a prisão, refletindo sobre o que mudou em sua vida:

“Mudou muita coisa depois que eu saí de lá, eu mudei. Hoje em dia eu não ligo mais para o que as pessoas falam, pelo que as pessoas julgam. Hoje em dia eu não ligo porque eu sei o que eu sou, eu sei o meu potencial. Eu sei do que eu sou capaz, eu aprendi a me valorizar mais, a me amar mais. Eu aprendi a valorizar mais quem eu sou. Então hoje eu deixo que falem, eu estou seguindo

a minha vida, estou trabalhando, estou cuidando da minha filha, então eu não ligo mais pra isso. Hoje realmente eu sei que eu sou feliz, porque antes realmente eu não era, hoje eu encontrei o que é realmente ser feliz na vida.” (informação verbal)

Bruna exemplifica uma mudança profunda em sua identidade, uma revalorização de sua própria vida e autoestima. Para ela, a experiência de encarceramento foi transformadora, no sentido de que a ajudou a perceber seu próprio valor, a amar a si mesma e a focar nas coisas que realmente importam, como sua filha e seu trabalho. Sua narrativa sugere que a prisão, apesar de toda a dor e sofrimento que ela causou, também possibilitou um recomeço e uma nova visão de felicidade, que ela finalmente encontrou após sair da instituição.

Raymond Williams nos ensina que “pessoas mudam, é verdade, na luta e pela ação. Algo tão profundo quanto uma estrutura dominante de sentimento só é mudada por novas experiências vividas” (WILLIAMS, 2014, p. 30). O relato de Bruna ressoa exatamente essa ideia, de que a mudança profunda, muitas vezes desencadeada por experiências extremas como a prisão, só pode ocorrer por meio de uma verdadeira luta interna e de novas vivências.

Rodrigo, por sua vez, relatou que sua experiência pós-prisão foi marcada pela continuidade de seu trabalho como pintor autônomo. Ele não sentiu grande dificuldade em arranjar emprego, mas fez questão de destacar que nunca revelou sua passagem pela prisão, especialmente aos seus clientes mais ricos:

“Acho que eu não tive dificuldade para arrumar emprego, talvez, seja porque eu trabalho por conta (autônomo) né, não é com registro e nada, daí não exige muita coisa. Eu nunca passei por preconceito por ter sido preso, é, só que eu também nunca comentei, né, (risos) nos meus serviços porque eu trabalho para rico. Nunca comentei que eu fui preso. Se eu falar um troço desse me atropelam do serviço.” (informação verbal)

Rodrigo exemplifica o tipo de preconceito velado que muitos egressos enfrentam, onde a experiência de prisão é omitida e silenciada, como uma forma de evitar o julgamento social. Ao mesmo tempo, suas palavras refletem uma tentativa de recomeço e de adaptação à sociedade, embora ainda haja uma necessidade de esconder

um aspecto de sua vida que, para ele, poderia prejudicar suas oportunidades profissionais.

Rodrigo também fez uma reflexão sobre sua trajetória após a prisão, comparando sua reintegração com a reincidência de outros egressos:

“Eu acho que melhorei bastante, que uma vez que eu sai já faz 10 anos que eu sai e eu nunca mais me envolvi com nada, e tem muitos que saem e dali um mês tá lá de novo.” (informação verbal)

Suas palavras tocam em uma das maiores questões enfrentadas por egressos do sistema penitenciário: a difícil reintegração social e as condições que muitas vezes contribuem para a reincidência criminal. Como aponta Ricardo Antunes, os egressos frequentemente enfrentam um ciclo vicioso, onde suas experiências anteriores de trabalho e vida social se entrelaçam com o preconceito, o que dificulta ainda mais sua reintegração. Em uma sociedade cada vez mais precária, essas dificuldades são ampliadas e, como vemos nos relatos de Rodrigo, podem ser vistas como uma barreira invisível que muitas vezes impede o recomeço genuíno.

Nas lembranças narradas, os relatos não se limitam apenas à reintegração social ou à reincidência ao sistema prisional. Eles também nos convidam a refletir sobre como é morar na cidade de Ponta Grossa-PR, uma cidade que carrega em si uma dinâmica de vida cotidiana repleta de desafios e descobertas.

Ney, por exemplo, tem uma relação tranquila com sua cidade. Para ele, morar em Ponta Grossa é uma experiência que faz parte de sua identidade. Ele se sente seguro e confortável, pois a cidade é o lugar onde tem seus amigos, suas raízes. Ney explicou, com uma sinceridade simples, como a familiaridade com o ambiente local o torna mais confiante, mais seguro de si:

“Pra mim, morar em Ponta Grossa é normal, cara. Eu tenho bastante conhecido, bastante amizade, eu gosto de morar aqui. E não tem como eu sair daqui e ir para outra cidade que eu não conheço ninguém, minha rotina já vai mudar, aqui não, eu já tenho meus amigos. Eu posso sair, vou na casa de um amigo. Agora, se você andar em um lugar que já não conhece muito, aí não conhece ninguém, aí já é mais complicado. Já é perigoso andar em lugar

que você já é conhecido, imagina em um lugar que você não é conhecido.” (informação verbal)

Essas palavras de Ney revelam a importância do conhecido, da sociabilidade e até da segurança que ele encontra em sua comunidade local. Para ele, a cidade de Ponta Grossa não é apenas o espaço físico onde mora, mas um território emocional e socialmente seguro. A mudança de cidade, nesse sentido, não só afetaria sua rotina, mas também a sua percepção de identidade e pertencimento. Ele está inserido em uma rede de conexões e referências que formam quem ele é, e um deslocamento para um lugar desconhecido significaria mais do que uma mudança geográfica, mas uma transformação profunda de sua percepção sobre si mesmo e sobre como é visto pelos outros.

Por outro lado, Elisabete Taylor traz uma visão completamente diferente sobre a cidade. Para ela, Ponta Grossa é um lugar de frustrações e limitações, um cenário onde o descaso social e a falta de oportunidades saltam aos olhos. Elisabete descreve um ambiente urbano estagnado, onde as desigualdades sociais se tornam ainda mais evidentes nas práticas cotidianas. Ao falar sobre o centro da cidade, ela pontua o que considera uma falta de progresso, de evolução, tanto no aspecto urbano quanto nas políticas públicas que deveriam transformar a realidade local:

“Eu não gosto muito de Ponta Grossa, porque se você sair no centro você já encontra todo mundo! As mesmas caras feias de sempre, estão ali [risos]. E eu acho assim, que sei lá, que por mais que tenha vila que tá crescendo, mas parece que ela não tá evoluindo na questão de escola, de oportunidade de emprego. Parece que essas coisas assim, não estão tendo. Que nem eu fui pra Curitiba com a minha irmã e olhei no terminal, que é muito mais movimentado em Pinhais do que aqui, e você olha aquele terminal limpo, um brinco, os ônibus no horário certo, e Ponta Grossa que é uma cidade menor não tem a evolução que Curitiba tem. Parece que tá parada no tempo.” (informação verbal)

Elisabete vai além da mera crítica à falta de infraestrutura. Ela denuncia, com clareza, o que vê como uma exclusão social disfarçada de progresso. Para ela, a cidade não está acompanhando o crescimento da população; está estagnada, e a segregação social se torna visível em

detalhes do cotidiano, como o transporte público precário, a sujeira nos terminais e o abandono dos espaços de lazer.

“É só ali o que o prefeito quer, só o que o prefeito manda. Que nem vão fazer um terminal na Santa Paula, e do que adianta fazer um terminal na Santa Paula se não vai ter ônibus e a passagem vai continuar cada vez mais cara. Aí eu fiquei pensando em Curitiba, os banheiros limpos, tudo limpinho, organizado e local pra você sentar no terminal. Agora aqui não tem respeito, aonde você vai tem aquelas pessoas se agarrando em público, tem pessoas dentro do banheiro fazendo coisas obscenas. Então sabe? É uma coisa que eu não gosto.” (informação verbal)

A crítica de Elisabete é dura, mas não sem razão. Ela identifica o que vê como uma tentativa superficial de “evolução” sem que se leve em conta as necessidades reais da população, especialmente as das camadas mais marginalizadas. Ela sente que a cidade está mais preocupada em esconder os problemas do que em resolvê-los. O tráfico de drogas, por exemplo, é uma constante nas suas observações, algo que permeia o espaço urbano e que impede a cidade de se desenvolver de maneira saudável.

Elisabete também compartilhou suas reflexões sobre como a experiência de privação de liberdade influenciou sua percepção social e sua vida pessoal. Ela descreve uma transformação profunda no modo como se relaciona com as pessoas e no tipo de amizade que busca. O isolamento e o rigor das regras na prisão deixaram marcas duradouras:

“Então hoje em dia eu não gosto de estar em muita bagunça e nem de reunião de muitas pessoas, não que eu seja antissocial. Eu sou uma pessoa bem social, gosto de conversar e tudo, mas tudo tem o momento certo. Eu não gosto de gente enfiada na minha casa, eu gosto de ir lá em um lugar e conversar um pouquinho e tchau, vou embora. Não que eu tenha uma discriminação, mas eu sei que se ela está fazendo errado, e por causa do meu histórico de já ter passagem, amanhã ou depois eu posso cair em uma escuta e só por causa do meu histórico, e pegar e ser punida por causa disso!” (informação verbal)

Essas palavras revelam a transformação de Elisabete, que passa a ser mais seletiva em suas relações. A prisão não apenas alterou sua visão de mundo, mas também a fez mais crítica e atenta às inten-

ções dos outros. Ela aprendeu a observar mais e falar menos, um reflexo direto das regras da prisão, onde a escuta atenta e a análise do comportamento alheio eram essenciais para a sobrevivência. A desconfiança se torna uma armadura, uma forma de proteção que a acompanha mesmo após sua saída do sistema prisional.

“Eu gosto de conversar com um ou outro, que eu vejo que a conversa é produtiva, mas se eu vejo que a conversa não é produtiva, eu já procuro não conversar, procuro me afastar. Não é que eu fiquei antissocial, é que eu fiquei mais crítica para a amizade das pessoas.” (informação verbal)

Elisabete mostra como a prisão pode transformar as relações interpessoais, criando um distanciamento das “gentarada”, ou seja, daquelas interações superficiais e frequentemente tóxicas. Sua vivência lhe ensinou que nem todas as conversas merecem sua atenção, e ela agora preza pela qualidade das relações, sem se abrir facilmente para as pessoas. A prisão, ao ensinar a ela a lógica da vigilância e do distanciamento, também a tornou mais autossuficiente, mais protegida.

Essas narrativas revelam como o espaço urbano de Ponta Grossa se entrelaça com as histórias pessoais de seus habitantes. A cidade, com suas complexidades, desafios e frustrações, é tanto um palco quanto um ator ativo nas vidas de quem a habita. Para alguns, como Ney, a cidade é uma extensão de sua identidade e de sua rede de segurança social; para outros, como Elisabete, ela é um cenário de estagnação, negligência e exclusão. E é nesse entrelaçar de vivências, dentro e fora dos muros da prisão, que se desenham as transformações identitárias e sociais dos nossos entrevistados.

Elisabete Taylor continuou a relatar as profundas transformações que o encarceramento lhe trouxe, mudanças que vão além da simples adaptação social, envolvendo uma revisão profunda da sua identidade, comportamento e visão de mundo. Com um olhar afiado, ela descreveu como o tempo na prisão a tornou mais crítica e reflexiva sobre tudo ao seu redor:

“Eu fiquei mais crítica e mais observadora, eu fico só observando, só observando. Então você fica mais intensa, o teu pensamento evolui.” Ela reconhece que seu olhar sobre as pessoas e o mundo em geral se tornou mais apurado. O tempo entre as paredes da

prisão não apenas a forçou a se reinventar, mas também despertou um desejo profundo de buscar conhecimento, de mudar sua própria trajetória. “Que nem hoje em dia eu gosto bastante de ler porque eu quero ser advogada. Porque eu já falei que eu quero brigar contra o sistema, porque tem muito descaso, e eu acho assim, que só quem passou pela cadeia consegue ver que a justiça não é um peso de igual para os dois lados, porque quem tem mais dinheiro é mais favorecido, e quem é pobre já fica mais ali abandonado e esquecido, quando chega numa prisão não tem o mesmo atendimento!” (informação verbal)

O discurso de Elisabete reflete um cenário muitas vezes silenciado, onde a classe social, a etnia e o gênero moldam a experiência das pessoas no sistema de justiça. As palavras de Elisabete ecoam o que já foi amplamente discutido nas ciências sociais: a seletividade da justiça, que favorece os ricos e exclui os pobres, especialmente quando estes são negros, como aponta Mariana Barreto: “A lei apresenta-se mais branda para brancos e ricos e mais severa para negros e pobres, sendo as pessoas mais excluídas, que são submetidas aos tratamentos prisionais.” (Barreto, 2006).

Elisabete não se deixa dominar pela sensação de impotência. Ao contrário, ela transforma sua dor e sua frustração em combustível para um futuro diferente. Ela compartilhou com a autora seus planos concretos de mudança e de reintegração: “Então, eu fiz um curso de confeitaria, e se eu tenho encomenda de bolo, eu faço bolo. Trabalho como auxiliar de serviços gerais de segunda a sábado. Mas, agora eu tô esperando o ECEEJA porque eu quero fazer o ECEEJA para concluir o ensino médio. Quero fazer o Enem e ainda eu quero fazer uma faculdade de direito para poder olhar para as pessoas.” (informação verbal)

A trajetória de Elisabete reflete a necessidade de reconstrução, de dar novos sentidos à sua história. Ela não busca o esquecimento, mas sim a reconfiguração de seu passado, visando transformar suas experiências traumáticas em algo positivo para ela e para os outros. Ela quer, mais do que tudo, fazer a diferença: “Se eu me formar em direito, eu quero poder fazer bastante serviço gratuito de analisar o processo dos presos porque tem muito processo parado. Às vezes os presos estão lá e não sabem quanto tempo vão ter que ficar, porque às vezes era para pessoa já estar no semiaberto, mas o processo está parado porque ninguém mexeu.” (informação verbal) Elisabete quer

ser a voz daqueles que, como ela, sentem-se abandonados pelo sistema de justiça.

Mas além disso, ela quer ser um exemplo, uma inspiração para outros que, como ela, estão lutando por sua reintegração. Ela continua com um desejo altruísta de impactar positivamente a vida de outros presos, oferecendo palavras de força e esperança: “Eu pretendo poder ajudar de alguma forma. Se eu me formar em direito, eu quero poder entrar nos presídios, passar minha história e levar uma palavra. Quando a pessoa começa a escutar o depoimento de uma outra pessoa que viveu a mesma vida dela, mas que superou tudo, ela vai ter uma visão diferente.” (informação verbal).

É interessante como Elisabete, após uma experiência dolorosa, desenvolveu um forte senso de empatia, um desejo genuíno de ajudar os outros a superarem seus próprios desafios. Isso ilustra uma transformação poderosa: de alguém que foi vítima de um sistema que a marginalizou para alguém que deseja usar sua experiência para mudar esse mesmo sistema.

Bruna, por sua vez, compartilhou uma visão igualmente inspiradora, embora mais focada na concretização de um sonho pessoal. Ela relatou com entusiasmo seus planos de futuro, traçando um caminho que reflete tanto suas aspirações pessoais quanto um profundo desejo de fazer o bem para o próximo. “O meu objetivo é fazer o técnico em enfermagem, só que agora o meu foco é fazer o meu técnico em farmácia. Fazer o técnico de farmácia para daí cursar o técnico de enfermagem. Para entrar na área que eu gosto, que é a área da saúde. Me admira de ver, e poder fazer o bem.” (informação verbal)

Embora Bruna não tenha detalhado se esse sonho já fazia parte de sua vida antes de sua experiência no encarceramento, é claro que sua vivência no sistema prisional a impulsionou a procurar uma carreira que envolvesse cuidado, empatia e dedicação ao outro. O desejo de trabalhar na saúde reflete uma transformação interna significativa, em que ela não apenas busca reconstruir sua vida, mas também se coloca em uma posição de assistência, de apoio àqueles que precisam.

O desejo de Elisabete e Bruna de ajudar os outros é um reflexo direto de suas vivências dentro do sistema prisional. Ambas saíram de suas experiências mais fortes, mais conscientes das falhas do sistema e

mais dispostas a contribuir para a mudança. Elisabete, com seu sonho de se tornar advogada, e Bruna, com sua meta de entrar na área da saúde, têm uma visão comum: querem usar suas histórias e habilidades para ajudar os outros, seja proporcionando uma defesa jurídica justa ou oferecendo cuidados de saúde àqueles que mais precisam.

Essas narrativas ilustram um ponto crucial sobre a reintegração social: o papel da empatia e da transformação pessoal. Ambos os caminhos, o de Elisabete e o de Bruna, mostram que, mesmo diante das dificuldades e das cicatrizes deixadas pelo encarceramento, há sempre uma possibilidade de mudança. E, para eles, essa mudança não se resume ao crescimento pessoal, mas ao desejo de fazer algo pelo próximo, de contribuir para um mundo mais justo e humano.

Esses relatos não são apenas sobre superação, mas também sobre a busca por um espaço dentro de uma sociedade que muitas vezes os vê com desconfiança. Através do conhecimento, do cuidado e da busca por justiça, Elisabete e Bruna se reconfiguram, e seus objetivos se tornam uma força transformadora, tanto para elas mesmas quanto para aqueles ao seu redor.

As narrativas de Tânia, Carlos, Ney e Antônio trazem à tona não apenas os desejos de recomeço, mas também o peso das experiências passadas e o reflexo de uma sociedade que muitas vezes não permite que os ex-apanados reconstruam seus sonhos com a mesma facilidade que aqueles que nunca tiveram contato com o sistema de justiça. Apesar disso, os relatos deles revelam um forte desejo de se reconectar com suas vidas e com seus filhos, de oferecer novas possibilidades e, quem sabe, evitar que as gerações seguintes repitam os mesmos erros.

Tânia, por exemplo, expressou de forma simples, mas poderosa, seu desejo de começar uma nova fase: “Eu agora quero trabalhar porque, igual eu falei pra minha mãe, quando nós estávamos conversando: sair daqui eu não vou (da casa dela ao lado da casa de sua mãe), então eu quero trabalhar, pagar as minhas continhas e continuar a vida. Sair daqui eu não quero, é só eu aqui, daí eu vivo sossegada. E eu trabalhando agora vai melhorar tudo. É uma nova fase que se inicia.” (informação verbal). Ela não está apenas buscando a estabilidade financeira; está buscando, essencialmente, uma nova identidade, um novo começo, livre das amarras do passado.

A decisão de Tânia de deixar para trás o envolvimento com a venda ilegal de entorpecentes, e a perspectiva de uma vida simples, mas estável, simboliza uma tentativa de reconectar-se com um sentido de normalidade. Ao buscar o trabalho formal, ela se distancia de um sistema que a envolveu em atividades ilícitas, procurando a paz e o controle sobre sua própria vida, dentro de seus próprios limites.

Carlos, com um tom semelhante de pragmatismo, compartilhou seus objetivos de futuro: “Objetivo futuros agora é conseguir um novo emprego, independente da área que seja, e futuramente me formar de agrônomo!” (informação verbal). Para ele, a prioridade parece ser alcançar uma base sólida, representada por um emprego estável, e depois investir em uma formação acadêmica que lhe permita ter uma carreira promissora. O desejo de estabilidade e de deixar para trás o passado de transgressões se destaca em seu relato, apontando para a busca por uma identidade que vá além da marginalização.

Mas talvez o relato mais tocante seja o de Ney, que parece ver no futuro uma oportunidade não apenas para sua própria reintegração, mas também para a de seu filho. Ele expressa uma clara intenção de corrigir os erros do passado para proporcionar um futuro melhor ao seu filho:

“Meus objetivos hoje, cara, eu quero voltar a estudar ano que vem, eu vou voltar a estudar. Quero fazer um curso agora de mecânica industrial. O meu objetivo é mais o meu piá, eu penso nele. Ele vive comigo, o que eu quero é que ele seja o que eu poderia ser antes, que ele siga uma carreira boa, que tenha um emprego bom, que não se envolva no mundo de droga. Que siga uma carreira boa, que estude. O que eu sempre falo para ele: ‘Filho, quer ser alguém na vida? Estude, você vê o pai que tá pedalando hoje. Você vai ter que estudar.’” (informação verbal)

Ney vê seu filho como o reflexo do que ele poderia ter sido se tivesse feito escolhas diferentes. A relação de paternidade aqui é fundamental, como uma construção afetiva e social, e reflete o desejo de proteger os filhos das armadilhas que ele mesmo caiu. Ney quer que o filho siga um caminho que ele não conseguiu seguir, um caminho longe da ilegalidade e das dificuldades que marcaram sua própria trajetória. A expectativa de Ney vai além da simples realização pessoal:

ele quer garantir um futuro melhor para seu filho, e se compromete a ser exemplo dessa mudança.

Antônio compartilha de um desejo semelhante: “Meu objetivo é dar uma vida boa pro meu filho, estudo para que ele não venha cair e passar pelo que eu passei, sofrer, ser humilhado por [...], por outros [...]. Eu quero que ele seja feliz! E espero que uma entrevista que nem essa possa ajudar a mudar o pensamento de muitos jovens para sair do crime, porque o crime não leva a nada.” (informação verbal). Antônio deseja, assim como Ney, proteger seu filho da realidade do crime, com a intenção de não só promover o bem-estar da sua família, mas também ser um exemplo para outras pessoas.

Ney e Antônio possuem uma visão compartilhada: querem que seus filhos cresçam longe das dificuldades que eles enfrentaram. Há, neles, uma tentativa de transpor para a próxima geração a oportunidade de um futuro diferente, sem as sombras do passado. O exemplo de paternidade que eles querem construir é um reflexo da esperança de que seus filhos possam seguir um caminho mais seguro e feliz.

Por fim, Tânia conclui sua narrativa com uma reflexão sobre a dura realidade do crime, que se apresenta como uma ilusão: “Eu acho assim; que a pessoa que nunca entrou nesses mundos do crime, principalmente do tráfico, é só ilusão. É muito dinheiro, mas é tudo ilusão. Não tem dinheiro algum que pague a liberdade. Quem não tá, que nunca pense em entrar, é triste.” (informação verbal).

Essa fala de Tânia é uma espécie de alerta, um grito de quem viveu as consequências de um caminho perigoso e agora busca sinceramente ajudar outros a não cometerem os mesmos erros. As experiências dela, assim como as de Carlos, Ney e Antônio, falam não só de arrependimento, mas também de esperança. Embora o estigma de ex-apanado e a dificuldade de recomeçar sejam inegáveis, todos esses relatos revelam um desejo comum de reconectar-se com a sociedade, de se reinventar e, o mais importante, de construir um futuro melhor para si e para seus filhos.

O desejo de todos é claro: estabilidade, respeito e a oportunidade de viver uma vida diferente da que tiveram antes. No entanto, a experiência da prisão mostra que a liberdade perdida não se resume ao espaço físico; ela atinge profundamente a capacidade de sonhar, de projetar o futuro e de acreditar em novas possibilidades. O impacto

psicológico e social da reclusão deixa marcas invisíveis, que se infiltram na identidade e desafiam os próprios desejos de mudança.

Ainda assim, esses relatos são, acima de tudo, testemunhos de resistência. A memória, ao ser revisitada e narrada, transforma-se em ferramenta de fortalecimento, permitindo que cada indivíduo recupere seu lugar no mundo e reinvente a própria história. Eles não se rendem ao destino imposto pela sociedade ou pelo sistema de justiça; pelo contrário, enfrentam as dificuldades com coragem e determinação, reconstruindo suas vidas e abrindo caminhos de esperança para as próximas gerações.

A memória, nesse contexto, deixa de ser apenas lembrança do passado doloroso e se converte em instrumento de emancipação: um meio de afirmar identidade, resgatar dignidade e reescrever histórias, mostrando que, mesmo nas experiências mais adversas, é possível resistir, recomeçar e sonhar novamente.

Considerações finais:

Ecos de esperança!

Ainda assim, da sombra da prisão emergem narrativas de força e resiliência. Cada relato mostra que, mesmo diante de um sistema que desumaniza, é possível reconstruir trajetórias, reafirmar identidades e encontrar formas de existir que ultrapassam os limites físicos do cárcere. A liberdade não se restringe ao espaço externo: ela se conquista no cotidiano, nas escolhas, nas memórias revisitadas e na capacidade de transformar experiências dolorosas em aprendizado e resistência.

Os desafios da reintegração social são muitos, o preconceito, a estigmatização e as barreiras econômicas permanecem presentes. Mas a coragem de recomeçar, a busca por dignidade e a vontade de construir novas oportunidades mostram que a experiência da prisão não define nem limita os sujeitos. Pelo contrário, pode ser também o ponto de partida para reinventar-se, ressignificar o passado e projetar um futuro diferente, marcado pela autonomia e pelo pertencimento.

Neste sentido, o legado destas experiências transcende os muros da prisão: ele se apresenta como um convite à reflexão, e à transformação social. A memória, a resiliência desses egressos nos lembram que, mesmo nas situações mais adversas, é possível emergir da escuridão, criar novas narrativas e construir vidas cheias de sentido, dignidade e esperança.

Ser egresso do sistema prisional em uma cidade de médio porte como Ponta Grossa é conviver com rostos que compartilham histórias semelhantes de aprisionamento. Todos parecem se conhecer, pois o cárcere os uniu, mas o estigma, esse fantasma invisível nunca os abandona. As portas da sociedade se fecham de maneira silenciosa e cruel, e o olhar de julgamento permanece. A exclusão se torna uma sentença prática: dificuldades no acesso a políticas públicas, saúde, emprego e lazer fazem parte do cotidiano do egresso(o).

A violência do estigma, muitas vezes camuflada pelo suposto caráter pedagógico da punição, não controla apenas o corpo, mas também a mente. A sociedade parece ensinar que o erro deve ser apagado, mas não oferece os meios para reconstruir uma vida. O que deveria ser uma chance de recomeço se transforma frequentemente em um ciclo de sofrimento, sem perspectivas e sem espaço para sonhos.

A análise foi inspirada em E.P. Thompson evidencia que normas sociais, jurídicas e históricas carregam valores de classe, etnia e gênero. A igualdade perante a lei se dilui diante das desigualdades reais que permeiam julgamento e punição, mostrando como o sistema penal reproduz as hierarquias sociais. A mulher sofre punição dupla: criminalizada e definida pelos estereótipos de sua feminilidade e maternidade. Elisabete Taylor, ao transgredir códigos de gênero ao atuar em um território masculino, sofreu as consequências dessa lógica.

Na prisão, mães são privadas da liberdade e da presença concreta junto aos filhos, transformando a ausência em uma nova forma de violência. Pais também se distanciam, e a separação se torna não apenas física, mas emocional, refletindo a dificuldade de manter vínculos e esperanças familiares.

Mas se a prisão marca profundamente, também é nela que muitas histórias de reinvenção começam. Ao longo da pesquisa, a verdadeira descoberta foi a capacidade desses sujeitos de se reconstruírem, de se reinventarem. O processo de autorreflexão seja pela dor ou pela esperança se apresenta como um caminho de transformação. E, nesse processo, as lentes feministas que guiaram a análise, aliados ao olhar atento de uma pesquisadora periférica, buscam não falar pelas histórias, mas ouvir a voz delas, para que o peso do silêncio seja substituído pela possibilidade de novos olhares.

Por fim, esta pesquisa não se limita a um exercício acadêmico, mas, espera-se, seja um ponto de inflexão. Que este livro não só desconstrua os estigmas historicamente impostos, mas também crie novos horizontes, novas perguntas para o campo historiográfico. Porque a verdadeira liberdade começa quando se dá espaço para que as histórias que o sistema tenta calar possam ser contadas.

Na construção historiográfica, não existem heróis ou vilões. Existem, sim, histórias que se entrelaçam, tensões que se chocam, e vozes que pedem para ser ouvidas. Compreendemos as ordens cumpridas, os medos sentidos, as escolhas feitas por aqueles que, entre a linha tênue das leis e a organização do crime, tentam sobreviver em um mundo que os define pelo erro.

Da mesma forma, entendemos os agentes do Estado, que, em um cenário de violência e medo, também se encontram reféns de uma

estrutura que os desumaniza. A prisão, a criminalidade, o sistema, tudo isso faz parte de um grande cenário de tensão, onde as escolhas parecem já predestinadas, mas onde a humanidade de cada um ainda pulsa, ainda grita, ainda busca por um sentido.

Esse tema, que por tanto tempo foi debatido e reescrito, me acompanhou por anos. Quatro anos se passaram desde a defesa da dissertação, até que finalmente encontrei a coragem e a clareza necessárias para transformar essa pesquisa em livro. O caminho foi árduo, porque o tema não era simples, era uma dor palpável, e envolvia vidas que até hoje me habitam. Eu não me permiti apenas ser uma observadora acadêmica, senti o peso da história, quase como uma antropóloga, caminhando nas ruas de terra que estavam prestes a virar asfalto, respirando o cheiro de pneu queimado, conhecendo as famílias, ouvindo os funcionários, absorvendo o cenário por completo. O que vi e ouvi era mais do que pesquisa; era um processo de imersão, de empatia e de dor.

Almocei em muitas casas, vivi momentos de conexão, de risos e também de luto. Participei de velórios e enterros, esses momentos me marcaram de uma forma que palavras talvez nunca consigam descrever. Eu sentia, com uma intensidade avassaladora, que a história daqueles homens e mulheres merecia ser contada, que suas trajetórias não poderiam ser apagadas. Mas também sabia que não seria fácil ouvir essas memórias. A cada passo, a cada entrevista, a cada nova história, eu me perguntava: Quem são eles e elas? A resposta nunca foi clara. A linha entre o certo e o errado é tênue demais, e os caminhos que tomamos nem sempre são fruto de escolhas livres. Muitas vezes, são o resultado de um sistema que engole, transforma e molda, de formas que não conseguimos entender completamente.

A música da série *Sintonia* traduz, em palavras, o que eu sinto sempre que me lembro de cada rosto que passei a conhecer. A lembrança daquelas vidas perdidas, dos que partiram antes de poderem contar suas histórias, é um peso constante que carrego. *Maloqueiro nato com o pensamento pra frente... Já se destacava por ser mais inteligente...* Aqueles que cresceram rápido demais, que, impulsionados pela necessidade e pela oportunidade do conflito com a lei, foram engolidos pelo crime. E, em muitos casos, foram vítimas dele antes de qualquer outro. *Fez história, mas foi sem final feliz.* O peso da escolha, o desejo de alcançar

um sonho que nunca se concretiza. O sangue, a revolta, as lágrimas no chão. E os filhos, com saudade... *Sei que só queria ver sua família contente.* A história deles, muitas vezes, é contada através de um lamento silencioso que se ecoa no tempo.

A dissertação se tornou um livro, e os questionamentos não param. Porque, no fim das contas, todos nós, de alguma forma, somos reflexos de uma sociedade que cria e destrói identidades, que define quem é vilão e quem é herói, sem jamais se permitir compreender as razões profundas que movem cada escolha. E enquanto alguns continuam suas vidas, outros se perdem no caminho sem sequer entender como o jogo foi jogado. Para os que ainda tentam se reerguer eu só posso dizer: suas histórias merecem ser contadas. E eu, enquanto autora, faço o possível para que o peso dessas entrevistas não seja em vão.

Que os que partiram encontrem o descanso que a vida lhes negou, e que suas memórias sigam pulsando nas entrelinhas deste livro. Carrego em mim as vozes que o mundo tentou calar, e por elas sigo lutando, nas salas de aula, nos corredores das escolas e nas frestas do sistema, onde ainda é possível semear resistência e esperança. Porque, no fim, contar suas histórias é também um ato de amor, e o amor, quando verdadeiro, nunca morre.

Referências

A REDE. **Cadeias de ponta grossa tem realidade oposta**. Disponível em: <http://arede.info/pontagrossa/12978/cadeias-tem-realidades-opostas-e-tratamento-diferenciado>. Acesso em: 11 jan. 2017.

AGÊNCIA BRASIL. **População carcerária aumena 400% nos últimos 20 anos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Fábio Alves Ferreira Maia; NAKANO, Tatiana; AQUINO, Maria Lígia. Prevalência de depressão e ansiedade em detentos. **Avaliação psicológica**, v. 8, n. 3, p. 381-390, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, MYRIAN DOS. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Myriam. **História, memória e esquecimento**: reflexões sobre o uso da memória no campo da história. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu de. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 17, p. 2865-2875, 2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; JESUS, Wilson. A violência na escola: identificando pistas para a prevenção. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 17, n. 10, p. 2865-2872, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Marcia Martins. **O sistema progressivo de execução da pena privativa de liberdade no Brasil**: considerações a partir do projeto de reforma do código penal. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2555/TCC%20MARCIA%20APRESENTADO%20PASSAR%20PARA%20CD%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 dez. 2020.

BARBOSA, Antonio Rafael. **Grade de ferro? Corrente de ouro:** circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013.

BARBOSA, Pietrine Paiva; OLIVEIRA, Nathália Rodrigues. O corpo na obra de Michel Foucault e sua presença no campo da educação física. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 582-593, 2006.

BARROS LARAIA, Roque de. **Cultura: um conceito antropológico.** Zahar, Rio de Janeiro. 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. **Díficeis ganhos fáceis:** drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro:** dois tempos de uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011).

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni. **Gênero, cárcere e família:** estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2013.

BEZERRA, Bárbara Bruna Araújo. **A violação dos espelhos:** Uma análise acerca da revista *vexatória* no cárcere. *Revista Transgressões*, v. 4, n. 2, p. 117-137, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história:** O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BÖHM, Thais. Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos. Senado Notícias, 26 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos>. Acesso em: 17 dez. 20.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina***. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Benefícios: **Entenda como funciona e quem tem direito ao auxílio reclusão**. Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho, 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2013/03/beneficios-entenda-como-funciona-e-quem-tem-direito-ao-auxilio-reclusao/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARVALHO, Marcus Renato. **Amamentação de presidiárias - Direito cumprido? Aleitamento**, 2013. Disponível em: <http://www.aleitamento.com/direitos/conteudo.asp?cod=1752>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CAVALLARI, Orlando. **O Estado e a violação dos Direitos Humanos**: O uso das algemas e o abuso de autoridades. Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. Brasília: Centro Universitário Unieuro, v. 1, n. 3, p. 4-86, 2009.

CNN BRASIL. **Brasil alcança a marca de 759 mil presos**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/10/15/brasil-alcanca-a-marca-de-759-mil-presos>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Defensoria pública pede transferências de presos do Hildebrando**. Disponível em: <https://www.diariodoscampos.com.br/noticia/defensoria-publica-pede-transferencia-de-presos-do-hildebrando>. Acesso em: 14 set. 2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo social**. v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. **O que é ética em pesquisa?** São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 296.

ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO. **Rebelião**: o Estado tem responsabilidade. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/419823267/rebelioes-o-estado-tem-responsabilidade>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & sociedade**, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FERRARI, Mariana. **O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil.** Ponte, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FERREIRA, Luisa; MACHADO, Marta; MACHADO, Maíra. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. **Novos estudos CEBRAP**, n. 94, p. 05-29, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FILMER, Paul; OLIVI, Leila Curi Rodrigues. A estrutura do sentimento e das formas sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, v. 14, n. 27, 2009.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, v. 4. Trad. Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** São Paulo: Leya, 1997.

FREITAS, Angélica Giovanella Marques. **A influência da religião na ressocialização do apenado.** Rio Grande do Sul, v. 19, 2015.

GALINDO, Rogério. Só, 7,1% das famílias de presos recebem auxílio-reclusão. **Gazeta do Povo**, 07 de março de 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/so-71-das-familias-de-presos-recebem-auxilio-reclusao/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Conceitos essenciais da sociologia.** São Paulo: Editora UNESP, 2017.

JUSTIFICANDO. CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil. **Justificando**, 08 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil>. Acesso em: 26 nov. 2020.

LAUERMANN, Jusiene Denise; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento. Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. **Barbaroi**, n. 38, p. 178-197, 2013

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres***. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Bruno Landim. **As Penas Privativas De Liberdade: Funções E Execução.** Web Artigos, 2007.

MELLO, Fernando Athayde Lins de. **As prisões de São Paulo: Estado e mundo do crime na gestão da “reintegração social”:** São Paulo, Editora Alameda, 2014.

MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. Ciências e Letras: **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 27, p. 91-101, 2000.

MORAIS, Maria Perla Araújo. O extermínio como correção: a necropolítica e o romance Assim na terra como embaixo da terra, de Ana Paula Maia. **Raído**, v. 14, n. 35, p. 186-204, 2020.

MULLER, Michele. **Diminuição da lotação em mini presidio de Ponta Grossa.** Folha de Londrina, 26 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/diminuiu-lotacao-de-mini-presidio-de-ponta-grossa-293778.html> Acesso em 14 set. 2019.

PEREIRA, Lara Rodrigues; CARDOSO, Jaqueline Henrique. Comitês de ética: regulamentando a história oral? **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2, p. 68-82, 2013.

PEREIRA, Marcela Martins. **Direito à visita íntima no sistema prisional brasileiro.** Jus, jun. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21914/o-direito-a-visita-intima-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe; TAMAYO, Alvaro. **Conceituação e definição de solidão.** 1984.

PINHEIRO, Ângela; TAMAYO, Álvaro. Solidão: estudo de suas características e correlações com a percepção de suporte social*. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 29-42, 1984.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POR DENTRO DAS PRISÕES MAIS SEVERAS DO MUNDO. **Netflix**, 2016. Disponível em: https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afd5-858024891%2Cde39f-462-ba23-4e89-8523_7a36c8f42771_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f-462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_ROOT . Acesso em: 4 mai. 2020.

POR DENTRO DAS PRISÕES MAIS SEVERAS DO MUNDO. **Netflix**, 2016. Disponível em: https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afd5-858024891%2Cde39f-462-ba23-4e89-8523_7a36c8f42771_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f-462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_ROOT. Acesso em: 4 mai. 2020.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 03. fev. 2021.

PRIORI, Cláudia. **Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. São Paulo; Editora Record, 2015.

ROSSI, Rodrigo. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa**, Paraná. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2017.

SAFFIOTI, Heleieih I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieih IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 16, p. 115-136, 2001.

SALLA, Fernando *et al.* As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. **Revista de estudos de gênero: La ventana**, v. 2, n. 13, p. 42-74, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução***. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, Bruno Costa; DOS SANTOS, Nivaldo. Sistema penitenciário brasileiro e o alto índice de reincidentes. **Novos direitos**, v. 5, n. 1, p. 32-42, 2018.

STELLA BORTONI. Código das celas - **A gíria que saiu da marginalidade para dominar as ruas e a mídia**. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/1148-ioiigo-ias-iilas-a-giaia-qui-saiu-ia-maagioaliiiai-paaa-iomioaa-as-auas-i-a-miiaa>. Acesso em: 12 jul. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VALLS, Álvaro. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 2017. VERDÉLIO, Andreia. Com 726 mil presos, Brasil tem a maior população carcerária do mundo. **Agência EBC Brasil**, dezembro de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 1 nov. 2019.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. n. 44, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança Cultura, Democracia, Socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Apêndice A – roteiro de entrevista

1. Qual nome quer ser chamado durante a entrevista?
2. Qual sua idade?
3. Escolaridade?
4. Possui filhos atualmente?
5. Estado civil atual?
6. Conte-nos sobre sua infância?
7. Conte-nos um pouco sobre sua família?
8. Qual colégio você estudou?
9. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente no período de escolarização?
10. Conte-nos sobre sua relação com os colegas de escola?
11. Conte-nos sobre sua relação com os professores?
12. Conte-nos sobre sua relação com a própria escola?
13. Conte-nos quais as disciplinas que você mais gostava no período de escolarização?
14. Conte-nos quais disciplinas você possuía maior dificuldade no período de escolarização?
15. Conte-nos sobre sua relação com seus amigos?
16. Conte-nos sobre seu trabalho? (Se existiu antes do aprisionamento)
17. Conte-nos sobre os momentos de lazer?
18. Quantos anos você tinha quando ficou recluso?
19. Ficou quanto tempo recluso?
20. Qual era seu estado civil no período de reclusão?
21. Tinha filhos no período que ficou recluso?
22. Conte-nos como foi sua chegada à prisão?

23. Como era sua rotina no período de reclusão?
24. Conte-nos no que você mais pensava no período de reclusão?
25. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente no período de reclusão?
26. Recebia visitas?
27. Como era o convívio junto aos outros reclusos?
28. Por quantos estabelecimentos prisionais você passou no período da reclusão?
29. Conte-nos se passou por alguma instrução escolar no período da reclusão?
30. Chegou a trabalhar no período da reclusão? Qual função exerceu?
31. Conte-nos se passou por alguma qualificação profissional no período de reclusão?
32. Conte-nos se fez algum acompanhamento psicológico no período da reclusão?
33. Vivenciou alguma rebelião, motim? Qual a experiência?
34. Conte-nos como sua família acompanhou todo esse processo?
35. Conte-nos como foi o momento de sua saída da prisão?
36. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente após a saída da prisão?
37. Conte-nos se você mudou de endereço após a saída da prisão?
38. Conte-nos como foi seu processo de (re)inserção social?
39. Conte-nos um pouco sobre seus objetivos futuros?
40. Gostaria de contar algo que não foi perguntado

CONSELHO EDITORIAL

Dr.^a. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr.^a. Silvana Oliveira (UEPG)

Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr.^a. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr.^a. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr.^a Leticia Fraga (UEPG)

Dr.^a. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr.^a. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr.^a. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr.^a. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr.^a. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr.^a Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)

